

**A Doutrina Bush e a Península coreana
(2001 -2009).**

Um dilema securitário?

Carolina Fabiana Deschamps

**Dissertação de Mestrado em Ciências políticas e
Relações Internacionais**

Setembro, 2019

ÍNDICE

Introdução	5
I- A revisão da política externa norte-americana durante a presidência de George. W. Bush.....	8
A- A unipolaridade norte-americana	8
B- A rutura com as Instituições Internacionais e com os aliados.	14
C- O alargamento estratégico norte-americano e a Doutrina Bush	17
II- O intervencionismo e unilateralismo norte americanos na Península coreana: o dilema securitário.	21
A- As estruturas securitárias do Pós-Guerra Fria na região da Ásia Oriental.....	21
B- A Administração Bush e a Coreia do Norte	27
<i>A ideologia da linha-dura norte-americana nas relações com a Coreia do Norte</i>	27
<i>O Eixo do Mal</i>	35
C- A Doutrina Bush: Uma rejeição do diálogo?	38
A “clareza moral” da Doutrina Bush.....	38
A posição unilateral da Doutrina Bush	42
Realismo ofensivo	46
D- A posição delicada do aliado sul-coreano	50
III- A política de compromisso: alternativa viável?.....	59
A- Os limites do Agreed Framework e do Impasse Nuclear.....	59
B- Os « Six-Party Talks»: A Aposta Multilateral	71
Conclusão	90
BIBLIOGRAFIA	94

Introdução

Na década Pós-Guerra Fria assiste-se ao “paradoxo de continuidade”, isto é, segundo a corrente realista das Relações Internacionais e a Teoria da guerra hegemónica¹, depois de uma guerra hegemónica a potência vencedora instaura um novo sistema internacional, conforme aos seus valores e à sua visão do mundo. A título de exemplo, no fim da Segunda Guerra Mundial observa-se a criação de um novo modelo de ordenamento institucional, a Organização das Nações Unidas, que integra potências vencedoras e vencidas, sendo a Liga das Nações considerada obsoleta. Por essa razão, e segundo a Teoria da guerra hegemónica (em contraste com a Teoria da Escalada da Guerra de Kenneth N. Waltz²), seria de esperar que o fim do sistema bipolar fosse marcado por uma guerra ou pelo advento de um novo modelo de ordenamento.

Assim, o fim da Guerra Fria representa uma “exceção” à Teoria da guerra hegemónica, uma vez que assistimos ao fim do sistema bipolar e à chegada de um sistema unipolar, sem uma mudança efetiva na ordem internacional. Nesta situação inédita da política internacional nota-se uma continuidade institucional no sistema internacional “Pós-Guerra Fria”, ou seja, todo o modelo multilateral criado depois da Segunda Guerra Mundial (e no início da Guerra Fria) — a Organização das Nações Unidas (ONU), o regime de controlo de armas nucleares (RCAN), a Organização do Tratado Atlântico Norte (NATO), as Comunidades Europeias e a defesa da inviolabilidade das fronteiras — subsiste intacto. Esta continuidade pode ser explicada pelo facto deste sistema internacional ser, de uma certa forma, um sistema norte-americano constituído essencialmente à sua imagem. A prossecução das instituições internacionais legítima, por sua vez, o sistema ocidental, o que evitou uma escalada das tensões em cada uma das diversas crises do fim da Guerra Fria.

¹ Gilpin, Robert. "The theory of hegemonic war." *The Journal of Interdisciplinary History* 18.4 (1988): 591-613. Robert Gilpin analisa e avalia nesta obra a teoria da guerra hegemónica, exposta pela primeira vez por Tucídides. Esta teoria nasce de uma reflexão decorrente da guerra entre Atenas e Esparta, a chamada “Guerra do Peloponeso”.

² Waltz, Kenneth Neal. *Man, the state, and war: A theoretical analysis*. Columbia University Press, 2001. Na teoria exposta por Kenneth N. Waltz na obra citada a guerra acontece porque não existe nada que a possa parar. No âmbito da Anarquia do Sistema Internacional, os homens de estado tomam decisões e reagem às tomadas de decisões dos outros. Esta “ação-reação” pode levar a situações na qual um homem de estado pode provocar deliberadamente uma guerra ou perder o controlo de certos acontecimentos que podem, por sua vez, gerar uma guerra. Esta última é um processo de “escalada” onde uma coisa leva a outra, até que, a guerra se torna uma consequência das interações entre políticas externas.

Com o fim da Guerra Fria e o desmoronamento da União Soviética, o sistema comunista deixa de ser um sistema internacional, deixando de haver, dessa forma, uma alternativa sistêmica ao modelo ocidental. Observa-se assim a uniformização do sistema democrático. Nota-se igualmente a ressurgência da dinâmica de regionalização do sistema internacional, onde cada região tem uma potência preponderante. Com o fim do sistema bipolar e o surgimento de uma nova estrutura de distribuição de poder (excessivo) definida pelo sistema unipolar, o “vencedor” da Guerra Fria ganha autoridade e poder crescente, sem precedentes na História e no mundo. No decorrer da década de 1990, os Estados Unidos impõem um quadro de regras através das Instituições Internacionais e do Direito Internacional que garante o fim pacífico da Guerra Fria. Guiados por um rigor avassalador, os Estados Unidos defendem o *status quo* e impõem o direito fundamental da inviolabilidade das fronteiras, mesmo que para tal tenham que recorrer à violência, como ilustram as crises do Koweit e da Iugoslávia.

Os ataques terroristas do 11 de setembro de 2001, ocorridos setes meses após a chegada à presidência dos Estados Unidos de George W. Bush, tiveram amplas repercussões na política externa do país, designadamente no alargamento da estratégia norte-americana conduzida pela Doutrina Bush. No decurso da sua campanha eleitoral e no início da sua presidência em 2001, George W. Bush afirma ter como prioridade a política interna do país. Não obstante, e em resposta aos ataques terroristas, Bush declara “Guerra contra o terrorismo” e ao denominado “Eixo do Mal”, iniciando uma “missão” na qual se admite como legítima a guerra preventiva e se torna imperativo a instauração dos valores democráticos ocidentais no mundo. Esta revisão da Doutrina estratégica de Bush reafirma, desse modo, a posição hegemónica dos Estados Unidos, conferindo-lhe a oportunidade de estabelecer o sistema unipolar norte-americano, algo que não tinha sido feito no fim da Guerra Fria.

Ao incluir a República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) no “Eixo do Mal”, George W. Bush infringe o Agreed Framework, assinado com esta última em outubro de 1994, e reitera as desconfianças mútuas entre os dois países. A segunda crise nuclear iniciada em outubro de 2003, resultante do suposto reconhecimento da existência de urânio altamente enriquecido na Coreia do Norte, destabiliza não só a Península coreana, como a região da Ásia Oriental. Permanecem então as questões: qual o impacto

securitário da revisão da política externa norte-americana, durante a Administração Bush, na região da Ásia Oriental, nomeadamente nas relações inter-coreanas? Por outro lado, qual o impacto da constituição do chamado «Six-Party Talks» na resolução da segunda crise nuclear e na viabilização de uma aposta multilateral na pacificação da Península coreana? Finalmente, qual o impacto destas negociações a seis na construção de uma instituição securitária multilateral para o nordeste asiático?

A presente pesquisa pretende analisar as novas prioridades da política externa norte-americana e de que maneira estas se aplicam às relações inter-coreanas, durante o mandato de George W. Bush e no contexto da política de aproximação dos presidentes sul-coreanos Kim Dae-jung, intitulada «Sunshine Policy», e Roh Moo-hyun, intitulada «Peace and Prosperity Policy»³. A investigação visa ainda perceber qual o impacto, por um lado, do chamado “compromisso bélico” da Administração Bush e, por outro, das prioridades da política externa da Coreia do Sul para a Coreia do Norte, na resolução do impasse nuclear e na elaboração de uma cooperação política e económica multilateral na região⁴.

³ A chamada “Sunshine Policy” ou “política do Sol”, ou seja, a política de Aproximação entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte, foi lançada pelo presidente sul-coreano Kim Dae-jung em 1998. Este presidiu entre 1998 e 2003, tendo sido sucedido por Roh Moo-hyun, de 2003 a 2008. O último prosseguiu com a política de Aproximação de Kim Dae-jung, intitulando-a de «Peace and Prosperity Policy» ou «política de Paz e Prosperidade».

⁴ Victor D. Cha define a atitude bélica da Administração Bush pelo termo “Hawk Engagement”, nomeadamente no seu artigo: Cha, Victor D. "Hawk engagement and preventive defense on the Korean peninsula." *International Security* 27.1 (2002): 40-78.

I- A revisão da política externa norte-americana durante a presidência de George. W. Bush

A- A unipolaridade norte-americana

Para entender a posição revisionista e unilateral da Administração Bush analisaremos o sistema unipolar, especialmente a unipolaridade norte-americana e as atitudes desta superpotência relativamente à ordem internacional. Robert Jervis apresenta na sua obra, «Unipolarity: A structural perspective»⁵, as várias definições do sistema unipolar, segundo as interpretações da escola realista, liberalista e construtivista.

De acordo com a corrente realista, a unipolaridade representa um sistema no qual um Estado tem significativamente mais “capacidades” que qualquer outro. Por outro lado, a segurança e os valores, do “unipólo” não podem ser (facilmente) ameaçados por outros Estados ou, pelo menos, essas ameaças são limitadas. De salientar ainda que o sistema unipolar diminui a competição securitária entre as outras grandes potências. Como líder do Sistema internacional, os Estados Unidos têm a capacidade de manter as Instituições Securitárias em ordem, limitando os conflitos securitários locais e a competição entre as outras grandes potências do sistema. O “unipólo” não pode impor regras, mas pode estabelecê-las e forçar acordos entre os outros Estados.

De acordo com análise de William C. Wohlforth, os Estados Unidos usufruem de uma grande margem de poder em relação a outra grande potência, sendo o primeiro país na história internacional moderna com uma preponderância decisiva em todos as componentes do poder, ou seja, do poder económico, militar, tecnológico e geopolítico. Por essa razão, seria pouco expetável o evento de uma guerra mundial, no contexto do sistema unipolar, uma vez que nenhum outro Estado ou coligação teriam a capacidade de ameaçar a segurança da superpotência. Segundo Wohlforth, podemos assim falar de um sistema estável e propenso para a paz. O autor acrescenta que o sistema unipolar é um sistema não só pacífico, como durável⁶.

⁵ Jervis, Robert. "Unipolarity: A structural perspective." *World Politics* 61.1 (2009): 188-213.

⁶ Wohlforth, William C. "The stability of a unipolar world." *International security* 24.1 (1999): 5-41. p. 6

Segundo a corrente liberalista, na escola do liberalismo clássico, a unipolaridade leva a uma intensificação dos intercâmbios económicos e a uma divulgação dos valores pacíficos de cooperação entre os Estados. Já os construtivistas complementam, afirmando que o “unipólo” atuará imparcialmente. O poder convencional da potência hegemónica deverá diminuir, enquanto o papel da justiça e das normas internacionais no sistema internacional deverá aumentar.

Em contrapartida, os neorrealistas alegam que o sistema unipolar representa a estrutura internacional menos estável, isto é, uma desigual distribuição de poder e, por conseguinte, uma maior “liberdade” da superpotência em relação a outros Estados. Esta desigualdade de poder poderá levar à desconsideração dos aliados e das Instituições Internacionais por parte da superpotência. Esse poder incomensurável representa igualmente uma ameaça para outros Estados que se unem para restaurar o equilíbrio internacional⁷.

O autor Robert Jervis expõe na obra «Unipolarity: A structural perspective»⁸ a visão neorrealista das relações internacionais relativamente ao sistema unipolar. Segundo esta visão, a superpotência fará tudo para manter a sua posição de “unipólo” no sistema internacional. Assim, por mais que as intenções da superpotência num sistema unipolar sejam benignas, é difícil conter o seu poder excessivo: «A tentação da superpotência em atuar segundo os seus interesses é demasiado forte para ser resistida»⁹. Segundo esta perspetiva, e ao invés das visões realistas, liberalistas e construtivistas acima referenciadas, Kenneth N. Waltz afirma que «se a superpotência tem a capacidade de atuar só, assim o fará, militando contra o seu dever quanto à justiça imparcial e às normas internacionais relativamente a um comportamento apropriado»¹⁰. As particularidades da hegemonia norte-americana e o comportamento dos Estados Unidos são consistentes com os argumentos da escola neorrealista acerca das atitudes do Estado “unipólo”. Hans Morgenthau dirá: «Eu receio o nosso poder e a nossa ambição, eu receio o nosso excesso

⁷ Wohlforth, William C. "The stability of a unipolar world." *International security* 24.1 (1999): 5-41. p. 6.

⁸ Jervis, Robert. "Unipolarity: A structural perspective." *World Politics* 61.1 (2009): 188-213.

⁹ *Idem.* p. 196.

¹⁰ Waltz, Kenneth N. "America as a model for the world? A foreign policy perspective." *PS: Political Science & Politics* 24.4 (1991): 667-670.

de receio. É ridículo ter de dizer que somos homens e que sendo homens nunca deixaremos de nos querer expandir»¹¹. O autor, Robert Jervis, sublinha a propensão de um Estado a utilizar o poder ao seu dispor, dificilmente contida, uma vez que a definição dos seus interesses tem uma forte relação com o aumento do seu poder¹². Em harmonia com Morgenthau, Kenneth Waltz analisa o comportamento do poder dominante no sistema unipolar, afirmando que;

«o Estado com mais poder no sistema internacional - aqui os Estados Unidos - pensa atuar em nome da paz, da justiça e da prosperidade mundial. No entanto, esses termos serão definidos de acordo com as preferências da superpotência, podendo conflitar com as preferências e interesses dos outros [Estados]. Os Estados Unidos têm atuado com uma intenção benigna, mas, até que o seu poder se aproxime de um semblante de equilíbrio internacional, vão continuar a comportar-se de uma maneira que assusta e incomoda os outros Estados»¹³.

Segundo o mesmo autor, o erro característico, o chamado “vício” do sistema unipolar, é «a expansão excessiva, mesmo que esta não envolva a anexação de territórios. As causas desta expansão encontram-se na relação que se estabelece entre uma estrutura permissiva e a própria natureza humana»¹⁴.

Pelas razões enunciadas, torna-se então difícil encontrar um equilíbrio de poder no sistema unipolar: o desequilíbrio de poder desfavorece o “unipólo” porque aumenta o receio dos outros Estados. Nas palavras de Morgenthau:

«Outra razão pela qual a unipolaridade terá uma curta duração é o facto de, mesmo que o unipólo se comporte com moderação, contenção e tolerância, os Estados mais fracos vão estar sempre inquietos com os futuros comportamentos da superpotência.

¹¹ Morgenthau, Hans J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace fifth edition, revised*. New York: Alfred A. Knopf Inc, 1978.p.169-170

¹² Jervis, Robert. "Unipolarity: A structural perspective." *World Politics* 61.1 (2009): 188-213. p. 199.

¹³ Todas as traduções subsequentes são do autor da tese:

Waltz, Kenneth N. "Structural realism after the Cold War." *International security* 25.1 (2000): 5-41. p. 28.

¹⁴ *Idem*. p. 13

(...) Será que um desequilíbrio de poder tem menos riscos nas políticas internacionais do que nas políticas internas de um país?»¹⁵.

Além do desequilíbrio na balança de poder internacional, o sistema unipolar apresenta ainda um outro fator desestabilizador: o dilema securitário da potência hegemónica ¹⁶ A maioria dos Estados preocupam-se principalmente com a sua “vizinhança” - as suas fronteiras -, mas visto que a vizinhança do “unipólo” é o mundo, este está constantemente atento a todos os acontecimentos à escala global. Paradoxalmente, a noção de ameaça é ampliada pelo aumento de poder. Os Estados Unidos têm um enorme poder económico e militar, mas este não parece ser suficiente para alcançar alguns dos seus objetivos, ou seja, um “unipólo” cujos valores e comportamentos não atraíam outros Estados vê a sua influência profundamente diminuída no sistema internacional.

Mesmo se as ameaças à superpotência, provenientes da maioria dos outros Estados, sejam reduzidas e limitadas num sistema unipolar, o mesmo não se poderá dizer relativamente a Estados não democráticos ou a atores não estatais, como os terroristas. Tal situação leva os Estados Unidos a crer estar sob uma ameaça constante por parte dos chamados “Estados Párias” ou “Rogue States”:

«A segurança não pode ser garantida pois as “não-democracias” representarão sempre uma ameaça para os Estados Unidos. Apesar de estarmos num sistema unipolar, esta situação assemelha-se à de um sistema bipolar, onde os Estados Unidos e a União Soviética eram constantemente ameaçados e ameaçavam-se por terem ideologias e regimes diferentes. Ironicamente, o facto dos Estados Unidos serem um poder hegemónico alimenta os seus impulsos revolucionários. Neste cenário, esperança e medo, assim como oportunidade e ameaça, funcionam em conjunto»¹⁷.

O mesmo se poderá aplicar ao terrorismo, uma vez que a sua ligação ao sistema unipolar advém do monopólio de poder da superpotência no sistema internacional, tornando-a o primeiro alvo de descontentamento dos atores não estatais.

¹⁵ *Idem.* p. 27.

¹⁶ Jervis, Robert. "The remaking of a unipolar world." *Washington Quarterly* 29.3 (2006): 5-19. p. 11

¹⁷ *Idem.*

A adoção da doutrina da guerra preventiva, a seguir aos atentados do 11 de setembro de 2001, põe em risco o consenso internacional e a influência dos Estados Unidos junto dos seus aliados e no mundo. Raramente as grandes potências, como os Estados Unidos, se sentem totalmente seguras, privilegiando as ações preventivas para evitar uma deterioração do poder que detêm. George W. Bush acredita que se os Estados Unidos forem complacentes, haverá um aumento das ameaças exteriores e das alternativas ao poder unipolar¹⁸. Além do mais, para a Administração Bush a prevenção — e não a dissuasão — seria o único instrumento estratégico efetivo relativamente aos Estados não democráticos. De acordo com a linha-dura da Administração Bush, se a paz e a cooperação só funcionam com Estados democráticos, então é preciso transformar o sistema internacional, isto é, impor a adoção da democracia liberal a todos os Estados e sociedades — onde o respeito dos direitos humanos, das leis e dos Estados vizinhos é essencial — para que se possa conceber um mundo estável e pacífico¹⁹. Seguindo este raciocínio, para George W. Bush é necessária a mudança do regime norte-coreano, mesmo se este objetivo fosse seja contrário aos interesses dos seus aliados, nomeadamente a Coreia do Sul.

A vontade de moldar ou mesmo de refazer as políticas internacionais faz dos Estados Unidos um poder “revisionista”, ou seja, um poder que coloca em causa o *status quo* do sistema internacional. Não deixa de ser irónico, uma vez que os valores liberais – valores democráticos através dos quais uma paz duradoura seria possível – não são completamente compatíveis com o sistema unipolar: o liberalismo internacional implica igualdade jurídica entre os Estados, mas o Estado unipolar afirma ter direitos e responsabilidades diferente da dos outros.

Os ataques terroristas do 11 de setembro produzem enormes mudanças na política externa norte-americana. Durante a sua campanha eleitoral, Bush tinha afirmado que só utilizaria as forças militares em caso de ameaça aos interesses nacionais. Dessa forma, a manutenção da paz global e a construção das nações não faziam parte das suas prioridades, o que configuraria uma orientação isolacionista da sua política externa. O autor Robert

¹⁸ Jervis, Robert. "Unipolarity: A structural perspective." *World Politics* 61.1 (2009): 188-213. p. 205

¹⁹ *Idem*.

Jervis dirá «se os ataques terroristas não tivessem acontecido, poderíamos estar a falar de uma unipolaridade decadente ou mesmo potencial, e não de uma unipolaridade real»²⁰. O que caracteriza o comportamento da linha-dura norte-americana, após os ataques terroristas de 11 de setembro, é a sua vontade de mudar o sistema internacional, não de o manter, aproximando-se assim de um Estado revisionista.

Assim, podemos afirmar que o sistema unipolar norte-americano contém em si mesmos limites. Ainda que o seu poder seja notável, quer de um ponto de vista militar, quer de um ponto de vista económico, a execução dos objetivos da política externa dos Estados Unidos depende muito da participação dos seus aliados. Esses objetivos são: prevenir a ascensão de outra grande potência no sistema unipolar, erradicar o terrorismo, manter o bom funcionamento de um sistema económico internacional, divulgar os valores democráticos no mundo e estabelecer um grau elevado de cooperação entre os outros Estados, para que estes mantenham uma igualdade jurídica. A relação dos Estados Unidos com os seus aliados é muito importante, uma vez que a prosperidade internacional requiere esforços conjuntos. Por outro lado, os Estados Unidos necessitam de análises, informação e cooperação internacional para superar o problema do terrorismo. Finalmente, a propagação dos valores democráticos no mundo requiere que outros Estados e os seus aliados adotem e aprovelem esses valores, o mesmo com as Instituições Internacionais. “Moldar” o mundo segundo a visão norte-americana «representa uma tarefa política, social e até psicológica para a qual medidas unilaterais parecem ser inadequadas e o poder militar e económico norte-americano parecem ser insuficientes. O sucesso [dos objetivos norte-americanos] requiere que os outros Estados partilhem da visão americana e acreditem na sua liderança benigna»²¹.

²⁰ Jervis, Robert. "Unipolarity: A structural perspective." *World Politics* 61.1 (2009): 188-213. p. 204

²¹ *Idem.* p. 210.

B- A rutura com as Instituições Internacionais e com os aliados.

A Doutrina de George W. Bush acelera as divergências entre os seus aliados, as Nações Unidas e a NATO, subordinados aos interesses dos Estados Unidos. Bush dirá mesmo «ou estão connosco ou estão com os terroristas»²². A intervenção no Iraque em março de 2003 representa um importante momento de rutura dos Estados Unidos com os seus aliados e coloca um fim ao consenso internacional acerca de uma resposta conjunta aos ataques terroristas. Existe um grande contraste entre a intervenção de março de 1991 no Koweit – uma operação conjunta da ONU e dos Estados Unidos –, e a intervenção em março de 2003 no Iraque – uma operação isolada, contando somente com as tropas norte-americanas e inglesas, sem o acordo da ONU. Este momento representa a pior crise da Aliança Atlântica, desde a sua fundação. Os Estados Unidos estavam decididos, desde 2002, a invadir o Iraque, tendo como objetivo afirmar a sua revisão estratégica e mostrar ao mundo que poderiam não só intervir militarmente e travar uma guerra em qualquer continente, como seriam capazes de derrotar o maior exército do Médio Oriente.

Quando a França se opôs à intervenção no Iraque, argumentando para tal o não cumprimento das condições necessárias para um uso da força militar, as declarações iraquianas em relação à não posse de Armas de Destruição em Massa (ADM) e a cooperação dos inspetores ainda em curso²³, o vice-secretário de defesa dos Estados Unidos, Paul Wolfowitz, responde alegando que a posição da França era «ineficaz e irresponsável», uma vez que as ADM do Iraque ameaçavam todos os Estados democráticos. Paul Wolfowitz acrescenta mesmo que até o gabinete do presidente francês, então Jacques Chirac, no palácio do Eliseu, não estava seguro de um potencial ataque químico²⁴.

Os autores Ivo H. Daalder e Lindsay M. James expõem as repercussões desta atitude norte-americana, declarando que «a revolução da política externa de Bush tem

²² Georgewbush-whitehouse.archives.gov. (2001). *President Declares "Freedom at War with Fear"*. [online] Available at: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html>.

²³ Gordon, Philip H., and Jeremy Shapiro. *Allies at war: America, Europe, and the crisis over Iraq*. McGraw-Hill Companies, 2004. p.120.

²⁴ *Idem*. p.20.

profundas consequências nas relações internacionais [...]. Uma “América” que atua livremente pode mudar o mundo – para melhor –, mas uma “América” que atua sem restrições pode ser vista, também, como um Estado “arrogante”, sem princípios. Essa percepção pode tornar os seus aliados relutantes em relação à liderança norte-americana. Alguns Estados poderão até impor a sua predominância»²⁵. Na mesma linha de pensamento, Pierre Hassner demonstra, na sua obra «The United States: The empire of force or force of empire?»²⁶, que a Europa reage à resposta norte-americana face ao terrorismo com um misto de solidariedade instintiva e um ceticismo crescente. As anteriores certezas dos aliados acerca da potência norte-americana são destabilizadas face às políticas para a mobilização contra o terrorismo, à rejeição do Tribunal Criminal Internacional, à obsessão da tecnologia militar e à escassez de “visão política” dos Estados Unidos.

A rejeição da Lei Internacional ou da Corte Penal Internacional (ICC) pela Administração Bush demonstra, em particular, a que ponto esta ignora as Instituições Internacionais para chegar aos seus fins. Aliás, um dos pontos do alargamento da Doutrina Bush passa por privilegiar alianças pequenas e pontuais — alianças *ad hoc* — contra o terrorismo: são as missões que definem as coligações internacionais, e não o contrário. Enquanto num sistema legal se aplicam as mesmas regras a todos os atores internacionais, num sistema hegemónico as regras aplicadas à superpotência são diferenciadas, tendo a última um papel distinto da dos outros Estados. Dessa forma, seria expectável que a Administração Bush alegasse que só os Estados Unidos poderiam adotar a Doutrina da guerra preventiva e que rejeitasse a Corte Penal Internacional. De facto, o «Defense Guidance», constituído em 1992, afirma que os Estados Unidos tratarão os eventuais conflitos de forma unilateral, para que os seus aliados não necessitem de reforçar os seus programas militares. Assim, e dada a dificuldade da missão “autoimposta”, a potência hegemónica rejeita todas as leis e regras internacionais que possam dificultar ou limitar as suas eventuais intervenções²⁷. A atitude revisionista hegemónica e unilateral norte-americana preocupa os aliados que acreditam que o comportamento desta última põe em risco a sua segurança.

²⁵ Daalder, Ivo H., and James M. Lindsay. "The Bush Revolution: The Remaking of America's Foreign Policy." *The George W. Bush Presidency: An Early Assessment* (2003): p. 2.

²⁶ Hassner, Pierre, and Nicole Gnesotto. *The United States: the empire of force or the force of empire?* Institute for Security Studies, European Union, 2002.

²⁷ Jervis, Robert. "The remaking of a unipolar world." *Washington Quarterly* 29.3 (2006): 5-19. p. 11

Os aliados asiáticos partilham a preocupação geral da comunidade internacional quanto ao unilateralismo norte-americano e a falta de responsabilização que acompanha a preponderância do poder dos EUA. Os limites da Doutrina Bush não são estabelecidos por normas internacionais ou pelas reações aliadas, mas pela própria capacidade de autocontenção dos Estados Unidos. Alguns autores da região da Ásia Oriental, como Amitav Acharya, criticam a adoção das ações preventivas contra os “Estados Párias”, tendo em conta as fracas garantias apresentadas pela Administração Bush aos seus aliados. Acharya afirma que «à medida que a Doutrina [Bush] provou priorizar a ação militar para trazer a mudança de regime [dos Estados Párias], entrou em conflito com a afirmação de soberania da [Paz de] Vestefália, tal como as normas de não-interferência na Ásia, em particular»²⁸.

As reações asiáticas à Doutrina Bush foram igualmente motivadas pela preocupação de que esta pudesse levar a uma ação militar precipitada, sem esgotar todos os meios diplomáticos possíveis.²⁹ Dado o estatuto da República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) como membro do "Eixo do Mal", é natural que os aliados (e em particular os aliados asiáticos) questionem o futuro do regime de Kim Jong-il (Chefe de Estado norte-coreano de 1994 a 2011), após a invasão do Iraque. O presidente da República da Coreia (Coreia do Sul), Roh Moo-hyun, defensor da política de aproximação («Sunshine Policy») com a Coreia do Norte, promovida pelo seu antecessor Kim Dae-jung, mostra especial preocupação com a Doutrina Bush para a Península coreana. Nas suas palavras: «Eu gostaria de discutir com o presidente Bush de que as circunstâncias na Península coreana podem não ser apropriadas para aplicar este princípio [de prevenção]. O simples pensamento de um conflito militar com a Coreia do Norte é uma calamidade para nós». Para Roh Moo-hyun, a resposta para a situação inter-coreana não é a prevenção militar, mas o diálogo: «a confiança será estabelecida entre as partes, a porta para uma solução eficaz abrirá, se as partes envolvidas dialogarem com sinceridade»³⁰.

²⁸ Acharya, Amitav. "The Bush Doctrine and Asian regional order: The perils and pitfalls of preemption." *Confronting the Bush Doctrine*. RoutledgeCurzon, 2004. 203-226. p.219

²⁹ *Idem.* p.206-207

³⁰ Citado em Acharya, Amitav; *Idem.* p.217

A estes dois receios vem juntar-se um outro fator que destabiliza a posição dos aliados do nordeste asiático, isto é, o desprezo da Administração Bush pelo multilateralismo. Os aliados asiáticos questionam assim quais os limites da prevenção e que tipo de provas seriam necessárias para justificar um ataque militar. Nesse sentido, Amitav Acharya conclui que a Doutrina Bush «comprometeu, se não destruiu, toda a esperança de uma ordem de segurança multilateral mais robusta na Ásia.»³¹. Por fim, Jervis explica que é o receio relativamente ao abandono das alianças pelos Estados Unidos que provocou uma reação imediata por parte dos aliados europeus, bem como dos aliados do nordeste asiático. A título de exemplo, o Reino Unido obteve um lugar no processo de “tomadas de decisões” norte-americano, pelo envio de forças militares efetivas e especializadas durante a guerra do Iraque. Poderemos então afirmar que os Estados que alinharam com os Estados Unidos durante a intervenção no Iraque, como a «Nova Europa» ou a «Coalition of the Willing», esperavam ter uma voz na política externa norte-americana, uma garantia securitária pela superpotência na nova balança de poder unipolar. O que não se realizou.

C- O alargamento estratégico norte-americano e a Doutrina Bush

Além de uma revisão do sistema unipolar e da crise com os aliados, convém abordar outro elemento importante para compreender a atitude bélica da linha-dura norte-americana para com os “Estados Párias”. Torna-se essencial analisar o alargamento da revisão estratégica de Bush, assim como as convicções pessoais do presidente norte-americano. Por outro lado, para perceber o impacto dos ataques terroristas na política externa dos Estados Unidos, analisaremos as diferenças da política externa norte-americana entre a década de 1990 e a década de 2000, no pós-atentados.

Na obra «The Bush Revolution: The remaking of America’s Foreign Policy»³², os autores Ivo H Daalder e James M. Lindsay mostram que depois da Segunda Guerra Mundial, as sucessivas administrações norte-americanas acreditavam que poderiam reforçar o poder do país mantendo boas relações com os aliados, através das organizações

³¹ *Idem.* p.221

³² Daalder, Ivo H., and. Lindsay, James M. "The Bush Revolution: The Remaking of America’s Foreign Policy." *The George W. Bush Presidency: An Early Assessment* (2003): 155-165. p. 159

internacionais, como a ONU e a NATO, ou através de um reforçar das relações bilaterais com os aliados asiáticos. Esta convicção norte-americana baseava-se na ideia de que a cooperação com outros Estados confirmaria juntos dos aliados as boas intenções de Washington, permitindo ainda uma extensão do poder americano. Tendo em conta a campanha eleitoral de George W. Bush e os seus discursos, onde este afirma que teria como prioridade a política interna do país, muitos pensaram que a política externa norte-americana ficaria em segundo plano, tornando assim os Estados Unidos numa potência isolacionista.

Como afirmado anteriormente, os atentados do 11 de setembro fundamentaram a elaboração da Doutrina Bush: a política externa torna-se a nova prioridade da Administração Bush e, no contexto desta, a “Guerra contra o terrorismo” a missão central dos Estados Unidos. O alargamento da política externa tem como elemento principal a legitimação da guerra preventiva contra o terrorismo. Nesse sentido, Bush afirma:

«Os Estados Unidos não podem correr o risco: eles têm de prevenir, “mudar” ou aniquilar todos os regimes que suportem o terrorismo ou que procurem adquirir Armas de Destruição em Massa. Quando estes [regimes] se tornarem democracias, já não serão inimigos dos Estados Unidos, de Israel ou do mundo»³³.

Os Estados Unidos estão preparados para atacar o Iraque, não em resposta a um ato de agressão, mas no intuito de prevenir um eventual ato bélico: a crença de uma ameaça é em si mesma um argumento suficiente para intervir.

A esta nova diretiva de segurança nacional norte-americana vem juntar-se um outro fator que favoreceu a intervenção no Iraque e a posição do presidente norte-americano quanto à Coreia do Norte: as convicções pessoais de George W. Bush. O autor Robert Jervis alega mesmo que:

«A transformação de Bush após os atentados é paralela à sua conversão religiosa antes da sua presidência aos Estados Unidos: tal como a conversão a Cristo deu sentido à

³³ Citado em Hassner, Pierre, and Nicole Gnesotto. *The United States: the empire of force or the force of empire?* Institute for Security Studies, European Union, 2002. p. 43.

sua vida pessoal, a “Guerra contra o terrorismo” transformou-se na característica que define a sua política externa e na sua missão sagrada»³⁴.

Ivo Daalder e James M. Lindsay acrescentam que «Bush acredita mesmo que a sua chegada a presidência faz parte de um plano divino. No momento em que o mundo for liberto do Mal as pessoas boas poderão viver livremente sem medo. A missão da América – ou seja a missão de Bush – é a de tornar essa visão realidade»³⁵.

As consequências do alargamento da estratégia norte-americana e da invasão do Iraque são profundas: a rotura com os seus aliados, a instabilidade da ordem internacional e a mobilização da defesa contra os “Estados Párias”, alvos da Administração Bush. Podemos assim concluir que a expansão excessiva do “unipólo” e o medo de uma invasão preventiva norte-americana encorajam os “Estados Párias” a adquirir armas nucleares. Estes incentivos não foram criados pelo regime iraquiano de Saddam Hussein ou pelo regime norte-coreano de Kim Jong-il, mas pelos Estados Unidos que incentivam a proliferação das armas nucleares ao enfatizar o perigo dos “Estados Párias” que possuem armas nucleares ou que possam vir a possuir. Nesse sentido, o autor Timothy L. Savage defende:

“Os Estados Unidos têm, de facto, muito a recear da aquisição de armas nucleares por países como o Iraque e a Coreia do Norte. [...] As atuais políticas da Administração Bush estão a encorajar a proliferação nuclear. Recusando-se a empenhar-se seriamente no desarmamento e movendo-se para o desenvolvimento de novos tipos de armas nucleares, procurando ao mesmo tempo um aperfeiçoamento da segurança através do desenvolvimento de defesas antimísseis, os EUA reivindicam para si próprios um direito à liberdade de ação que não permitem a nenhum outro país em perigo. Uma hipocrisia tão óbvia não pode deixar de convencer os países que se opõem ao *status quo* a procurarem armas nucleares como meio de dissuadir as ações dos EUA e de promover os seus próprios

³⁴ Jervis, Robert. "The compulsive empire." *Foreign Policy* (2003): 83-87. p. 84.

³⁵ Daalder, Ivo H., and . Lindsay, James M. "The Bush Revolution: The Remaking of America's Foreign Policy." *The George W. Bush Presidency: An Early Assessment* (2003): 155-165. p. 159

objetivos. Construir armas nucleares mais novas, mais pequenas ou mais sofisticadas não vai impedir a proliferação nuclear: vai encorajá-la»³⁶.

A forma cautelosa com a qual os Estados Unidos lidam com a Coreia do Norte, ao contrário da atitude para com o Iraque, mostra a força dissuasiva das armas nucleares contra o poder da superpotência americana. Timothy L. Savage acrescenta:

«A mensagem para Pyongyang foi clara: ser suspeito de desenvolver Armas de Destruição em Massa aumenta o risco de uma invasão [preventiva] dos EUA. Pelo contrário, possuir armas nucleares poderia fazer com que Washington pensasse duas vezes sobre um ataque [preventivo]. Não é por acaso que, após a invasão do Iraque, a Coreia do Norte deixou de negar que estava a desenvolver armas nucleares e, em vez disso, começou a afirmar que o seu programa estava mais avançado do que se pensava anteriormente»³⁷.

A maneira como os Estados Unidos se têm focado em impedir que outros países obtenham armas nucleares sugere que as capacidades de sucesso das ADM são muito elevadas. Por essa razão, Robert Jervis acredita que a atitude hegemónica num sistema unipolar «poderá já ter no seu interior a “semente” da sua própria destruição»³⁸.

³⁶ Savage, Timothy L. (2005). *Letting the genie out of the bottle: the Bush nuclear doctrine in Asia*. In: M. Gurtov and P. Van Ness, ed., *Confronting the Bush Doctrine. Critical Views from the Asia-Pacific*, 1st ed. RoutledgeCurzon, pp.63-85.p.83

³⁷ Gurtov, Melvin, and Peter Van Ness, eds. *Confronting the Bush Doctrine: Critical Views from the Asia-Pacific*. RoutledgeCurzon, 2004.p73

³⁸ Jervis, Robert. "Unipolarity: A structural perspective." *World Politics* 61.1 (2009): 188-213. p. 213.

II- O intervencionismo e unilateralismo norte americanos na Península coreana: o dilema securitário.

A- As estruturas securitárias do Pós-Guerra Fria na região da Ásia Oriental.

Para entender o dilema securitário provocado pela política de prevenção norte-americana na região da Ásia Oriental, nomeadamente na península coreana, é preciso analisar a estrutura securitária da região. Nas últimas décadas, a região foi marcada pela guerra, por revoltas políticas, pela democratização, mas também por um *boom* seguido de uma crise económica. Após as guerras na região (entre o fim do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX) e durante a Guerra Fria assiste-se à implementação gradual de um sistema de interdependência económica e política, o denominado «hub-and-spoke» que se distingue pelas relações bilaterais e privilegiadas que cada país da região (“spoke”) mantem com Washington (“hub”).

A relação dos Estados Unidos com os seus aliados asiáticos foi construída através de fortes laços securitários e bilaterais e de relações económicas multilaterais moderadas. Em torno desta estrutura foram realizados numerosos acordos políticos entre os Estados Unidos e os países na região, como o Japão e a Coreia do Sul. Numa ordem anticomunista em plena Guerra Fria, em troca de segurança e de acesso aos mercados e à tecnologia americanos, estes países tornam-se parceiros estáveis, fornecendo simultaneamente suporte diplomático e económico aos Estados Unidos. Curiosamente, este sistema mantém-se e permanece um dos fatores mais significativos para a estabilidade na região após a queda do regime soviético, apesar das mudanças geoeconómicas e geopolíticas das últimas duas décadas.

Segundo G. John Ikenberry, até 2004 não tinha havido nenhum mecanismo multilateral na Ásia Oriental que superasse a ordem hegemónica liberal norte-americana e que sustentasse a proteção, a previsibilidade geopolítica e o acesso ao mercado americano³⁹. Em contrapartida, os Estados Unidos ganham aliados estratégicos na linha da frente da Ásia Oriental, aumentando a presença geopolítica na região e recebendo

³⁹ Ikenberry, G. John. "American hegemony and East Asian order." *Australian Journal of International Affairs* 58.3 (2004): 353-367. p.353

capital para financiar o défice norte-americano. Por outro lado, assiste-se a um aumento do diálogo sobre segurança entre os países da região, à constituição de fóruns multilaterais e outros mecanismos de compromisso securitário regional. No entanto, Ikenberry afirma que a ordem hegemónica norte-americana permanecerá por mais umas décadas como uma componente crítica na ordem da região asiática⁴⁰.

Na perspetiva do “spoke”, este sistema de alianças bilaterais torna a superpotência americana mais previsível e “amigável”. As relações privilegiadas com o “spoke” reforçam a reciprocidade e a “institucionalização” da hegemonia americana, tornando esta mais “tolerável” e benigna. O sistema «hub-and-spoke» permitiu o desenvolvimento de uma economia regional (e global) sob a proteção da superpotência, a chamada «security umbrela», tendo os governos sido encorajados a baixar as tarifas aduaneiras e a seguir estratégias de desenvolvimento económico. A referida estrutura securitária providenciou, assim, não só suporte político, mas reforçou também uma economia mundial aberta. No entanto, o sistema unipolar pós-Guerra Fria preocupa os aliados asiáticos, quer pela vertente da “dominação”, quer pela vertente do “abandono”.

Ao contrário do caso europeu, a criação de uma ordem baseada em relações bilaterais (e não multilaterais) na região asiática representa uma estratégia mais vantajosa e desejável para os Estados Unidos: o multilateralismo teria trazido mais restrições na autonomia política da superpotência na região. G. John Ikenberry e Peter Katzenstein⁴¹ concordam no sentido em que a opção multilateral só é considerada benéfica para os Estados Unidos se as vantagens trazidas pela implementação de instituições internacionais, como a Organização do Tratado Norte-Atlântico (NATO) ou a Comunidade Económica Europeia (CEE), são mais elevadas que os custos da redução da autonomia política. Por outras palavras, no contexto do Pós-Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, interessava à potência norte-americana institucionalizar na Europa uma zona de contenção do comunismo. Esse contexto não se aplica, contudo, à região asiática: «Propostas foram feitas no sentido de uma versão asiática da NATO, mas as relações de segurança rapidamente assumiram a forma de pactos militares bilaterais.

⁴⁰ Ikenberry, G. John. "American hegemony and East Asian order." *Australian Journal of International Affairs* 58.3 (2004): 353-367. P.354

⁴¹ Ikenberry, G. John. *Idem.* p.358; Katzenstein, Peter J. "Introduction: Asian regionalism in comparative perspective." *Network Power: Japan and Asia* (1997): 1-44. p.9-10

Outro fator importante: Os Estados Unidos tinham mais poder na região do nordeste asiático mas “precisavam” menos deste. Por essa razão, era menos interessante para os Estados Unidos perderem autonomia política em troca de uma cooperação institucionalizada na Ásia»⁴².

A configuração das relações de segurança estabelecidas na Ásia Oriental reflete igualmente a Balança de Poder do Pós-Guerra Fria. Os Estados Unidos estavam menos determinados no estabelecimento de uma ordem multilateral na região: “Uma hegemonia extrema levou a um sistema de relações [bilaterais] entre Estados em vez de um sistema multilateral”⁴³. Ikenberry e Katzenstein argumentam que, para a superpotência americana, o sistema multilateral na Ásia significa menos liberdade de ação na região. Pelo contrário, a “opção bilateral” permite o desenvolvimento de acordos com os países asiáticos e a construção de uma ordem regional à imagem dos valores norte-americanos. Ikenberry afirma que esta estrutura é favorecida pela desigualdade de poder, subjacente ao sistema unipolar, no qual os países privilegiam as relações bilaterais com a superpotência. Esta última fornece segurança e presença militar na região.

Paralelamente, o desequilíbrio da Balança de Poder no sistema unipolar aumenta o poder dos Estados Unidos e reforça a sua posição de líder mundial: torna-se mais fácil para Washington moldar ou mesmo controlar as políticas internas dos seus aliados.⁴⁴ Desse modo, a estrutura «hub-and-spoke» na região condiciona a política de aproximação do presidente sul-coreano Kim Dae-jung (mais tarde do presidente Roh Moo-hyun) com a República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte). Poderemos considerar que esta seria uma das razões para se questionar as implicações da revisão da política externa norte-americana nas dinâmicas da Península coreana? Há que ter presente a correlação entre a segurança da região asiática e a segurança da Coreia do Sul, ambas condicionadas às relações com os Estados Unidos. A questão da Coreia do Norte representa igualmente, desde a década de 1990, um dos temas mais fraturantes nas políticas externas dos Estados Unidos e dos seus aliados na região. Há uma divisão

⁴² Ikenberry, G. John. "American hegemony and East Asian order." *Australian Journal of International Affairs* 58.3 (2004): 353-367. p.357

⁴³ Katzenstein, Peter J. "Introduction: Asian regionalism in comparative perspective." *Network Power: Japan and Asia* (1997): 1-44. p.9-10

⁴⁴ Ikenberry, G. John. "American hegemony and East Asian order." *Australian Journal of International Affairs* 58.3 (2004): 353-367. p.363-364

evidente sobre o entendimento que Washington e Seul têm sobre as intenções do regime norte-coreano, mas também sobre as estratégias a adotar em relação a Pyongyang⁴⁵.

O sistema económico, securitário e político regional asiático, distinto do sistema existente na Europa, apresenta vários desafios que se podem justapor com os próprios limites de uma ordem Mundial Unipolar. Primeiro, a dualidade e a divisão crescente relativa às expectativas económicas dos países asiáticos que esperam estabelecer relações económicas com a China, guardando simultaneamente os “laços” de segurança com os Estados Unidos. A divergência evidente entre o sistema económico e o sistema securitário da região constitui um elemento de instabilidade. Segundo, após a revisão da estratégia securitária norte-americana, são privilegiadas novas alianças pontuais (*ad hoc*) na “guerra” contra o terrorismo, em detrimento das “velhas” alianças. Esta nova visão norte-americana da segurança Nacional leva a uma desvalorização das ameaças regionais antigas, mobilizando as “velhas” alianças para a participação numa coligação contra os “Estados Párias” e o terrorismo, denominada «Coalition of the willing»⁴⁶.

O novo contexto securitário na região, assente na revisão da política externa da Administração Bush, complexifica a condição de aliado, confrontando-o simultaneamente com novos problemas de “comprometimento e aprisionamento”⁴⁷. O Estado aliado tem de ajustar, entre outras, as suas próprias capacidades internas para responder aos compromissos acordados com Washington, de acordo com a nova visão norte-americana de “segurança”. Esta é uma condição *sine qua non* para manter um entendimento securitário bilateral com a superpotência. Temos o caso de Coreia do Sul, um aliado que assegura continuamente a sua presença nas campanhas militares norte-americanas no Afeganistão e no Iraque, participação militar que, no palco interno, cria tensões junto da opinião pública nacional. Tendo sempre em consideração o compromisso de segurança, a aliança de Seul com os Estados Unidos, não pode deixar que o laço

⁴⁵Cha, Victor D., and David C. Kang. "The Debate over North Korea." *Political Science Quarterly* 119.2 (2004): 229-254. p. 229

⁴⁶A chamada “Coalition of the willing” foi utilizada pela Administração Clinton (1993-2001), no contexto da primeira crise nuclear norte-coreana, em 1994, e retomada pela Administração Bush após os ataques terroristas de 2001, durante a guerra no Iraque, e mais tarde, durante o advento da segunda crise nuclear norte-coreana, em 2003.

⁴⁷Ikenberry, G. John. "American hegemony and East Asian order." *Australian Journal of International Affairs* 58.3 (2004): 353-367. p.360

securitário com Washington prejudique o apoio dos sul-coreanos em matéria de política interna e externa. Esta nova forma de aliança fragiliza os antigos acordos securitários que estruturam a própria Ordem «hub-and-spoke» da região.

Além da divisão crescente entre as dinâmicas económicas e securitárias na Ásia Oriental, o impasse nuclear norte-coreano representa igualmente um grande fator de instabilidade regional. No intento de uma resolução da segunda crise nuclear pelo diálogo multilateral, foi desenvolvido o chamado «Six Party Talks» que reúne a Coreia do Sul, a Coreia do Norte, os Estados Unidos, o Japão, a República Popular da China e a Rússia. Este sistema de cooperação securitária regional expõe as primícias de um sistema de segurança multilateral na Ásia Oriental. O desenvolvimento de um multilateralismo securitário desafia, segundo Ikenberry, a ordem «hub-and-spoke» liderada pelos Estados Unidos. O «Six Party Talks», tal como o fórum multilateral Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), são sistemas que podem evoluir para uma organização de segurança multilateral da Ásia Oriental, mais generalizada, capaz de gerar estabilidade regional. Este autor prevê o desenvolvimento gradual de diálogos sobre segurança multilateral, mas também a formação de reuniões informais regionais na Ásia Oriental. Estes mecanismos regionais, como o «Six-Party Talks», ajudam a superar o sistema de aliança «hub-and-spoke».

No entanto, muitos fatores contribuem para o enfraquecimento deste processo multilateral securitário — o nacionalismo, a diversidade dos regimes, o estado embrionário das democracias na região —, dificultando o desenvolvimento de um multilateralismo estável, capaz de suplantar o sistema de segurança bilateral com os Estados Unidos, ou seja, o sistema «hub-and-spoke»:

«As alternativas [à ordem hegemónica norte-americana na região] não são desejáveis ou alcançáveis. Certamente a ordem hegemónica é mais desejável para a maioria dos países na região de que um impasse bipolar [...] entre os Estados Unidos e a China. As ordens hegemónicas podem ser liberais e benignas ou coercivas e exploradoras. Durante a maior parte do século passado, a ordem hegemónica americana na região tem sido relativamente “amigável” para com os Estados aliados. Esta ordem ofereceu ao Japão e à Coreia do Sul segurança e acesso político ao Líder mundial [...]. As alianças bilaterais são igualmente associadas a um crescimento económico e transformação sem precedentes

na região. Percebe-se então porque é que a China não procura ativamente derrubar o sistema de segurança bilateral, especialmente quando o próprio sistema «hub-and-spoke» permite a Pequim enquadrar-se e operar no mesmo. O mercado aberto e uma “relação especial” com Washington não é um mau acordo»⁴⁸.

Finalmente, se considerarmos as alternativas ao sistema de segurança na Ásia Oriental — uma adoção de uma estrutura de segurança e cooperação multilateral na região —, de difícil execução e se, por outro lado, avançarmos com a ideia de que perdurará o sistema de segurança bilateral «hub-and-spoke» no nordeste asiático (não obstante as transformações graduais geopolíticas e económicas), torna-se então incontestável de que a revisão da política norte-americana em matéria de segurança e política externa tem fortes implicações nas políticas internas e externas dos aliados asiáticos. Podemos então concluir que a Doutrina Bush influí nas políticas adotadas pelos países da Ásia Oriental para com Pyongyang, nomeadamente na política de aproximação com a Coreia do Norte dos presidentes sul-coreano Kim Dae-jung e Roh Moo-hyun.

Para entender tais implicações é necessário compreender a visão da Administração Bush relativamente à República Popular Democrática da Coreia. Questões como, que relação Washington procura manter com Pyongyang e qual a perceção dos denominados «Hawks» (Falcões) norte-americanos à política de compromisso e de diálogo sul-coreano com a Coreia do Norte, são centrais. Para analisar tais questões, a investigação procura compreender o comportamento adotado pela «linha-dura» norte-americana em relação à Coreia do Norte.

⁴⁸ Ikenberry, G. John. "American hegemony and East Asian order." *Australian Journal of International Affairs* 58.3 (2004): 353-367. p.365

B- A Administração Bush e a Coreia do Norte

A ideologia da linha-dura norte-americana nas relações com a Coreia do Norte

Até aos atentados de 11 de setembro de 2001, o presidente George W. Bush⁴⁹ nunca mostrou muito interesse em matéria de política externa, nomeadamente no tocante à região da Ásia-Pacífico. Acresce que, antes da sua presidência, George W. Bush nunca visitou a região. Considerando as lacunas em política externa do presidente norte-americano e, sobretudo, após os eventos de 11 setembro de 2001, Bush apoia-se fortemente na sua equipa de conselheiros, da qual destacamos o vice-presidente, Dick Cheney; o representante da «House of Representatives Committee on International Relations», Henry Hyde; o secretário de Estado, Colin Powell (mais tarde Condoleezza Rice); o vice-secretário de Estado, Richard Armitage; o secretário da defesa, Donald Rumsfeld; o vice-secretário da defesa, Paul Wolfowitz e o secretário-assistente de Estado para os assuntos da Ásia Oriental e Pacífica, James A. Kelly. A Administração Bush integra assim um grande número de opositores fervorosos do controlo tradicional de armamento, ancorado em instrumentos multilaterais. Por conseguinte, as visões e experiências destes políticos norte-americanos vão determinar as políticas para a região da Ásia Oriental, especialmente para a Coreia do Norte. Andrew Scobell alega mesmo que a ideologia tem um impacto relevante na construção das políticas globais⁵⁰. Nesse sentido, torna-se central compreender a arquitetura ideológica da política da Administração Bush para analisar a política externa norte-americana para a Península coreana.

Após a mudança da Administração Clinton para a Administração Bush, Charles L. Pritchard, que passa de «enviado especial das negociações *de paz*» com a Coreia do Norte durante a presidência Clinton a «enviado especial das negociações» com a Coreia do Norte, durante a presidência de Bush, relembra um encontro na Casa Branca com James

⁴⁹ George W. Bush tomou posse como presidente dos Estados Unidos da América a 20 de janeiro de 2001. Antes da presidência dos EUA, Bush foi Governador do Texas. George H. W. Bush foi Presidente dos EUA entre 1989 e 1993. Nos anos de 1970 o presidente George H. W. Bush desenvolveu missões em Pequim.

⁵⁰ Scobell, Andrew. "Crouching Korea, Hidden China: Bush Administration Policy toward Pyongyang and Beijing." *Asian Survey* 42.2 (2002): 343-368. p.344

A. Kelly que comenta indignado: «Quem o autorizou a utilizar esse título? [...] “Negociações de Paz” é um termo democrata. Isto é uma Administração republicana, temos que pensar num título diferente»⁵¹. O comentário do secretário-assistente de Estado para os assuntos da Ásia Oriental e Pacífica deixa claro que a Administração Bush não irá prosseguir os passos da Administração Clinton, nomeadamente no que diz respeito às relações com a Coreia do Norte.

Deste modo, o efeito da ideologia dos «Hawks» (Falcões) da Administração Bush manifesta-se na alteração das prioridades dos Estados Unidos para com a Ásia Oriental. De facto, observa-se uma mudança entre a Administração Clinton e a Administração Bush ao nível da política de segurança e das questões militares, apresentadas e defendidas pela linha-dura norte-americana. De acordo com o relatório «Quadrennial Defense Review» (Revisão da Defesa Quadrienal)⁵², publicado a 30 de setembro de 2001, a Ásia Oriental torna-se a principal preocupação da Comunidade de Defesa norte-americana desta Administração, substituindo a Europa. O relatório supramencionado identifica a Ásia como uma região crítica que «contem uma mistura volátil de potências crescentes e decrescentes»⁵³. Acresce que a China e a Coreia do Norte ocupam um lugar proeminente no relatório publicado pela Agência Central de Inteligência (CIA) de janeiro de 2002, acerca das ameaças de mísseis balísticos, juntamente com outros Estados da região, tais como a Rússia, a Índia, o Paquistão, o Iraque e o Irão.

Segundo Andrew Scobell, os «Hawks» da Administração norte-americana acreditam firmemente na necessidade de uma forte defesa nacional, estando dispostos a usar a força militar como instrumento diplomático. Estes defendem que a elaboração de uma defesa antimíssil, sem concessão, é imprescindível para a segurança dos Estados Unidos. Finalmente, recomendam ainda uma retórica rígida com os seus rivais e receiam o diálogo que é visto negativamente como apaziguamento⁵⁴. Em relação a esta retórica rígida e aos receios de diálogo, entendido como fraqueza, Robin Wright e Edward N.

⁵¹ Pritchard, Charles L. *Failed diplomacy: the tragic story of how North Korea got the bomb*. Brookings Institution Press, 2007.p.46

⁵² Department of Defense. *Quadrennial Defense Review Report*. United States Of America, 2001. [online] Available at: <https://archive.defense.gov/pubs/qdr2001.pdf>

⁵³ *Idem*. p.4

⁵⁴ Scobell, Andrew. "Crouching Korea, Hidden China: Bush Administration Policy toward Pyongyang and Beijing." *Asian Survey* 42.2 (2002): 343-368. p. 346.

Luttwak, ambos jornalistas do *Los Angeles Times*, defendem que a posição inflexível em matéria de política externa da Administração Bush tem resultados contraproduativos ou mesmo nocivos para os próprios interesses dos Estados Unidos⁵⁵.

No discurso proferido a 26 janeiro de 2001, o secretário da defesa Donald H. Rumsfeld expõe a nova trajetória da política norte-americana, enunciando os três objetivos preconizados por George W. Bush. São eles: a necessidade de reforçar o vínculo de confiança com os militares americanos, a proteção dos americanos contra os ataques e as ameaças terroristas e o desenvolvimento de um poder militar que saiba tirar partido das novas tecnologias quando confrontado com novas ameaças. Enquanto defensor de uma forte defesa nacional e como o maior apoiante da defesa antimísil, Donald H. Rumsfeld insiste na superioridade da defesa antimísil afirmando: «Estes sistemas [de defesa antimísil] não representam uma ameaça para ninguém. É um facto. Estes não deviam preocupar ninguém, salvo aqueles que ameaçam os outros»⁵⁶. Donald H. Rumsfeld realizou igualmente um estudo sobre o desenvolvimento dos mísseis balísticos no qual argumenta que alguns “Estados Párias”, como a Coreia do Norte, teriam a capacidade de atingir os Estados Unidos com mísseis nucleares se estes não desenvolvessem a defesa antimísil⁵⁷.

Na mesma linha, o vice-secretário de Estado Richard L. Armitage, um dos funcionários do Governo Bush com mais experiência nas relações com a Ásia Oriental, alega em setembro de 2000, numa entrevista ao *U.S. Foreign Policy Agenda*, que a região asiática é uma aérea chave para a segurança nacional norte-americana em termos de alianças, mas igualmente em termos de desafios⁵⁸. Dick Cheney, considerado o vice-presidente mais influente na História dos Estados Unidos, teve igualmente um papel importante na mediação dos assuntos da política externa do país. A isso se refere o diplomata e autor Charles L. Pritchard, relatando no seu livro *Failed diplomacy: the tragic story of how North Korea got the bomb* uma mudança significativa na Casa Branca durante a presidência de Bush, sublinhando ainda o envolvimento ativo do vice-

⁵⁵ Citado em Scobell, Andrew. *Idem*. p. 346.

⁵⁶ Citado em Scobell, Andrew. *Idem*. p. 346-347.

⁵⁷ The Commission to Assess the Ballistic Missile Threat to the United States. *Commission To Assess The Ballistic Missile Threat To The United States*. 1998, <https://fas.org/irp/threat/bm-threat.htm>. Accessed 11 Mar 2019.

⁵⁸ Citado em Scobell, Andrew. *Idem*. p. 347-348.

presidente e da sua equipa no desenvolvimento das políticas e dos debates relativos à Coreia do Norte⁵⁹. Como Donald H. Rumsfeld, Richard L. Armitage e Dick Cheney, a secretária de Estado Condoleezza Rice (sucessora de Colin Powell e grande defensora da defesa antimíssil) acredita que as negociações com os regimes comunistas devem ser realizadas com recurso ao «hard power», ou seja, à coerção pelos meios militares.

Segundo Timothy L. Savage, o fim da Guerra Fria trouxe a possibilidade de um desarmamento nuclear que os Estados Unidos não souberam aproveitar. Em vez de usufruir da oportunidade histórica, a Administração Bush aumentou o papel das armas nucleares na Defesa norte-americana, tendo como foco a contenção ou refreamento nuclear, nomeadamente da China e da Coreia do Norte. O autor argumenta que a política nuclear promovida pela Administração Bush na Ásia Oriental apresenta três objetivos: derrotar a Coreia do Norte, conter a China e assegurar as alianças com a Coreia do Sul e com o Japão. Em vez de tentar compreender quais os meios mais eficazes para induzir um desarmamento nuclear na Coreia do Norte, Savage alega que a Administração Bush lida com a questão nuclear com a Coreia do Norte com um enquadramento ideológico que vê em Pyongyang o “Mal” encarnado. Para a Administração Bush, a República Popular Democrática da Coreia é vista como um inimigo ideológico implacável dos Estados Unidos. Segundo os «Hawks» norte-americanos, os interesses vitais de Washington e de Pyongyang são antagónicos⁶⁰.

George W. Bush e a sua Administração não hesitam em expor as suas opiniões sobre o ditador norte-coreano. No decurso da entrevista com o jornalista Bob Woodward, em agosto de 2002, e após ter declarado ao jornalista: «Permita-me falar da Coreia do Norte», Bush comentou: «Eu abomino Kim Jong-il», acrescentando «tenho uma reação visceral a este indivíduo»⁶¹. Mais tarde, em maio de 2003, durante uma reunião com os Senadores Republicanos, Bush descreve Kim Jong-il de «pigmeu», comparando-o a «uma

⁵⁹ Pritchard, Charles L. *Failed diplomacy: the tragic story of how North Korea got the bomb*. Brookings Institution Press, 2007.p.50

⁶⁰ Savage, Timothy L. (2005). *Letting the genie out of the bottle: the Bush nuclear doctrine in Asia*. In: M. Gurtov and P. Van Ness, ed., *Confronting the Bush Doctrine. Critical Views from the Asia-Pacific.*, 1st ed. RoutledgeCurzon, pp.63-85. p.71

⁶¹ Woodward, Bob. *Bush at war*. Simon and Schuster, 2002.p.340

criança mimada à mesa»⁶². Durante uma audiência perante a Comissão de Relações Externas do Senado, Colin Powell declara:

«O presidente [Bush] exprimiu o seu forte apoio ao presidente [sul-coreano] Kim Dae-jung relativamente aos seus esforços de abertura da Coreia do Norte [ao mundo exterior]. É um regime despótico, está debilitado. Não temos ilusões acerca deste regime. Não nos iludimos quanto a natureza do indivíduo que dirige a Coreia do Norte. Ele [Kim Jong-il] é um déspota, mas está a governar uma sociedade decadente que terá de se abrir ao exterior, e se tal não for o caso, acabará por colapsar. De qualquer forma, uma vez aberta, é bem possível que colapse»⁶³.

Condoleeza Rice reitera as opiniões de Bush e Powell afirmando, em maio de 2006 durante uma entrevista à Fox News, que a Coreia do Norte deveria ser designada pelo termo «Evil» (Mal). Quando o entrevistador Sean Hannity a interroga sobre a utilização, por parte de Bush, do termo «Eixo do Mal», Rice afirma:

«Estou absolutamente de acordo [com a utilização do termo “Eixo do Mal”]. Eu sei que os Estados Unidos têm muitas vezes dificuldade em usar termos tais como a palavra “Mal”, eu sei que existem riscos inerentes na utilização deste termo. No entanto, existem alguns comportamentos, alguns regimes que se comportam dessa maneira. Quando se oprime o seu povo, quando há fome como houve na Coreia do Norte [...] haverá outro termo para o designar [regime norte-coreano]?»⁶⁴.

Para além da defesa antimísil, outra característica da Administração Bush, com ecos no partido Republicano, é a perceção de que a Administração anterior se mostrou demasiado conciliadora com os regimes comunistas⁶⁵. Na perspetiva dos «Hawks», Bill Clinton acomodou-se e aprovou atitudes que prejudicaram os interesses norte americanos. No caso da Coreia do Norte, a Administração Clinton é acusada pela Administração Bush

⁶² Fineman, Howard. "I Sniff Some Politics". *Newsweek*, 2019, <https://www.newsweek.com/i-sniff-some-politics-145757>. Accessed 8 May 2019.

⁶³ "Testimony At Budget Hearing Before The Senate Foreign Relations Committee". *2001-2009.state.gov*, 2001, <https://2001-2009.state.gov/secretary/former/powell/remarks/2001/1164.htm>.

⁶⁴ "Interview With Sean Hannity Of Fox News Hannity & Colmes". *2001-2009.State.Gov*, 2001, <https://2001-2009.state.gov/secretary/rm/2006/66868.htm>.

⁶⁵ Scobell, Andrew. "Crouching Korea, Hidden China: Bush Administration Policy toward Pyongyang and Beijing." *Asian Survey* 42.2 (2002): 343-368. p.350

de capitulação perante um regime brutal e repressivo ao ter negociado o «Agreed Framework» (AF). Este é um acordo-quadro assinado entre Washington e Pyongyang, a 21 de outubro de 1994, no qual os Estados Unidos prometiam oferecer à Coreia do Norte reatores nucleares de água natural e realizar entregas regulares de petróleo bruto, até a inauguração dos reatores.

Esta perceção crítica da ação da Administração Clinton surge da crença de que a Coreia do Norte constitui um regime extremamente perigoso e bem armado, capaz de atacar os Estados Unidos com mísseis e Armas de Destruição em Massa (ADM). Enquanto tal, a Coreia do Norte representa não só um perigo militar atual, como também a ameaça mais elevada para os Estados Unidos, na primeira década do século XXI. Pyongyang é o "modelo" de referência da linha-dura americana para os chamados «regimes fora da lei» ou os «Estados Párias». O regime norte-coreano resume, segundo a Administração Bush, o tipo de regime possuidor de mísseis balísticos que ameaça os Estados Unidos e, por consequência, é regularmente mencionado para justificar a necessidade de uma defesa antimíssil norte-americana.

Ainda assim nota-se, no decorrer da transição entre a presidência de Clinton e a presidência de Bush, uma certa recetividade ao diálogo e ao prosseguimento das negociações com Pyongyang. A 17 de janeiro de 2001, o secretário de Estado Colin Powell declara publicamente que os Estados Unidos respeitariam os «compromissos estabelecidos pelo Agreed Framework», negociados durante a Administração Clinton, «desde que a Coreia do Norte fizesse o mesmo»⁶⁶. Mais tarde, em março de 2001, Powell reitera o discurso anterior, afirmando que a Administração Bush prevê continuar com os compromissos previamente acordados por Clinton com a Coreia do Norte. Contudo, observa-se um recuo desta posição, tomada no início da presidência Bush. Powell nega o que tinha declarado anteriormente, afirmando que as negociações com Pyongyang não seriam iminentes e que só seriam exequíveis se houvesse um completo desarmamento nuclear e a redução das capacidades convencionais por parte do regime norte-coreano⁶⁷. Em vez de

⁶⁶ Colin L. Powell, confirmation hearing before the Senate Foreign Relations Committee, 107th Congress, 1st sess., January 17, 2001, <http://www.state.gov/secretary/rm/2001/index.cfm?docid=443>

⁶⁷ Matray, James I. "The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis." *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177. p.143

utilizar o Agreed Framework como fundamento para futuras negociações com a República Popular Democrática da Coreia, Bush e a sua Administração optam por uma política mais dura, argumentando, sem quaisquer provas concretas, que o regime norte-coreano se recusa a respeitar os acordos prévios. Estas declarações são contrariadas pelo diretor da CIA, George J. Tenet, a 19 de março de 2002, num testemunho perante o Congresso norte-americano, no qual afirma que a Coreia do Norte estava em cumprimento com o Agreed Framework:

«A Coreia do Norte continua em cumprimento com os termos expostos no Agreed Framework relativamente ao congelamento do programa de reatores. No entanto, Pyongyang tem avisado que em caso de não cumprimento das condições expostas no Agreed Framework por parte dos Estados Unidos, a Coreia do Norte sairá do acordo»⁶⁸.

Um fator que explica este endurecimento para com a Coreia do Norte por parte da Administração Bush é a revisão estratégica dos Estados Unidos, efetuada após os atentados terroristas, que vai buscar os princípios fundamentais da linha-dura norte-americana da época, a saber: uma política do «tudo menos Clinton» («Anything but Clinton»), também conhecida pela política “ABC”), a repreensão da má conduta, e a crença de que o Agreed Framework não é um acordo favorável aos Estados Unidos. Segundo James I. Matray, a revisão da política externa dos Estados Unidos para a Coreia do Norte pode definir-se por uma política de «pedidos unilaterais» da Administração Bush, ou seja, a iniciativa negocial pertence somente aos Estados Unidos. E se tais pedidos não forem cumpridos não haverá qualquer possibilidade de negociação com Pyongyang. A Administração Bush defende que o retomar das negociações com a República Popular Democrática da Coreia depende da aceitação, por parte desta, das seguintes condições:

- O regime norte-coreano aceita debater todas as questões centrais aos interesses norte-americanos, a saber, as armas nucleares e misseis e a violação dos direitos humanos;
- Para todos os acordos entre os dois países será exigido uma verificação do cumprimento das condições acordadas⁶⁹.

⁶⁸ "DCI Worldwide Threat Briefing 2002: Converging Dangers in A Post 9/11 World — Central Intelligence Agency". *Cia.Gov*, 2002, https://www.cia.gov/news-information/speeches-testimony/2002/dci_speech_02062002.html.

⁶⁹Matray, James I. "The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis." *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177. p.143

Através do estabelecimento de condições de cooperação dificilmente aceites por Pyongyang, a Administração Bush garante à partida a rejeição destas pelo regime norte-coreano, podendo dessa forma justificar a rigidez excessiva na abordagem com a Coreia do Norte. James I. Matray alega na sua investigação que a Administração Bush prossegue consistentemente uma política com o propósito de retardar os progressos sobre os acordos implementados, como o Agreed Framework, uma vez que o objetivo principal é o fim do regime de Kim Jong-il e não a elaboração de um acordo com a Coreia do Norte. O autor afirma que as prioridades da política externa norte-americana são alcançar uma mudança (ou colapso) dos regimes hostis aos Estados Unidos, como a Coreia do Norte. De facto, uma negociação com Pyongyang nunca foi realmente considerada ou desejada pela Administração Bush⁷⁰.

A perceção de George W. Bush e, em especial, dos «Hawks» da Administração Bush no tocante às relações com a Coreia do Norte são tanto mais relevantes se considerarmos o envolvimento direto daqueles no desenvolvimento das políticas com a Coreia do Norte. Nas palavras de Charles L. Pritchard, os indivíduos que tinham previamente apoiado a linha-dura norte-americana e que se opunham fortemente ao compromisso (ou mesmo ao diálogo) com o regime norte-coreano viram-se promovidos na presidência de Bush a postos-chaves, nos quais podiam influir diretamente na elaboração e desenvolvimento das políticas para a Coreia do Norte⁷¹.

Para além do desequilíbrio estrutural acima referenciado, verifica-se na Administração Bush um claro favorecimento da confrontação versus conciliação, assim como uma real e efetiva falta de conhecimento sobre a Ásia Oriental e a Península coreana: «Durante o primeiro mandato, o número de pessoas da Administração Bush com cargos de responsabilidade que tinham experiências relativamente à Coreia do Norte era extremamente limitado»⁷². A linha-dura perceciona o regime norte-coreano como o “Mal” encarnado, o “inimigo ideológico” por excelência e considera-o a maior ameaça para os Estados Unidos na região asiática. Por essa razão, era previsível que, aquando do discurso

⁷⁰ *Idem*.p.141

⁷¹ Pritchard, Charles L. *Failed diplomacy: the tragic story of how North Korea got the bomb*. Brookings Institution Press, 2007.p.51

⁷² *Idem*. p.45

de George W. Bush a 29 de janeiro de 2002, a Coreia do Norte fosse integrada no “Eixo do Mal”, o novo termo da Doutrina Bush. De facto, os ataques terroristas ao World Trade Center e ao Pentágono permitiram reforçar a pressão exercida sobre a Coreia do Norte pela Administração Bush, passando de uma política de defesa antimíssil a uma política de desarmamento nuclear, tendo como objetivo a eliminação total das capacidades nucleares da Coreia do Norte⁷³.

O Eixo do Mal

Após os atentados terroristas do 11 de setembro, poucos foram os Estados que defenderam a Al-Qaeda e os Talibãs. A maioria dos países pensou que com a derrota do governo Talibã no Afeganistão, em novembro de 2001, a política externa norte-americana optaria por uma estratégia de longo-prazo, com uma maior manutenção da Lei Internacional e cooperação dos Serviços de Informação entre aliados. Contudo, aquando da comunicação anual de George W. Bush sobre o Estado da União, em janeiro de 2002, o presidente deixou claro que a política norte-americana não iria seguir o caminho antecipado por alguns académicos, alegando que a ameaça global não se limitava aos terroristas, mas incluía os “Estados Párias”, como a Coreia do Norte e os seus «aliados terroristas». Estes encarnam, segundo o presidente norte-americano, o «Eixo do mal que ameaça a paz no mundo»⁷⁴. Bush acrescenta: «ao procurar ter Armas de Destruição em Massa (ADM), estes regimes representam um perigo, podendo fornecer este tipo de armas aos Terroristas, dando-lhes a possibilidade de espalhar o ódio». De forma clara e direta, George W. Bush mostra ao mundo que os Estados Unidos não optariam por uma política isolacionista, mas sim intervencionista e unilateralista, declarando ainda que «o tempo não está do nosso lado. Não vou esperar que algo aconteça enquanto o perigo cresce. Não vou ficar à espera enquanto o risco se aproxima. Os Estados Unidos da América não vão permitir que os

⁷³ Hersh, Seymour M. “The Cold Test What the Administration Knew about Pakistan and the North Korean Nuclear Program.” *The New Yorker*, 27 Jan. 2003, www.newyorker.com/magazine/2003/01/27/the-cold-test.

⁷⁴ Bush, George W. “The President's State of the Union Address.” *National Archives and Records Administration*, National Archives and Records Administration, 29 Jan. 2002, georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html.

regimes mais perigosos do mundo os ameacem com as armas mais destrutivas do planeta»⁷⁵.

Ao incluir a Coreia do Norte no “Eixo do Mal”, Bush procura substituir uma abordagem de conciliação por uma abordagem de confronto. Porém, Bush tinha outros motivos. Ao associar a Coreia do Norte ao Irão e ao Iraque no “Eixo do Mal”, a Administração norte-americana podia argumentar contra as críticas que afirmavam que os Estados Unidos estavam a seguir uma “Guerra” contra os Estados Islâmicos e não contra o terrorismo. George W. Bush pretendia ainda erradicar qualquer apoio político e público ao Agreed Framework. Ao sublinhar a grande ameaça que representa o programa nuclear norte-coreano para os Estados Unidos, a Administração Bush estava em posição de coagir o Congresso norte-americano a continuar o financiamento à defesa antimíssil. Finalmente, Bush atua de acordo com os conselheiros da linha-dura americana que defendiam o isolamento e uma pressão crescente sobre a República Popular Democrática da Coreia, a fim de incentivar o colapso do regime norte-coreano⁷⁶.

Segundo Ivo H. Daalder e James M. Lindsay⁷⁷, a identificação dos terroristas, dos tiranos e das tecnologias de destruição em Massa por Bush, como sendo as maiores ameaças globais, representa uma evolução lógica na sua conceção e perceção do mundo. A Administração Bush afirma que os “tiranos” — e não os terroristas e a tecnologia — são a origem do “Mal”. O vice-presidente norte-americano da altura, Dick Cheney, argumenta antes da Guerra do Iraque que os Estados Unidos têm de tomar ações ousadas para prevenir os “efeitos devastadores” da união entre as Organizações terroristas e os «Estados Párias». Para a linha-dura da Administração Bush, no contexto pós-ataques terroristas de 2001, os tiranos são a principal ameaça aos Estados Unidos. Será apenas com o colapso dos regimes tiranos que os Estados Unidos poderão ter a certeza de que os «Estados Párias», como o Iraque, o Irão e a Coreia do Norte, deixarão de cooperar com as Organizações terroristas e de procurar Armas de Destruição em Massa. Para lidar com este tipo de ameaças, os «Hawks» acreditam que os Estados Unidos têm de estar prontos

⁷⁵ *Idem.*

⁷⁶ Matray, James I. “Why the Bush Policy Is Failing in North Korea.” *History News Network*, historynewsnetwork.org/article/10400.

⁷⁷ Daalder, Ivo H., and James M. Lindsay. *America unbound: The Bush revolution in foreign policy*. Brookings Institution Press, 2003.p34

para derrubar os regimes tiranos pela coerção e prevenção. Esta visão foi ultimada com a comunicação da Estratégia Nacional securitária de Bush, em setembro de 2002:

«Tendo em conta os objetivos dos Estados Párias e dos terroristas, os Estados Unidos não podem optar unicamente pela posição adotada no passado. A incapacidade de dissuadir um potencial atacante, a urgência das ameaças e a magnitude dos danos potenciais relativos à escolha do adversário por certas armas, não o permite. Não podemos deixar que o inimigo ataque em primeiro»⁷⁸.

O discurso do “Eixo do Mal” e a ênfase subsequente na chamada política de “prevenção” da Administração Bush mostram novidades estratégicas profundas. A Administração Bush abandona o consenso que durara décadas e que colocava a dissuasão e a contenção no centro da política externa norte-americana e as relações transatlânticas. Nesse sentido, Bush declara: «na minha opinião, após o 11 de setembro, a Doutrina de contenção já não vai a lado nenhum»⁷⁹.

James I. Matray defende que os conselheiros conservadores da Administração Bush, os «Hawks», foram responsáveis pela implementação de uma política agressiva e militante que, em vez de derrubar o regime de Kim Jong-il, o seu verdadeiro objetivo, prejudicou as relações com a Coreia do Sul, favoreceu a posição da China na região da Ásia Oriental e compeliu a Coreia do Norte a desenvolver o seu programa nuclear como um ato de autodefesa (self-defense)⁸⁰. Por outras palavras, a Administração Bush seguiu de forma continuada uma política destinada a criar impasses, no intuito de atrasar qualquer progresso possível de um acordo entre Washington e Pyongyang, em vez de procurar uma resolução à segunda crise nuclear com a Coreia do Norte. Uma das prioridades da linha-dura norte-americana em matéria de política externa era uma mudança de regime em Estados considerados “hostis”, nomeadamente na Coreia do Norte.

⁷⁸ *Examining the September 2002 National Security Strategy*. AUSA's Institute of Land Warfare, 2002, pp. 1–3, *Examining the September 2002 National Security Strategy*, <https://www.ausa.org/sites/default/files/DR-02-7-Examining-the-September-2002-National-Security-Strategy.pdf>.

⁷⁹ “President Bush Meets with Prime Minister Blair.” *National Archives and Records Administration*, National Archives and Records Administration, 31 Jan. 2003, <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/01/20030131-23.html>.

⁸⁰ Matray, James I. “The Failure of the Bush Administration’s North Korea Policy: A Critical Analysis.” *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177.

Assim, o objetivo principal da Doutrina Bush seria a destruição do regime norte-coreano, e não a chegada a um acordo com este Estado.

C- A Doutrina Bush: Uma rejeição do diálogo?

A Doutrina Bush diminuiu, segundo James L. Matray, as possibilidades do estabelecimento de uma relação construtiva entre os Estados Unidos e a República Popular Democrática da Coreia (DPRK). George W. Bush mostra-se pouco entusiástico relativamente aos acordos internacionais e a sua abordagem não considera os interesses da Coreia do Sul, nomeadamente a política de aproximação de Kim Dae-jung. Os autores Chung-in Moon e Bae Jong-yun alegam que a Doutrina Bush e a consequente alteração da política externa e da política de segurança dos Estados Unidos, tiveram sérias implicações nas relações com a Coreia do Norte⁸¹. O «absolutismo moral», o unilateralismo hegemónico, o realismo ofensivo e o novo foco nas Armas de Destruição em Massa (ADM) e na “Guerra contra o terrorismo” trouxeram uma mudança no compromisso norte-americano para com Pyongyang. Na análise sobre a origem do impasse nuclear norte-coreano, Chung-in Moon e Bae Jong-yun afirmam que a Administração Bush assume uma postura rígida face a Pyongyang e que esta postura assenta nos três “pilares” fundamentais da Doutrina Bush, acima referidos⁸².

A “claridade moral” da Doutrina Bush

Um dos fatores principais do impasse nuclear funda-se na perceção, pela Administração Bush e pela “linha-dura” norte-americana, de que a política externa dos Estados Unidos é indissociável das «morais imperativas», ou melhor, de uma «claridade moral». No seu discurso face aos cadetes de West Point, George W. Bush afirma:

⁸¹ Moon, Chung-in. and Bae, Jong-yun. (2005). “The Bush Doctrine and the North Korean nuclear crisis”. In: M. Gurtov and P. Van Ness, ed., Confronting the Bush Doctrine. Critical Views from the Asia-Pacific., 1st ed. RoutledgeCurzon, pp.39-62. p. 45

⁸² *Idem.* p.9

«Considerando que a Guerra contra o terrorismo requiere resolução e paciência, esta também requiere um firme propósito moral. Assim sendo, as nossas dificuldades assemelham-se às da Guerra Fria... Ainda assim, a claridade moral foi essencial à nossa vitória na Guerra Fria... Circunstâncias diferentes requerem métodos diferentes, mas não requerem uma claridade moral diferente... Não pode haver neutralidade entre a justiça e a crueldade, entre os inocentes e os culpados. Estamos num conflito entre o Bem e o Mal e os Estados Unidos irão chamar o “Mal” pelo seu nome»⁸³.

George W. Bush aborda a questão norte-coreana através desta visão maniqueísta do mundo. Para a Administração Bush e para os «Hawks» americanos, a Coreia do Norte (tal como o Iraque e o Irão) é considerada um “Estado Pária” que integra o “Eixo do Mal”. Para consolidar esta visão, a Administração Bush enfatiza os seguintes pontos:

- Os líderes norte-coreanos brutalizam o seu próprio povo e desviam os recursos nacionais para utilização própria;
- A Coreia do Norte não respeita as Leis Internacionais, ameaça os seus “vizinhos” e viola os Tratados Internacionais no qual ela mesma participa;
- A Coreia do Norte está decidida a adquirir e a desenvolver ADM com objetivos “ofensivos”;
- A Coreia do Norte é considerada um Estado promotor do terrorismo no mundo;
- A Coreia do Norte rejeita os valores humanos fundamentais e “abomina” os Estados Unidos, juntamente com todos os seus valores⁸⁴.

Como anteriormente citado, George W. Bush tinha já declarado «Eu abomino Kim Jong-il. Tenho uma reação visceral a este homem (...) Se calhar é a minha religião ou se calhar sou eu, mas este sentimento é passional»⁸⁵. Este sentimento “passional” que é, ao mesmo tempo, pessoal e religioso, explica a direção seguida pela política externa norte-americana, que se caracteriza por uma inclinação moralista nas relações com Pyongyang.

⁸³ “President Bush Delivers Graduation Speech at West Point.” *National Archives and Records Administration*, National Archives and Records Administration, 1 June 2002, georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/06/20020601-3.html.

⁸⁴ Moon, Chung-in. and Bae, Jong-yun. (2005). “The Bush Doctrine and the North Korean nuclear crisis”. In: M. Gurtov and P. Van Ness, ed., *Confronting the Bush Doctrine. Critical Views from the Asia-Pacific*, 1st ed. RoutledgeCurzon, pp.39-62. p. 52

⁸⁵ Woodward, Bob. *Bush at war*. Simon and Schuster, 2002.p.340

Esta inclinação predispõe a Administração Bush para uma incompreensão em relação à política, à Cultura e à História da Coreia do Norte. A este propósito, o autor Roland Bleiker dirá que «raros foram os políticos, analistas de segurança e jornalistas [norte-americanos] que tentaram compreender como são vistas as ameaças a partir da perspetiva norte-coreana»⁸⁶, ou seja, os Estados Unidos também podem ser percecionados como uma ameaça para a Coreia do Norte.

Baseada em dados «excessivamente inconsistentes»⁸⁷, a Administração Bush amplia a ameaça militar norte-coreana, aumentando desse modo quer o próprio receio dos cidadãos americanos, quer o receio da comunidade internacional. Há efetivamente um forte apoio interno à nova abordagem de confronto de Bush, baseada na convicção de que o regime norte-coreano representa a maior e mais profunda ameaça para os Estados Unidos na região da Ásia Oriental. Nessa linha, num artigo publicado em 2003 no *Time Magazine*, a Coreia do Norte aparece como a quarta maior força militar do mundo, mantendo um exército permanente de um milhão de tropas, com uma estimativa de mais 4,7 milhões de militares em reserva⁸⁸. Victor D. Cha acrescentará que a República Popular Democrática da Coreia possui 3.500 tanques, 2.500 porta-aviões, 10.600 armas de artilharia, 2.600 lançadores de foguetes múltiplos e mais de 500 aviões de guerra.

No entanto, e de acordo com James I. Matray, poucos tentam relativizar ou mesmo aprofundar as informações relativas ao Exército norte-coreano. Matray cita um professor da Universidade Nacional da Austrália, Gavan McCormack que afirma, no seu livro «Target North Korea: pushing North Korea to the brink of nuclear catástrofe», que a Coreia do Norte representa uma ameaça militar convencional menor para a Coreia do Sul do que as estatísticas sugerem. Este professor nota que o exército norte-coreano se encontra envelhecido e antiquado e com pouco combustível para o uso sustentado dos seus veículos blindados e aeronaves. Por outro lado, Victor D. Cha e David C. Kang argumentam que a estratégia do regime norte-coreano foi alterada, «o jogo final [end game] de Pyongyang passou de uma estratégia de unificação hegemónica para uma

⁸⁶ Bleiker, Roland. "A rogue is a rogue is a rogue: US foreign policy and the Korean nuclear crisis." *International Affairs* 79.4 (2003): 719-737. p.721

⁸⁷ Pollack, Jonathan D. "The United States, North Korea, and the End of the Agreed Framework." *Naval War College Review* 56.3 (2003): 10-50. p.12

⁸⁸ Ratnesar, Romesh. "How Dangerous Is North Korea?" *CNN*, Cable News Network, 6 Jan. 2003, edition.cnn.com/2003/ALLPOLITICS/01/06/timep.n.korea.tm/.

estratégia de sobrevivência básica»⁸⁹, uma vez que o regime enfrenta um adversário superior. A vizinha Coreia do Sul tem uma economia mais avançada que torna possíveis gastos militares muito mais elevados. Como exemplo, no ano de 1998, a Coreia do Sul gastou o dobro do orçamento em defesa em comparação com os valores gastos em defesa por Pyongyang, embora estas despesas representem apenas 3,5 por cento do orçamento sul-coreano, em comparação com os 37,9 por cento do orçamento norte-coreano. Acresce que a Coreia do Sul tem armamento de ponta, comunicações e serviços de informação sofisticados e a capacidade de realizar uma «guerra eletrônica»⁹⁰.

O “absolutismo moral”, tão preconizado pela linha-dura da política norte-americana, impossibilita qualquer negociação com o “Estado Pária”, tanto mais que este violou, na perspectiva norte-americana, o Agreed Framework de Genebra⁹¹ e o Tratado de Não Proliferação, ao prosseguir com a suposta exportação de ADM e de tecnologia dos mísseis balísticos. No entanto, e logo após os ataques terroristas de 11 setembro de 2001, a Coreia do Norte denunciou o terrorismo internacional, assinou a Convenção da ONU para a supressão do financiamento ao terrorismo e juntou-se à convenção da ONU contra a tomada de reféns⁹². Estas posições têm eco na imprensa norte-coreana, de que é exemplo o artigo do jornal *Rodong Sinmun* de 12 de setembro, logo após os ataques terroristas em Nova Iorque. O artigo, intitulado “A posição da DPRK em relação aos ataques terroristas nos EUA”, lamenta os ataques, reiterando a gravidade da questão terrorista e expondo uma clara oposição da Coreia do Norte ao terrorismo⁹³. Não obstante estas iniciativas norte-coreanas, a República Popular Democrática da Coreia é considerada a maior disseminadora de tecnologia míssil⁹⁴. Esta asserção é confirmada no relatório oficial *Patterns of Global Terrorism 2003- North Korea*:

⁸⁹ Cha, Victor D., and David C. Kang. *Nuclear North Korea: A debate on engagement strategies*. Columbia University Press, 2018. p.20-21

⁹⁰ Matray, James I. "The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis." *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177. p.146

⁹¹ O quadro acordado entre os Estados Unidos da América e a República Popular Democrática da Coreia, assinado em 21 de outubro de 1994.

⁹² Reilly, James. "The US War on Terror and East Asia." *Foreign Policy In Focus* (2002).

⁹³ Tertitskiy, Fyodor. "How North Korean Media Covered the 9/11 Terrorist Attack." NK News - North Korea News, 12 Sept. 2018, www.nknews.org/2018/09/how-north-korean-media-covered-the-911-terrorist-attack/.

⁹⁴ The Commission to Assess the Ballistic Missile Threat to the United States. 1998, <https://fas.org/irp/threat/bm-threat.htm>. Accessed 11 Mar 2019.

«Apesar da advertência da comunidade internacional, a Coreia do Norte não tomou medidas substanciais para fazer face ao terrorismo. Os relatórios iniciais e suplementares para o Comité Contraterrorismo da ONU [...] foram pouco significativos e responsivos. A Coreia do Norte não promoveu nenhuns ataques terroristas desde 1987, mas tem vendido armas a vários grupos terroristas, mesmo se continua a reiterar a sua oposição a todas as formas de terrorismo internacional... Pyongyang continua a vender tecnologia de mísseis balísticos a países designados pelos Estados Unidos como Estados disseminadores do terrorismo, como a Síria e a Líbia»⁹⁵.

Se analisarmos a política externa norte-americana à luz dos padrões morais da Administração Bush, segundo os quais a Coreia do Norte é considerada como um “Estado Pária” e fazendo parte do “Eixo do Mal” — rejeitando os valores norte americanos como a democracia liberal, o mercado livre, os Direitos Humanos e participando na produção e exportação de ADM e de mísseis —, torna-se difícil conceber qualquer forma de diálogo ou de negociação entre Washington (Administração Bush) e Pyongyang. Para os conservadores norte-americanos, a melhor solução encontra-se na contenção e isolamento do regime de Kim Jong-Il⁹⁶. Assim, o absolutismo moral, axial à Doutrina Bush, define tanto a essência do Estado da Coreia do Norte, como determina e/ou condiciona as opções estratégicas da Administração Bush em relação a esta.

A posição unilateral da Doutrina Bush

Outro fator determinante da Doutrina Bush nas relações com Pyongyang é o unilateralismo hegemónico, evocado na primeira parte da investigação, que caracteriza os esforços da Administração Bush em promover os interesses e os valores norte-americanos no mundo, através da projeção do poder hegemónico norte-americano. A revisão da Defesa Quadrienal ilustra esse aspeto da Doutrina Bush:

⁹⁵ United States Department of State, *Patterns of Global Terrorism 2003 - North Korea*, 29 April 2004, available at: <https://www.refworld.org/docid/468107df23.html> [accessed 2 May 2019].

⁹⁶ Carter, Ashton B. "Alternatives to Letting North Korea Go Nuclear." Testimony Before the Committee on Foreign Relations, United States Senate (2003), <https://www.belfercenter.org/sites/default/files/legacy/files/030603senateforeignrelationscommitteetestimony.pdf>

«A liderança dos Estados Unidos é premiada com a manutenção de um sistema internacional que respeite o Estado de direito. A liderança política, diplomática e económica dos Estados Unidos contribui diretamente para a paz, a liberdade e a prosperidade global. A força militar dos EUA é essencial para alcançar esses objetivos, pois garante aos amigos e aliados um compromisso inabalável dos EUA para com os interesses comuns»⁹⁷.

O unilateralismo hegemónico norte-americano é construído em torno de alguns princípios fundamentais da Administração Bush que se baseiam na primazia dos valores e interesses norte-americanos, tais como a liberdade, a paz e os direitos humanos; na imposição unilateral da liderança dos Estados Unidos através do predomínio de poder (próprio ao sistema unipolar); na perceção de que a liderança norte-americana prevalece sobre as organizações multilaterais e, se necessário, os Estados Unidos podem sobrepor-se às leis internacionais. Por último, o unilateralismo hegemónico norte-americano baseia-se na nova noção de alianças que divide os Estados em “amigos” e “inimigos” dos Estados Unidos, através de uma visão binária do mundo, como evidenciam as palavras de Bush: «Cada nação, cada região tem de tomar uma decisão agora. Ou estão connosco, ou estão com os terroristas. A partir de hoje, qualquer nação que continue a suportar ou a albergar o terrorismo será vista pelos Estados Unidos como um regime hostil»⁹⁸.

O unilateralismo hegemónico manifesta-se de várias formas, tais como a nulificação unilateral do Tratado sobre Mísseis antibalísticos e a invasão do Iraque sem uma resolução do Conselho de Segurança da ONU ⁹⁹. A atitude unilateral norte-americana foi aplicada igualmente ao sistema de alianças. Segundo Donald H. Rumsfeld é «a missão que deve determinar a coligação e não a coligação que deve determinar a missão. Se tal for o caso, a missão será reduzida ao mínimo denominador comum e não podemos

⁹⁷ Department of Defense. *Quadrennial Defense Review Report*. United States Of America, 2001.[online] Available at: <https://archive.defense.gov/pubs/qdr2001.pdf>

⁹⁸ Bush, George W. “Address to a Joint Session of Congress and the American People.” National Archives and Records Administration, National Archives and Records Administration, 20 Sept. 2001, georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html.

⁹⁹ Moon, Chung-in. and Bae, Jong-yun. (2005). “The Bush Doctrine and the North Korean nuclear crisis”. In: M. Gurtov and P. Van Ness, ed., *Confronting the Bush Doctrine*. Critical Views from the Asia-Pacific., 1st ed. RoutledgeCurzon, pp.39-62. p. 48

permitir isso»¹⁰⁰. Este novo conceito de alianças prejudicou muitas das alianças mantidas entre os Estados Unidos e os seus aliados, como a França, a Alemanha e a Coreia do Sul.

Internamente, a inexistência de vozes políticas críticas e de um controlo à política externa norte-americana deterioram a situação. Isto é, as críticas internas relativas ao unilateralismo hegemónico, enunciadas por líderes do congresso, como Edward M. Kennedy, Robert Byrd e Chuck Hagel, que enfatizam a importância de uma cooperação multilateral no âmbito da política externa americana, são rejeitadas pela Administração Bush¹⁰¹. Outros políticos e académicos, como John Ikenberry, criticam o comportamento unilateral, comparando-o a uma ambição imperialista. No seu livro «The paradox of American power: Why the world's only superpower can't go it alone», Joseph Nye, alerta os norte-americanos de que os Estados Unidos não podem resolver os problemas das Armas de Destruição Em Massa e do Terrorismo Global sem a implementação de uma cooperação internacional extensiva¹⁰².

No entanto, George W. Bush e a sua Administração foram capazes de ignorar e de contornar a oposição interna, recorrendo ao novo estado de espírito do público norte-americano motivado pelos ataques terroristas de 2001. As críticas liberais à Doutrina Bush foram consideradas antipatrióticas, silenciando dessa forma a oposição interna. O poderoso apelo de Donald H. Rumsfeld, de que não há tempo para tomar decisões sobre a guerra prevalece. A assimetria do sistema de controlo e de equilíbrio interno tornou a Doutrina Bush ainda mais irrestrita e preponderante. Por conseguinte, Chung-in Moon e Bae Jong-yun avançam com a ideia de que o impasse nuclear norte-coreano é em si um produto do unilateralismo americano:

«Se a Administração Bush tivesse estado mais atenta ao contexto local e sido mais paciente em forjar uma cooperação internacional, a [segunda] crise [nuclear] poderia ter

¹⁰⁰ “Secretary Rumsfeld Interview with Larry King, CNN.” United States Department of Defense, CNN, 6 Dec. 2001, archive.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=2603.

¹⁰¹ Moon, Chung-in. and Bae, Jong-yun. (2005). “The Bush Doctrine and the North Korean nuclear crisis”. In: M. Gurtov and P. Van Ness, ed., *Confronting the Bush Doctrine. Critical Views from the Asia-Pacific.*, 1st ed. RoutledgeCurzon, pp.39-62. p.48

¹⁰² Nye Jr, Joseph S. *The paradox of American power: Why the world's only superpower can't go it alone*. Oxford University Press, 2003, citado em Moon, Chung-in. and Bae, Jong-yun. (2005). “The Bush Doctrine and the North Korean nuclear crisis”. In: M. Gurtov and P. Van Ness, ed., *Confronting the Bush Doctrine. Critical Views from the Asia-Pacific.*, 1st ed. RoutledgeCurzon, pp.39-62. p.48

sido evitada. A crise nuclear foi desencadeada em outubro de 2002 pelo reconhecimento [da existência na Coreia do Norte] de um programa HEU [Highly Enriched Uranium (Urânio Altamente Enriquecido)] por Sok-ju Kang¹⁰³. Apesar da ambiguidade estratégica da Coreia do Norte, os Estados Unidos estabeleceram este reconhecimento [do programa HEU] como um facto sólido, sem verificar adequadamente, e levaram a situação à beira de uma crise”¹⁰⁴.

Confirmando a asserção destes autores, os Estados Unidos não consultaram o Japão e a Coreia do Sul e não se comprometeram a envidar esforços diplomáticos coordenados para persuadir a Coreia do Norte a autorizar inspeções internacionais relativas ao programa HEU¹⁰⁵. Pelo contrário, a Administração Bush optou por medidas punitivas, suspendendo o envio de óleo pesado para a Coreia do Norte. Tais ações suscitaram reações correspondentes por parte do regime norte-coreano, agravando a situação. A Coreia do Norte considerou aquela ação como uma medida unilateral destinada a anular o Agreed Framework. Para o regime norte-coreano, foram os Estados Unidos que violaram o Agreed Framework e o comunicado «Albright-Cho» de 12 de outubro de 2002¹⁰⁶, com a suspensão do fornecimento de petróleo pesado e com a inclusão da Coreia do Norte no “Eixo do Mal”. A Coreia do Norte afirmaria ainda que a sua retirada do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) é um ato legítimo de autodefesa, para fazer face às ameaças nucleares norte-americanas e à sua estratégia de estrangulamento.

A atitude unilateral norte-americana bloqueou igualmente as possibilidades de um avanço na resolução do impasse. Desde outubro de 2002, a DPRK apela sistematicamente à resolução pacífica através do diálogo, argumentando que o seu programa nuclear é uma resposta lógica às intenções hostis e às ameaças nucleares norte-americanas. Pyongyang está disposta a encontrar soluções para os receios norte-americanos em matéria de

¹⁰³ Primeiro Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Norte, entre 1986 e 2010.

¹⁰⁴ Moon, Chung-in. and Bae, Jong-yun. (2005). “The Bush Doctrine and the North Korean nuclear crisis”. In: M. Gurtov and P. Van Ness, ed., *Confronting the Bush Doctrine. Critical Views from the Asia-Pacific*, 1st ed. RoutledgeCurzon, pp.39-62.p.49

¹⁰⁵ Do inglês “Highly Enriched Uranium”: o urânio enriquecido é um componente crítico, tanto para uso civil (gerar energia nuclear), como para uso militar (produção de armas nucleares). Compete à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) monitorizar e controlar a produção segura e o destino do urânio enriquecido para a produção de energia atômica, de modo a evitar a proliferação de armas nucleares.

¹⁰⁶ “U.S.-D.P.R.K. Joint Communiqué.” U.S. Department of State, U.S. Department of State, 12 Oct. 2000, 1997-2001.state.gov/regions/eap/001012_usdprk_jointcom.html.

segurança, caso os Estados Unidos reconheçam a sua soberania e garantam a sua segurança através de um Tratado de Não Agressão, juridicamente vinculativo. Deste modo, as condições prévias para o diálogo e para a negociação, exigidos por Kim Jong-il, não são a assistência económica, mas o reconhecimento do regime norte-coreano e a garantia de uma intenção não hostil e de respeito mútuo por parte dos Estados Unidos.

Realismo ofensivo

Outro elemento fundamental da Doutrina Bush é o denominado realismo ofensivo, que no contexto das relações com a Coreia do Norte é caracterizado pela afirmação de vários elementos estratégicos. O primeiro elemento é o princípio da ação “preventiva” ou a prevenção de um potencial ataque através de uma ação militar, analisada na primeira parte da investigação, e que, de acordo com a Administração Bush, aparece nos seguintes termos: «não podemos deixar os nossos inimigos atacar em primeiro [...], os Estados Unidos atuarão contra ameaças emergentes antes mesmo que estas estejam completamente formadas»¹⁰⁷. O presidente George W. Bush define este elemento da Doutrina Bush durante um discurso perante o Congresso dos Estados Unidos, afirmando:

«A Guerra contra o terrorismo não pode ser ganha na defensiva. Temos que levar a batalha até ao nosso inimigo, interromper os seus planos e confrontar as piores ameaças antes que estas emirjam... E a nossa segurança precisa que todos os americanos estejam decididos e prontos para atuar de forma preventiva, quando for necessário defender a nossa liberdade e as nossas vidas»¹⁰⁸.

Condoleezza Rice, secretária de Estado norte-americana entre 2005 e 2009, justifica o uso da ação preventiva, alegando que «a prevenção não é um novo conceito. Nunca houve um requerimento moral ou legal que obrigasse um país a esperar por um ataque antes de poder enfrentar uma ameaça existencial.... Há muito que os Estados

¹⁰⁷ *National Archives and Records Administration*, National Archives and Records Administration, 17 Sept. 2002, georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nssall.html.

¹⁰⁸ Bush, George W. “President Bush Delivers Graduation Speech at West Point .” *National Archives and Records Administration*, National Archives and Records Administration, 1 June 2002, <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/06/20020601-3.html>.

Unidos afirmam o direito à autodefesa, da crise dos mísseis cubanos, em 1962, à primeira crise na Península coreana, em 1994»¹⁰⁹.

O documento intitulado «National Strategy for Combating Terrorism» (Estratégia Nacional para o Combate ao Terror), apresentado ao congresso americano, também alerta para a importância de um ataque preventivo: «[...] se necessário, não hesitaremos em agir sós, para exercer o nosso direito à autodefesa, incluindo agir de forma preventiva contra os terroristas para os impedir de prejudicar o nosso povo e o nosso país»¹¹⁰.

Outra componente estratégica assimilada ao realismo ofensivo é a possibilidade do uso de armas nucleares táticas no processo de uma ação preventiva. O documento «Nuclear Posture Review» (A Revisão da Postura Nuclear)¹¹¹, submetido ao Congresso norte-americano em janeiro de 2002, realça a importância da defesa antimíssil e do uso de armas nucleares táticas para lidar com o novo ambiente de segurança, caracterizado pelo Terrorismo Global e pela proliferação de Armas de Destruição Em Massa. Por outro lado, e através do «Defense Authorization Act» (Ato de Autorização de Defesa), o uso de armas nucleares táticas torna-se ainda mais viável dado que o Congresso obtém, em novembro de 2002, quinze milhões de dólares para a investigação e o desenvolvimento da «Robust Nuclear Earth Penetrator» (Arma Nuclear Anti Bunker)¹¹². A Administração Bush tentou igualmente alterar ou mesmo abolir a lei «Spratt-Furse» de 1993 que proíbe a investigação e o desenvolvimento de armas nucleares de pequena escala, com menos de cinco mil toneladas de TNT¹¹³. A sua alteração ou abolição permitiria levantar obstáculos jurídicos que impedem a investigação, o desenvolvimento e a aplicação de armas nucleares táticas, tornando ainda mais exequível a aplicação da Revisão da Postura Nuclear (RPN). Esta sugeria a adoção de uma tríade de sistemas de ataque ofensivos (nucleares e não nucleares), defensivos (ativos e passivos) e uma infraestrutura de defesa

¹⁰⁹ “Dr. Condoleezza Rice Discusses President's National Security Strategy.” *National Archives and Records Administration*, National Archives and Records Administration, 1 Oct. 2002, georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/10/20021001-6.html.

¹¹⁰ *National Strategy for Combating Terrorism*. Executive Office of the President, 2003. p.2. “If necessary, however, we will not hesitate to act alone, to exercise our right to self-defense, including acting preemptively against terrorists to prevent them from doing harm to our people and our country.”

¹¹¹ Web.stanford.edu. (2002). *Nuclear Posture Review Report*. [online] Available at: <https://web.stanford.edu/class/polisci211z/2.6/NPR2001leaked.pdf>

¹¹² Bob Stump National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2003. SEC. 3157, U.S. G.P.O., 2002, p.283, www.govinfo.gov/content/pkg/PLAW-107publ314/pdf/PLAW-107publ314.pdf.

¹¹³ A TNT representa um método de quantificação da energia libertada em explosões.

revitalizada. No centro deste novo conceito estratégico está a dissuasão ofensiva, nomeadamente a ação preventiva e o uso tático de armas nucleares.

Um outro elemento do realismo ofensivo caracteriza-se pela negação da soberania de Vestfália que a Doutrina Bush desacredita, adotando um novo princípio de soberania empírica. Segundo a Administração Bush, a soberania dos Estados-nações que cometem ou patrocina o genocídio, o terrorismo e a disseminação de Armas de Destruição Em Massa não deve ser respeitada¹¹⁴. Finalmente, o realismo ofensivo sob a Doutrina Bush é apoiado através da primazia do poder militar. A fim de realizar ações preventivas efetivas, os Estados Unidos aumentam a capacidade militar, de uma forma sem precedentes. No sentido de justificar este aumento, Condoleeza Rice declara:

«Procuraremos dissuadir qualquer potencial adversário de prosseguir um crescimento militar, na esperança de superar ou igualar o poder dos EUA e o dos nossos aliados [...]. Dissuadir a concorrência militar pode impedir potenciais conflitos e dispendiosas corridas às armas»¹¹⁵.

A fim de apoiar um desenvolvimento militar maciço, os gastos de Defesa dos Estados Unidos atingem, em 2002, o número recorde de trezentos e noventa e seis bilhões de dólares. Nesse ano, os gastos com a Defesa foram maiores do que a soma total dos gastos com a Defesa dos outros quinze maiores gastadores internacionais nesta área, representando mais do que quarenta e cinco por cento do total mundial.

A Doutrina Bush fez da Coreia do Norte um alvo para a ação preventiva. Desde que Bush designou a Coreia do Norte, no seu discurso do Estado da União de 2002¹¹⁶, como fazendo parte do “Eixo do Mal”, incluindo-a também na lista dos sete Estados defensores do terrorismo¹¹⁷, o regime norte-coreano tornou-se um alvo principal para a

¹¹⁴ Moon, Chung-in. and Bae, Jong-yun. (2005). “The Bush Doctrine and the North Korean nuclear crisis”. In: M. Gurtov and P. Van Ness, ed., *Confronting the Bush Doctrine. Critical Views from the Asia-Pacific*, 1st ed. RoutledgeCurzon, pp.39-62. p.51

¹¹⁵ “Dr. Condoleezza Rice Discusses President's National Security Strategy. *National Archives and Records Administration*, National Archives and Records Administration, 1 Oct. 2002, georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/10/20021001-6.html.

¹¹⁶ Bush, George W. “The President's State of the Union Address.” *National Archives and Records Administration*, National Archives and Records Administration, 29 Jan. 2002, georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html.

¹¹⁷ *National Strategy for Combating Terrorism*. Executive Office of the President, 2003. p.18

ação preventiva norte-americana. E a Coreia do Norte ampliaria a percepção de que é uma “ameaça” para a segurança norte-americana ao admitir, nesse mesmo ano, a posse de ogivas nucleares, o desenvolvimento de um programa de Urânio Altamente Enriquecido e o abandono do Tratado de Não-Proliferação de armas nucleares. Segundo Chung-in Moon e Jong-yun Bae, o que é particularmente relevante nas relações entre os Estados Unidos e Coreia do Norte é, por um lado, a percepção da ameaça norte-coreana pelos «Hawks» norte-americanos e, por outro, a justificação pela DPRK do desenvolvimento de armas nucleares como instrumento de autodefesa contra um possível ataque nuclear norte-americano, complexificando, desse modo, o impasse nuclear¹¹⁸.

De facto, o confronto retórico iniciado com o discurso de Bush, em janeiro de 2002, alarmou o regime norte-coreano, aumentado os seus receios acerca das verdadeiras intenções da Administração Bush. Em abril de 2003, John Bolton sugere, num artigo da *New York Daily News*, que o Irão e a Coreia do Norte seriam os próximos alvos após o fim da Guerra do Iraque. No mesmo artigo é ainda revelado que o Departamento de Defesa norte-americano estava a deliberar sobre um possível “ataque cirúrgico” à liderança norte-coreana, tal como no Iraque¹¹⁹.

Desde a segunda metade do século XX, a República Popular Democrática da Coreia vinha promovendo junto do seu povo um estado de desconfiança em relação aos Estados Unidos, alegando que estes representam uma grave ameaça à sua segurança. Autores como Moon Chung-in e Bae Jong-yun acrescentam que o colapso da União Soviética, em 1991, retirou ao regime norte-coreano a sua principal fonte de proteção, intensificado estes receios. E estes levaram, por sua vez, a um aumento do interesse da Coreia do Norte pela posse de armas nucleares, verdadeiros instrumentos de dissuasão capazes de fazer face à ameaça norte-americana. A política de aproximação («Sunshine Policy») do presidente sul-coreano Kim Dae-jung defende que o principal motivo por detrás da estratégia militar adotada por Pyongyang seria o da autodefesa do país. Por outras palavras, o Chefe de Estado da Coreia do Norte, Kim Jong-il (1994-2011),

¹¹⁸ Moon, Chung-in. and Bae, Jong-yun. (2005). “The Bush Doctrine and the North Korean nuclear crisis”. In: M. Gurtov and P. Van Ness, ed., *Confronting the Bush Doctrine. Critical Views from the Asia-Pacific.*, 1st ed. RoutledgeCurzon, pp.39-62. p.52

¹¹⁹ *Idem.*

considerava o desenvolvimento das capacidades de produção de armas nucleares como a única forma de garantir a segurança e a sobrevivência do regime norte-coreano.

Desacreditando o direito à autodefesa do regime de Kim Jong-il, George W. Bush exige o desarmamento total e irreversível como condição única para as negociações com Pyongyang, ou seja, «dismantle first, dialogue later»¹²⁰.

D- A posição delicada do aliado sul-coreano

A Doutrina Bush e a consequente alteração da política externa dos Estados Unidos tiveram sérias implicações na segurança da região da Ásia Oriental e, em particular, no contexto da aliança entre os Estados Unidos e a Coreia do Sul. O novo sistema de alianças *ad hoc* e a adoção de uma atitude de confronto para com a Coreia do Norte por parte dos Estados Unidos geraram algumas divergências entre Washington e Seoul. Para Seoul é vital manter a sua aliança com Washington, mas é igualmente central manter o apoio político da opinião pública sul-coreana em relação à sua política externa com a Coreia do Norte, ou seja, o apoio público à «Sunshine Policy» de Kim Dae-jung (1998-2003) e, mais tarde, à «Peace and Prosperity Policy» de Roh Moo-hyun (2003-2008).

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os líderes políticos em Seoul e Washington adotaram diretrizes semelhantes nas suas relações com Pyongyang. Os dois países lutaram lado a lado na Guerra da Coreia (1950-1953) e juntaram-se em confrontos armados e retóricos durante a Guerra Fria, mantendo-se firmemente unidos. No entanto, com o fim da Guerra Fria e com a evolução do pensamento estratégico sul-coreano quanto às relações inter-coreanas, nota-se um afastamento gradual entre as visões da Coreia do Sul e dos Estados Unidos. Na sua análise, Bae Jong-yun observa que se pode delimitar o início das divergências em matéria de política para com a Coreia do Norte durante a primeira crise (1991) e a segunda crise (2002) nuclear norte-coreana¹²¹. Por um lado, os Estados Unidos reiteram a importância de uma mudança de regime na República Popular

¹²⁰ *Idem.* p.54

¹²¹ Bae, Jong-Yun. "South Korean Strategic Thinking Toward North Korea: the evolution of the engagement policy and its impact upon US-ROK relations." *Asian Survey* 50.2 (2010): 335-355. P.337

Democrática da Coreia (DPRK) ¹²², por outro, a Coreia do Sul sublinha cada vez mais a necessidade de coexistir com o regime norte-coreano. Durante a segunda crise nuclear, a Administração Bush considera a realização de um ataque preventivo acompanhado de sanções por um período mais longo, fortes incentivos a uma mudança do regime norte-coreano, tratando sempre a Coreia do Norte como parte do “Eixo do Mal” ou de “Estado Pária”. Essa análise é apoiada pelo Professor norte-americano James I. Matray que afirma:

«A Coreia do Sul tem-se oposto consistentemente à pretensão dos EUA de uma mudança de regime na Coreia do Norte por causa do risco de guerra ou de Reunificação prematura e pela perspectiva de pagamento de um preço elevado em sangue, destruição ou debilidade econômica. Seul, em vez disso, tentou expandir os contactos políticos e diplomáticos com Pyongyang, negociando diversos empreendimentos económicos conjuntos e conduzindo discussões militares bilaterais» ¹²³.

Desde sua chegada à presidência da Coreia do Sul, a 25 de fevereiro de 1998, o presidente Kim Dae-jung inicia a sua política de aproximação com a Coreia do Norte, a chamada «Sunshine Policy», adiando o tema da reunificação. A política de aproximação de Kim Dae-jung atingiu o seu auge aquando da reunião pessoal com o Chefe de Estado norte-coreano Kim Jong-il, em Pyongyang, a 15 de junho de 2000. O resultado da reunião faria o presidente sul-coreano declarar «os coreanos já não precisam de viver no medo de uma guerra iminente» ¹²⁴. O seu sucessor Roh Moo-Hyun foca-se, por sua vez, no desenvolvimento da confiança nas relações inter-coreanas e na institucionalização da coexistência pacífica, através da «política de Paz e Prosperidade», desenvolvendo igualmente planos de cooperação económica com o Norte. Dessa forma, os dois presidentes sul-coreanos deram mostras de uma real vontade de compromisso e cooperação, ao contrário do seu aliado norte-americano.

Estas diferenças agravaram-se a partir da tentativa de planeamento conjunto de controlo das forças combinada dos dois aliados, Estados Unidos— Coreia do Sul, que

¹²² Litwak, Robert S., and Robert Litwak. *Regime change: US strategy through the prism of 9/11*. JHU Press, 2007.p93

¹²³ Matray, James I. “Why the Bush Policy Is Failing in North Korea.” History News Network, historynewsnetwork.org/article/10400.

¹²⁴ Citado em Matray, James I. "The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis." *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177.p 3

exacerbou as divisões sobre como lidar com Pyongyang. Na década de 1990, o Comando das Forças Combinadas Coreia do Sul— Estados Unidos (ROK-US. Combined Forces Command)¹²⁵ elaborou um «plano conceptual» — CONPLAN 5029 — que expunha as diretrizes para as forças sul-coreanas e norte-americanas na gestão de um eventual fluxo de refugiados norte-coreanos e outras situações análogas, em caso de um colapso do regime norte-coreano. Posteriormente, em 2003, Washington e Seul desenvolveram um «plano operacional» — OPLAN 5029¹²⁶ — que designava ações militares mais específicas, em comparação ao CONPLAN 5029, com o intuito de dar resposta a vários tipos de instabilidade interna na Coreia do Norte, tais como o colapso do regime, a deserção em massa e eventuais revoltas. Este plano operacional daria aos Estados Unidos o comando das tropas conjuntas norte-americanas e sul-coreanas em caso de uma emergência na Península coreana. No entanto, apreensivo sobre como os Estados Unidos poderiam provocar ou responder a uma crise deste tipo, o Conselho de Segurança Nacional do presidente sul-coreano Roh Moo-hyun rejeitou, em abril de 2005, a proposta americana que transformava o plano conceptual — CONPLAN 5029 — num plano operacional — OPLAN 5029 —, alegando que o plano poderia restringir a soberania da Coreia do Sul¹²⁷:

«Pusemos um fim aos esforços do Comando das Forças Combinadas Coreia do Sul—Estados Unidos para a elaboração de um plano operacional, com o nome de código 5029, uma vez que este pode ser um sério obstáculo ao exercício da soberania da Coreia do Sul. Chegamos à conclusão em janeiro e informamos o Comando das Forças Combinadas através do Ministério da Defesa Nacional»¹²⁸.

Num contexto de crise, os aliados diferem na elaboração de estratégias para lidar com a Coreia do Norte. A Coreia do Sul mantém-se firme na sua objeção de “unificação por absorção”¹²⁹, afirmando a necessidade de uma unificação por consenso. Mesmo quando instada por Bush a retirar os apoios económicos sul-coreanos a Pyongyang, como

¹²⁵ Comandada pelo General Leon LaPorte.

¹²⁶ Pike, John. “OPLAN 5029 - Collapse of North Korea.” *GlobalSecurity.org*, www.globalsecurity.org/military/ops/oplan-5029.htm.

¹²⁷ Bae, Jong-Yun. “South Korean Strategic Thinking Toward North Korea: the evolution of the engagement policy and its impact upon US-ROK relations.” *Asian Survey* 50.2 (2010): 335-355. P.338

¹²⁸ “Seoul Halts Joint Plan for North Collapse.” *Korean JoongAng Daily*, 15 Apr. 2005, koreajoongangdaily.joins.com/news/article/article.aspx?aid=2555804.

¹²⁹ Definição do termo no seguinte texto: Cha, Victor D., and David C. Kang. *Nuclear North Korea: A debate on engagement strategies*. Columbia University Press, 2018.

estratégia de pressão sobre o Norte, estes são mantidos. Apesar dos pedidos constantes da Administração Bush, no seguimento da segunda crise nuclear, a Administração Roh Moo-hyun continuará com a política de Compromisso com o regime norte-coreano, enfatizando sempre a sua vontade de reconciliação, de convivência e de cooperação com a DPRK, através da continuação da política «Sunshine Policy» (sob a presidência de Kim Dae-jung), agora chamada de “Peace and Prosperity Policy». Aliás, ainda na presidência de Kim Dae-jung, este anunciaria oficialmente, no seu discurso inaugural em fevereiro de 1998, que o Sul iria desistir da política de Unificação através da absorção da Coreia do Norte:

«As autoridades governamentais do Sul e do Norte já chegaram a um acordo total sobre três pontos, nomeadamente, a reconciliação, o intercâmbio e a cooperação e a não agressão entre o Sul e o Norte. Se levarmos a cabo estes acordos, poderemos resolver com êxito os problemas inter-coreanos e percorrer um caminho mais amplo para a unificação [consensual]. Aqui, vou definir três princípios sobre a Coreia do Norte: Em primeiro lugar, nunca toleraremos qualquer tipo de provocação Armada. Segundo, não temos qualquer intenção de prejudicar ou absorver a Coreia do Norte. Em terceiro lugar, promoveremos ativamente a reconciliação e a cooperação entre o Sul e o Norte, começando pelas áreas que podem ser mais facilmente acordadas. Se a interação e a cooperação entre o sul e o norte se concretizarem, estamos dispostos a apoiar a Coreia do Norte, mesmo que esta pressione a interação e a cooperação com os nossos amigos, incluindo os Estados Unidos e o Japão, bem como com Organizações internacionais»¹³⁰.

O presidente Roh Moo-hyun age no mesmo espírito, propondo vários apoios económicos ao Norte, caso este renuncie ao seu programa nuclear. Os objetivos do presidente sul-coreano eram também o de trazer Pyongyang para a mesa de negociações e manter as conversações a seis — «Six-Party Talks» —, avançando com incentivos económicos. Isso levou a repetidos confrontos com George W. Bush que questiona a política de aproximação de Kim Dae-jung (e mais tarde a política de aproximação de Roh Moo-hyun) com a Coreia do Norte, no contexto da revisão da política externa norte-

¹³⁰ “제15대 대통령 취임사 (The 15th President Speech).” *The Chosun Ilbo*, 25 Feb. 1998, <http://m.chosun.com/svc/article.html?sname=news&contid=1998022570077#Redyho>.

americana. Durante a visita de Kim Dae-jung a Washington, o presidente norte-americano mostrou-se reservado, afirmando que não haveria a possibilidade de um diálogo com a Coreia do Norte sem a verificação total dos termos expostos nos eventuais acordos entre Pyongyang e Washington¹³¹. Enquanto os Estados Unidos exigiam um desmantelamento completo, verificável e irreversível (CVID)¹³² dos programas nucleares da Coreia do Norte, sem quaisquer condições prévias, esta recusava e exigia uma troca do CVID por garantias de segurança norte-americanas e medidas compensatórias¹³³. Quando Kim Dae-jung expôs ao presidente norte-americano, por telefone, a sua política de aproximação com a Coreia do Norte, o último comentou: «Quem é este indivíduo?», chegando mesmo a fazer comentários sobre a ingenuidade do presidente sul-coreano¹³⁴. Após o telefonema, o representante especial das negociações com a Coreia do Norte, Charles L. Pritchard, redigiu um documento a pedido de George W. Bush, no qual expõe informações relativas aos antecedentes de Kim Dae-jung, como o papel deste na oposição política à ditadura sul-coreana, o seu aprisionamento, o tempo que passou a preparar a presidência da Coreia do Sul e a sua política de aproximação com a Coreia do Norte. As informações expostas nesse documento não mudam, no entanto, a percepção prévia de Bush relativamente a Kim Dae-jung¹³⁵. O relatório norte-americano intitulado «Atitudes do Congresso sobre o futuro das relações EUA—Coreia do Sul» expõe o ceticismo norte-americano quanto à política de aproximação sul-coreana:

«Numa base bipartidária, os entrevistados mantêm-se muito cétricos em relação à política sul-coreana para a Coreia do Norte, incluindo a “Sunshine Policy” e os esforços subsequentes de um compromisso sul-coreano para com o regime norte-coreano. A maioria dos interlocutores acredita que as políticas sul-coreanas são muito generosas, ingênuas e/ou perigosas»¹³⁶.

¹³¹ *National Archives and Records Administration*, National Archives and Records Administration, 7 Mar. 2001, georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/03/20010307-6.html.

¹³² Do inglês «Complete Verifiable and Irreversible Dismantling», ou seja, o desmantelamento total, verificável e irreversível de qualquer programa de armamento nuclear da RDPC.

¹³³ Moon, C. and Bae, J. (2005). “The Bush Doctrine and the North Korean nuclear crisis”. In: M. Gurtov and P. Van Ness, ed., *Confronting the Bush Doctrine. Critical Views from the Asia-Pacific.*, 1st ed. RoutledgeCurzon, pp.39-62. p.40

¹³⁴ Woodward, Bob. *Bush at war*. Simon and Schuster, 2002.p.

¹³⁵ Pritchard, Charles L. *Failed diplomacy: the tragic story of how North Korea got the bomb*. Brookings Institution Press, 2007.p.52

¹³⁶ Center for Strategic and International Studies (2007). *Congressional Attitudes on the Future of the U.S.–South Korea Relationship*. A Report of the International Security Program Center for Strategic and

Após um teste nuclear norte-coreano, em outubro de 2006, e após a *Resolução 1719* do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a 14 de outubro de 2006, que condena o teste nuclear e adota sanções contra a Coreia do Norte, o governo dos Estados Unidos exorta Roh Moo-hyun para cancelar o envio de dinheiro à Coreia do Norte porque este poderia facilmente ser usado para cobrir as despesas das suas Forças Armadas ou os custos com o programa de armas nucleares. Christopher Hill, chefe da delegação norte-americana do «Six-Party Talks», criticou durante uma conferência de imprensa as excursões turísticas sul-coreanas ao Monte Kumgang norte-coreano porque proporcionava um desvio de dinheiro para o Norte¹³⁷. O embaixador norte-americano na Coreia do Sul, Alexander Vershbow, reiterou as ideias de Hill, afirmando que o Complexo Industrial de Kaesong na Coreia do Norte (mas de iniciativa conjunta das duas Coreias), tal como as visitas ao Monte Kumgang deveriam ser reconsideradas, devido às novas sanções contra a Coreia do Norte, expostas na *resolução 1718*¹³⁸. Na mesma linha, Condoleezza Rice relembra a importância da participação sul-coreana na Iniciativa de Segurança contra a Proliferação (ISP) de armas nucleares¹³⁹. O governo sul-coreano não cede, no entanto, à pressão dos Estados Unidos, insistindo que aqueles dois projetos deveriam prosseguir sem interrupção, recusando-se novamente a aderir plenamente ao ISP. Assim, mesmo com o teste nuclear norte-coreano de 9 de outubro de 2006, Roh não cede aos apelos de Bush para uma pressão tática conjunta contra o Norte.

A política de compromisso sul-coreana para o Norte, que vem desde a presidência de Park Chung-hee (entre 1961 e 1979), e embora com algumas diferenças, nunca teve como propósito uma solução militar para pôr fim ao programa nuclear norte-coreano ou uma mudança do regime norte-coreano. O presidente Kim Dae-jung salientou o mutualismo através da coexistência e da cooperação com o Norte. Por sua vez, o

International Studies. [Online] CSIS, p.15. Available at: https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/media/csis/pubs/070504_congressionalattitudes_final.pdf [Accessed 3 Jun. 2019].

¹³⁷ Hani.co.kr. (2006). *[Analysis] Blue House defends inter-Korean tour projects*. [online] Available at: http://www.hani.co.kr/arti/english_edition/e_international/165658.html [Accessed 12 Aug. 2019].

¹³⁸ Hani.co.kr. (2006). *South mulls moves on Kaesong projects*. [online] Available at: http://www.hani.co.kr/arti/english_edition/e_international/165658.html [Accessed 12 Aug. 2019].

¹³⁹ AP Television, 18 Oct. 2006, <http://www.aparchive.com/metadata/youtube/3c1426f7868817e1a976ef69cbc52afc>.

presidente Roh Moo-hyun considerou o Norte como um parceiro económico na construção de um mercado comum, apelando ao "investimento no Norte" para reduzir os custos da Unificação. Com a mudança gradual da perceção sul-coreana em relação à Coreia do Norte, especialmente durante a presidência de Kim Dae-jung e Roh Moo-hyun, o governo da Coreia do Sul salienta o seu interesse em ajudar o Norte em vez de ignorá-lo, isto é, de ajudar Pyongyang a sustentar o seu regime, em vez de empurrá-lo para o colapso. A Coreia do Sul procura assim um quadro de estabilidade na Coreia do Norte, para que a Península coreana funcione num clima de diálogo e não de crise. Tendo em conta esta perspetiva, a Coreia do Sul resiste às tentativas dos Estados Unidos em pressionar a DPRK e aos esforços norte-americanos que visam uma mudança de regime no Norte.¹⁴⁰

Na mesma linha, a imprensa sul-coreana questiona as atitudes da Administração Bush e foca-se, através de várias sondagens, na perceção sul-coreana da Doutrina Bush e da sua “Guerra contra o terrorismo”. A fim de realizar ações preventivas efetivas, os Estados Unidos aumentam a capacidade militar de uma forma sem precedentes, e esta é a componente do realismo ofensivo que desperta um ambiente antiamericano na Coreia do Sul, o chamado “banmi”. A possibilidade de um ataque preventivo dos Estados Unidos contra a Coreia do Norte, o potencial uso de armas nucleares táticas e a negação da soberania da Coreia do Norte aumentam o medo de uma escalada do conflito na Península coreana, contribuindo para criar uma imagem belicosa dos Estados Unidos. Neste contexto, os jovens sul-coreanos começam a considerar os Estados Unidos como um grande obstáculo à pacificação da Península coreana. Uma pesquisa feita por uma revista semanal sul-coreana, a *Sisa Journal*, em março de 2002, revela que mais de setenta e um por cento dos entrevistados se opõem à escalada global dos esforços de guerra antiterrorista norte-americana. A mesma pesquisa mostra que os entrevistados identificam as observações de George W. Bush sobre a Coreia do Norte (como fazendo parte do “Eixo do Mal”) e a invasão norte-americana do Afeganistão como o segundo e o terceiro fator mais importante na deterioração da imagem norte-americana na Coreia do Sul. A pesquisa citada mostra também que setenta e três por cento dos entrevistados sul-coreanos criticam o unilateralismo americano e a guerra contra o terrorismo, e este número é bastante elevado se comparado com os trinta e dois por cento no Japão. Assim, os sul-coreanos

¹⁴⁰ Bae, Jong-Yun. "South Korean Strategic Thinking Toward North Korea: the evolution of the engagement policy and its impact upon US-ROK relations." *Asian Survey* 50.2 (2010): 335-355. P.351

são sensíveis à tragédia do 11 de setembro, denunciando o terrorismo global, mas parecem desaprovar a natureza da Doutrina Bush como uma estratégia para lidar com as novas preocupações de segurança. O absolutismo moral, o unilateralismo hegemônico e o realismo ofensivo mancham a imagem americana na Coreia do Sul, criando sentimentos antiamericanos¹⁴¹.

Porém, e apesar das diferenças sobre como lidar com Pyongyang e com o crescimento de um sentimento antiamericano, Seul continua comprometida na sua aliança com Washington. Um elemento-chave do seu consenso estratégico é o manter da aliança com os Estados Unidos. Mesmo Roh Moo-hyun, eleito em 2002, em pleno desenvolvimento do sentimento antiamericano¹⁴², reconhece esta realidade quando envia o Exército coreano para o Iraque a pedido de George W. Bush. Mais tarde, em abril de 2007, Roh concordaria com o Acordo de Livre Comércio¹⁴³ entre os Estados Unidos e a Coreia do Sul. A aliança entre os dois países é praticamente incontestável porque o principal objetivo do pensamento estratégico sul-coreano é a estabilidade, considerada essencial para o desenvolvimento da economia sul-coreana que se encontra entre os produtores tecnologicamente mais avançados, como o Japão e os Estados Unidos, e os então produtores de baixo custo, como a República da China. A aliança com os EUA constitui principalmente um meio para impedir a Coreia do Norte de invadir ou destabilizar o Sul, mas representa igualmente um laço de confiança importante para a Coreia do Sul na/para a região. Assim, o significado desta aliança com os Estados Unidos é muito mais amplo do que muitos têm afirmado, nomeadamente entre os conservadores sul-coreanos e a linha-dura norte-americana.

Apesar dos presidentes Kim Dae-jung e Roh Moo-hyun terem impulsionado várias políticas progressistas em relação à Coreia do Norte, estes nunca negaram a importância da Aliança norte-americana, mesmo em momentos de discórdia política sobre a atitude a adotar em relação à DPRK e à questão nuclear norte-coreana. No entanto, como demonstrado através das várias sondagens na imprensa sul-coreana e no encontro de Kim Dae-jung com o presidente Vladimir Putin, no qual o presidente sul-coreano

¹⁴¹ Moon, Chung-in. "Changing South Korean Perception of the United States Since September 11." *International Symposium*, Apr. 2004, pp. 45–57. p.54

¹⁴² *Idem.* p.45

¹⁴³ Também conhecido por "Free Trade Agreement" (FTA).

sublinha o valor do Tratado sobre Mísseis Antibalísticos¹⁴⁴, a aliança poderia ser questionada, caso os Estados Unidos continuassem com as suas tendências bélicas em relação ao Norte¹⁴⁵.

¹⁴⁴ “President Vladimir Putin and South Korean President Kim Dae-Jung Held Negotiations.” *President of Russia*, 27 Feb. 2001, en.kremlin.ru/events/president/news/40906.

¹⁴⁵ Bae, Jong-Yun, *Asian Survey*, Vol.50, No. 2 (March/April 2010), pp. 335-355
<https://www.jstor.org/stable/pdf/10.1525/as.2010.50.2.335.pdf>

III- A política de compromisso: alternativa viável?

A- Os limites do Agreed Framework e do Impasse Nuclear

O regime norte-coreano sobreviveu ao colapso dos regimes comunistas da Europa central e da União Soviética, ao isolamento diplomático, aos desastres naturais, à crise económica e à morte do seu fundador, Kim Il-sung (presidente entre 1972 e 1994). Nas palavras de William J. Perry, o regime repressivo norte-coreano continuará a “confrontar” os Estados Unidos e, por essa razão, os políticos norte-americanos devem «lidar com o governo norte-coreano tal como este é e não como gostariam que este fosse»¹⁴⁶.

O Agreed Framework foi elaborado em 1994, entre os Estados Unidos e a República Popular Democrática da Coreia (DPRK), no âmbito da KEDO (Korean Peninsula Energy Development Organization), visando ajudar os dois países, profundamente desconfiados, a encontrar uma maneira de cooperar, mas também para dar resposta a uma resolução global sobre a primeira crise nuclear na Península Coreana¹⁴⁷. No entanto, David C. Kang e Victor D. Cha alegam que ambos os países deram sinais de recuar ao Agreed Framework, muito antes do advento da segunda crise nuclear que data de 2003. Os investigadores fazem a comparação entre as obrigações estipuladas no referido acordo e a realização efetiva das mesmas pelos dois países. O núcleo do acordo de 1994 estabelecia um conjunto de diretivas que ambos seguiriam para atingir objetivos comuns: Por um lado, os Estados Unidos forneceriam à DPRK duas Centrais de Reatores de Água Leve (LWR) até 2003, e garantiriam uma declaração formal de não-agressão que assegurasse à DPRK quer a ausência de ameaças e pressões norte-americanas, quer a não utilização de armas nucleares pelos EUA. Por outro lado, a Coreia do Norte concordaria em congelar os seus Reatores Nucleares e em desmantelá-los quando o projeto LWR estivesse concluído. Ambos se comprometiam a trabalhar para a normalização das relações políticas e económicas e abrir um gabinete de ligação em ambas as capitais, com o objetivo de melhorar as relações bilaterais.

¹⁴⁶ Perry, William J. “Review of United States Policy Toward North Korea: Findings and Recommendations.” *Belfer Center for Science and International Affairs*, Belfer Center for Science and International Affairs, 12 Oct. 1999, www.belfercenter.org/publication/review-united-states-policy-toward-north-korea-findings-and-recommendations.

¹⁴⁷ Kedo.org. (1994). *AGREED FRAMEWORK BETWEEN THE UNITED STATES OF AMERICA AND THE DEMOCRATIC PEOPLE'S REPUBLIC OF KOREA*. [online] Available at: <http://www.kedo.org/pdfs/AgreedFramework.pdf>

No entanto, nenhum dos lados cumpriu as obrigações previstas pelo Agreed Framework. A construção do Reator apresentava quatro anos de atraso devido à demora na implementação por parte dos Estados Unidos. Sem razões aparentes, os Estados Unidos continuam igualmente a pressionar a Coreia do Norte, elegendo-a como alvo de um ataque preventivo (segundo a Revisão da Postura Nuclear), como um “Estado Pária”, sem dar nenhuma garantia formal, por escrito, de não utilização de armas nucleares contra a Coreia do Norte. Os EUA também nunca chegam a abrir o gabinete de ligação em Pyongyang. A Coreia do Norte congela os seus Reactores e permitiu a monitorização da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA)¹⁴⁸, mas em dezembro de 2002 desiste do acordo e expulsa os inspetores do país. Cha e Kang expõem os limites do Agreed Framework, afirmando que as desconfianças mútuas e o ceticismo de George W. Bush em relação ao acordo tornavam a aplicação das diretivas difíceis de realizar:

«Dada a relutância dos EUA em cumprir o seu lado do acordo era improvável que o Norte continuasse a seguir as diretivas estipuladas no Agreed Framework, na esperança de que, em algum momento, a Administração Bush começasse a cumprir as suas obrigações. A gestão corrente da política dos EUA exigia que o Norte abandonasse os programas militares e só após o desarmamento [norte-coreano] é que os EUA decidiriam o estabelecimento das relações entre os dois Estados»¹⁴⁹.

Na mesma linha, Wade Huntley e Timothy Savage escrevem que «o sinal implícito enviado a Pyongyang dava claros sinais que o quadro acordado [em 1994] era no seu fundamento uma tentativa para consumir a abdicação do regime pela DPRK. As reticências imediatas dos EUA em implementar certas medidas de normalização exigidas no Acordo, como o levantamento das sanções económicas, reforçaram essa perceção [...]. Uma atitude tão subjacente nunca poderia constituir base para uma melhoria real das relações [entre Washington e Pyongyang]»¹⁵⁰.

De facto, uma das disposições fundamentais da nova Doutrina estratégica dos Estados Unidos, sob a Administração Bush, afirma o direito de lançar um ataque

¹⁴⁸ Internacionalmente conhecida por International Atomic Energy Agency (IAEA).

¹⁴⁹ Cha, Victor D., and David C. Kang. "The Debate over North Korea." *Political Science Quarterly* 119.2 (2004): 229-254. p. 240

¹⁵⁰ Huntley, Wade, and Timothy Savage. "The Agreed Framework at the Crossroads." *Nautilus Research Institute, Policy Forum Online*. Vol. 99. 1999 citado em Victor C. Cha e David C. Kang *idem* p.240

preventivo contra os “terroristas” e os “Estados Párias” que possuam Armas de Destruição em Massa (ADM). Aquando da «Nuclear Posture Review» (Revisão da Postura Nuclear), a 8 de janeiro de 2002, a Administração Bush elenca, explicitamente, a Coreia do Norte como um alvo de prevenção em dois cenários possíveis: interceder um ataque à Coreia do Sul e travar a proliferação de armas nucleares. No entanto, essas decisões contradizem o compromisso dos EUA no âmbito do Agreed Framework de 1994, no qual estes se comprometem a não ameaçar ou atingir a Coreia do Norte com um ataque nuclear.

Em maio de 2002, o subsecretário de Estado para o Controlo de Armas e Segurança Internacional, John R. Bolton, acusa a Coreia do Norte de não cooperar com a AIEA ao não permitir inspeções sem restrições para verificação do cumprimento do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP)¹⁵¹. Em junho do mesmo ano, a CIA apresenta um relatório NIE (National Intelligence Estimate) que, após avaliação do programa nuclear da Coreia do Norte, declara que a DPRK estaria a enriquecer urânio (HEU), violando o quadro acordado em 1994. Tendo em conta esta análise, a Administração Bush aconselha, a título privado, os líderes do Congresso a adiar o financiamento aos reatores Kumho, tendo em conta que Pyongyang está em violação do TNP. Agindo a partir das informações emitidas naquele relatório da CIA, James A. Kelly viaja para Pyongyang, a 3 de outubro de 2002, acompanhado por uma delegação de funcionários da Administração Bush.

O jornalista de investigação norte-americano Seymour Hersh explica, num artigo do *New Yorker*, que os «Hawks» da Administração Bush forneceram a James A. Kelly uma mensagem cuidadosamente escrita, exigindo que a Coreia do Norte interrompesse o seu programa de enriquecimento de urânio, como condição para futuras conversações, dado que este programa violava o quadro acordado no âmbito do TNP. Em resposta, o seu homólogo Kim Gye-gwan, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da DPRK, nega a acusação e interrompe abruptamente a reunião¹⁵². Charles L. Pritchard presente nas

¹⁵¹ Bolton, J. (2002). Beyond the Axis of Evil: Additional Threats from Weapons of Mass Destruction. *The Heritage Foundation*. [online] Available at: <https://www.heritage.org/defense/report/beyond-the-axis-evil-additional-threats-weapons-mass-destruction-0> [Accessed 5 May 2019].

¹⁵² Citado em Pritchard, Charles L. *Failed diplomacy: the tragic story of how North Korea got the bomb*. Brookings Institution Press, 2007. p.34-35

conversações com Kim Gye-gwan, relata o sucedido: «Em vez de começar a nossa viagem com nota substantiva, tivemos de desvendar a mensagem complexa que nos tinha sido entregue enquanto estávamos a viajar para Pyongyang. Foi uma enorme caricatura de um jogo que acabou mal»¹⁵³.

Segundo James A. Kelly, o Primeiro Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros norte-coreano, Kang Sok-ju, reconheceu a existência de tal programa durante as negociações, negando-o posteriormente. De acordo com o Ministro dos Negócios Estrangeiros norte-coreano, Paek Nam-sun, as palavras de Kang foram deliberadamente ambíguas. Kang queria com estas afirmar que a Coreia do Norte tem o "direito" de possuir tal programa ou "um ainda mais poderoso", para impedir um ataque preventivo por parte dos Estados Unidos. De acordo com Paek, Kang também afirmou que a Coreia do Norte tem o direito de prosseguir uma política de «não confirma, nem nega»¹⁵⁴ no tocante às especificidades das suas capacidades nucleares, assim como os Estados Unidos, especialmente tendo em conta que os dois países permanecem beligerantes¹⁵⁵. No seguimento das negociações, e sob a insistência por parte de Washington relativamente a existência do programa de enriquecimento de urânio, Kim Gye-gwan retorque que «os Estados Unidos não têm um real desejo na resolução das questões e [...] estão a tentar desarmar a Coreia do Norte e a mudar o seu sistema através da força, da coerção e da pressão»¹⁵⁶.

Após a viagem de James A. Kelly à Coreia do Norte e a suposta revelação do regime norte-coreano que configurava uma violação ao Agreed Framework (no qual a Coreia do Norte se comprometia a “congelar” o seu programa nuclear), os Estados Unidos e os seus aliados suspendem, a partir de 14 de novembro 2002, os carregamentos de petróleo para a Coreia do Norte, iniciando dessa forma as sanções económicas à DPRK. Em dezembro, Pyongyang retalia, anunciando que planeia retirar-se do TNP, reabrindo o

<file:///C:/Users/Asus/Desktop/BIBLIOGRAFIA%20TESE/The%20failure%20of%20the%20Bush%20administration%20north%20korea.pdf> p.153

¹⁵³ Pritchard, Charles L. *Failed diplomacy: the tragic story of how North Korea got the bomb*. Brookings Institution Press, 2007: 1-228. p.34-35

¹⁵⁴ A chamada “NCND”, do inglês “neither confirm nor deny”.

¹⁵⁵ Harrison, Selig S. "Did North Korea Cheat?" *The Asia-Pacific-Journal*, 2005, pp. 1-8, <https://apjjf.org/-Selig-S--Harrison/2112/article.pdf>. Accessed 14 May 2019

¹⁵⁶ Matray, James I. "The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis." *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177. p.153

reator nuclear e as instalações de processamento, situados em Yongbyon. De seguida, remove os dispositivos de vigilância e expulsa os inspetores da AIEA.

A afirmação da existência do programa de HEU pela Administração Bush e as retaliações norte-coreanas que lhe sucedem surpreendem a Comunidade Internacional e aumentaram os receios e a percepção de que «Pyongyang é responsável pela crise, pois não respeita o acordo anterior [Agreed Framework] relativamente ao congelamento do seu programa nuclear em troca de assistência energética»¹⁵⁷.

A imprensa norte-americana veicula e/ou reforça a ideia de que a Coreia do Norte tem a intenção de «levar o impasse nuclear até ao limite»¹⁵⁸, ideia contudo contrariada pela ação norte-coreana no início de 2003, que se mostra disposta a interromper o seu programa de Armas Nucleares se os Estados Unidos concordarem em assinar um tratado de não-agressão. Washington rejeita esta proposta e interrompe o envio de ajuda alimentar para a Coreia do Norte. A rejeição da proposta norte-coreana não surpreende, uma vez que a Administração Bush defende o princípio de “dismantle first, dialogue later”, justificando tal linha de pensamento no contexto de uma crítica política à Administração Clinton, nomeadamente o Agreed Framework, considerando este apenas como um ato de apaziguamento que recompensaria o mau comportamento da Coreia do Norte. Para a Administração Bush «as sanções são a única resposta lógica aos crimes [cometidos pela Coreia do Norte]»¹⁵⁹, após a revelação do programa de urânio enriquecido.

Durante a primeira crise nuclear de 1991, o autor e diretor do Projeto de Segurança Cooperativa do Nordeste Asiático no Conselho de Investigação em Ciências Sociais em Nova York, Leon V. Sigal, já assinalava que os relatórios oficiais sobre a Coreia do Norte estavam incorretos¹⁶⁰. Na mesma linha, Roland Bleiker sublinha a importância de análises mais objetivas dos fatores que levaram à segunda crise nuclear de 2003. Segundo Bleiker, a necessidade de realizar tal análise não significa que os acontecimentos acima referidos não tenham ocorrido, ou que os programas de armas nucleares da Coreia do Norte não

¹⁵⁷ Bleiker, Roland. "A rogue is a rogue is a rogue: US foreign policy and the Korean nuclear crisis." *International Affairs* 79.4 (2003): 719-737. p.724

¹⁵⁸ Ratnesar, R. (2003). How dangerous Is North Korea?. *CNN*. [online] Available at: <http://edition.cnn.com/2003/ALLPOLITICS/01/06/timep.n.korea.tm/> [Accessed 10 Apr. 2019].

¹⁵⁹ Moon, Chung-in. and Bae, Jong-yun. (2005). "The Bush Doctrine and the North Korean nuclear crisis". In: M. Gurtov and P. Van Ness, ed., *Confronting the Bush Doctrine. Critical Views from the Asia-Pacific*, 1st ed. RoutledgeCurzon, pp.39-62. p.43

¹⁶⁰ Sigal, Leon V. *Disarming strangers: nuclear diplomacy with North Korea*. Vol. 36. Princeton University Press, 1999. p.6

constituam uma real ameaça à paz Regional e Mundial, mas traduzem a sua leitura de que os relatórios oficiais norte-americanos são no mínimo um retrato unilateral e altamente inadequado aos acontecimentos:

«A crise não surgiu do nada em outubro de 2002, nem pode ser atribuída apenas às ações da Coreia do Norte [...]. Como qualquer crise, ela resultou não só da interação sustentada de percepções de ameaça, como também das ações e reações que resultaram dessas percepções. A crise foi enraizada em antagonismos e estabelecida em padrões de conflito, envolvendo uma variedade de atores diferentes, cada qual desempenhando o seu papel na constituição da crise»¹⁶¹.

Moon Chung-in e Bae Jong-yun apresentam na sua análise a perspetiva norte-coreana sobre a referida crise. A Coreia do Norte apresentou uma longa lista das transgressões norte-americanas relativamente aos acordos entre Pyongyang e Washington, das quais: a não entrega de um Reator Nuclear de tipo água natural, em 2003; a suspensão do fornecimento de petróleo; a exigência prematura de uma inspeção obrigatória das instalações nucleares, que só deveria ter ocorrido após a entrega de uma turbina e de um gerador; falhas na flexibilização dos obstáculos ao comércio e ao investimento, incluindo serviços financeiros, de telecomunicação e de liquidação bancária; violação da cláusula de garantia de segurança, do Agreed Framework de 1994 e do TNP, ao colocar a Coreia do Norte como um alvo de ataque nuclear preventivo e, finalmente, a anulação do acordo bilateral sobre intenções não-hostis, respeito mútuo e não interferência nos assuntos internos, ao declarar a Coreia do Norte como um “Estado Pária” e um estado do “Eixo do Mal”. Acresce a esta lista a tentativa de derrube do regime norte-coreano e, por último, a violação por parte dos Estados Unidos do seu compromisso em apoiar as trocas e a cooperação inter-coreana, obstruindo assim a cooperação económica entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul¹⁶².

Tal como Sigal e Bleiker, vários académicos analisaram a decisão de George W. Bush relativamente à saída dos norte-americanos do Agreed Framework e o consequente

¹⁶¹ Bleiker, Roland. "A rogue is a rogue is a rogue: US foreign policy and the Korean nuclear crisis." *International Affairs* 79.4 (2003): 719-737. p.725

¹⁶² Moon, Chung-in. and Bae, Jong-yun. (2005). "The Bush Doctrine and the North Korean nuclear crisis". In: M. Gurtov and P. Van Ness, ed., *Confronting the Bush Doctrine. Critical Views from the Asia-Pacific.*, 1st ed. RoutledgeCurzon, pp.39-62. p.43

impasse nuclear. O autor Victor D. Cha destaca como argumento central para a saída do acordo por parte da Administração Bush o fim de um dos prazos, ou seja, a moratória de testes de mísseis autoimposta pelo Chefe de Estado norte-coreano Kim Jong-il, prevista para dezembro de 2002. Este prazo foi «o impulso para a Administração Bush implementar o próximo passo lógico da sua política de compromisso bélico»¹⁶³.

Por outro lado, o autor Selig S. Harrison alega que a estratégia de George W. Bush se apoiou nas reivindicações de existência de um programa de urânio enriquecido norte-coreano (HEU) para unir a opinião pública mundial contra Pyongyang, podendo assim justificar e defender a imposição de sanções económicas que acelerariam a queda da DPRK. Harrison acrescenta que Bush agiu segundo a crença de que os Estados Unidos têm o direito de impor a democracia e o capitalismo às outras nações, visto que estes são, segundo o presidente norte-americano, os únicos sistemas adequados e legítimos no mundo (a defesa deste sistema político e económico pode igualmente ser visto à luz do “absolutismo moral”, analisado na Parte II, capítulo B)¹⁶⁴.

Roland Bleiker oferece outra análise, afirmando que a Administração Bush condicionou as negociações de James A. Kelly em Pyongyang, em outubro de 2002, criando dessa forma um impasse, ou seja, a segunda crise nuclear de 2003. Segundo este autor, Washington pretendia que a iniciativa da anulação do acordo fosse assumida pelo regime norte-coreano, evitando assim que os Estados Unidos protagonizassem o fim do Agreed Framework. Quando Kelly chegou a Pyongyang para dar início às negociações com a DPRK, as primeiras negociações desde a chegada de Bush à presidência, esta mostrou-se recetiva a um retomar do diálogo com Washington. O diplomata americano, seguindo instruções, iniciou o diálogo com acusações quanto ao programa encoberto de urânio enriquecido. Como esperado, Pyongyang reagiu com raiva e hostilidade, desencadeando uma nova crise diplomática¹⁶⁵. Ao encurralar a Coreia do Norte, Bush poderia então implementar o chamado “compromisso bélico”. No início de 2003, Bush inaugura um projeto diplomático contra a Coreia do Norte, enviando James A. Kelly e

¹⁶³ Matray, James I. "The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis." *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177. p. 158

¹⁶⁴ *Idem*.

¹⁶⁵ Bleiker, Roland. "A rogue is a rogue is a rogue: US foreign policy and the Korean nuclear crisis." *International Affairs* 79.4 (2003): 719-737. p.733;

John R. Bolton a Moscovo, Pequim, Seul e Tóquio, para exercer pressão no sentido da imposição de sanções severas¹⁶⁶.

Finalmente, alguns autores afirmam que George W. Bush criou a segunda crise nuclear para deteriorar a estratégia da Coreia do Norte que procuraria capitalizar simpatia e ganhar apoio internacional. Para descredibilizar o discurso do "Eixo do Mal", Pyongyang tomou medidas bem-sucedidas para construir relações políticas, económicas e culturais com a Rússia, o Japão e uma dúzia de nações ocidentais. A sua resposta positiva à «Sunshine Policy» do presidente sul-coreano Kim Dae-jung resultou em vários projetos de cooperação¹⁶⁷, promovendo relações cada vez mais cordiais entre Seul e Pyongyang. Apesar da oposição da Administração Bush a esta colaboração inter-coreana, esta prosseguiu e manifestou-se em ações como a desminagem e os empreendimentos económicos conjuntos, no Complexo Industrial de Kaesong¹⁶⁸.

Do mesmo modo, a visita a Pyongyang do primeiro-ministro japonês Junichiro Koizumi, a 17 de setembro de 2002, para discutir a normalização das relações entre o Japão e a Coreia do Norte, amplia os receios dos norte-americanos em relação a uma imagem positiva da Coreia do Norte na região. Junichiro Koizumi recusou-se a cancelar a sua viagem à Coreia do Norte apesar do secretário de Estado Adjunto Richard Armitage ter revelado as suspeitas de Washington sobre um programa secreto norte-coreano de urânio altamente enriquecido (HEU). Por consequência, Selig S. Harrison afirma que o objetivo da “missão Kelly” era contrariar a "diplomacia de charme" de Kim Jong Il, reafirmando, desse modo, o controle dos EUA sobre a imagem internacional da Coreia do Norte: «Apesar do conhecimento limitado sobre o programa de urânio, o governo dos EUA "optou por explorar as informações [dos relatórios da CIA] para fins políticos"»¹⁶⁹.

Selig S. Harrison questiona assim a veracidade da acusação norte-americana quanto ao enriquecimento de urânio na Coreia do Norte:

¹⁶⁶ Matray, James I. "The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis." *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177 p.159

¹⁶⁷ O Complexo Industrial de Kaesong e o monte Kungang na Coreia do Norte, um local turístico muito visitado por sul-coreanos, já citados anteriormente, mas também a cimeira entre Kim Dae-jung e Kim Jong-il e o reencontro das famílias divididas pela guerra da Coreia, ambas em 2000.

¹⁶⁸ Harrison, Selig S. "Did North Korea Cheat?" *The Asia-Pacific-Journal*, 2005, pp. 1-8, <https://apjjf.org/-Selig-S--Harrison/2112/article.pdf>. Accessed 14 May 2019.

¹⁶⁹ *Idem.* p.3

«embora seja agora amplamente reconhecido que a Administração Bush falseou e distorceu os dados que usou para justificar a invasão do Iraque, a maioria dos observadores aceitaram, em valor nominal, as avaliações que a Administração tem usado para reverter a política anteriormente estabelecida pelos EUA em relação à Coreia do Norte»¹⁷⁰.

Harrison acrescenta que a Administração Bush apresentou o pior dos cenários (“worst-case scenario”) como uma verdade incontestável e distorceu os dados relativos à Coreia do Norte, ampliando o perigo que esta representava:

«Ao abandonar o acordo de 1994, com base em dados incertos, apresentados com certeza absoluta, e ao insistir que a Coreia do Norte "confesse" a existência de um programa de urânio como condição para novas negociações sobre a desnuclearização, a Administração Bush bloqueou a ação sobre a única ameaça atual que a Coreia do Norte representaria, isto é, o plutônio reprocessado poderia ser usado para armas nucleares ou transferido para terceiros»¹⁷¹.

Na mesma linha, Bruce Cumings questiona as conclusões do relatório da CIA, argumentando:

«que os altos funcionários de Bush exigem o acesso às informações dos Serviços Secreto em bruto, antes de estas terem sido verificada pela CIA e outras Agências para confirmação e confiabilidade [...]. Isso significa que Dick Cheney, Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz julgariam a veracidade dos relatórios efetuados com base no trabalho de campo (ou com os seus funcionários), sem a informação ter sido submetida ao escrutínio rigoroso, transvertendo de seguida os relatórios nefastos em discursos, tais como os que se destinam a defender a guerra no Iraque»¹⁷².

¹⁷⁰ *Idem.* p.1

¹⁷¹ *Idem.* p.7

¹⁷² Matray, James I. "The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis." *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177. p152

Outros observadores propõem diferentes leituras para o debate em torno das razões que estão por detrás da aparente admissão da existência do programa HEU pela Coreia do Norte¹⁷³. Entre estes encontra-se Victor D. Cha que descreve como os líderes norte-coreanos reconhecem ter recursos limitados para a modernização económica e a expansão das suas capacidades militares convencionais. Por consequência, Pyongyang recusa-se a abandonar o desenvolvimento de armas nucleares porque este representaria a melhor maneira de satisfazer as suas necessidades de segurança. Cha enfatiza que o objetivo da DPRK seria a dissuasão, forçando os seus inimigos a serem cautelosos e prudentes ao lidar com a Coreia do Norte.¹⁷⁴

Na mesma linha, o autor e político William Perry comenta numa entrevista à *Public Broadcasting Service*: «Não nos consideramos [EUA] uma ameaça à Coreia do Norte. Mas eu acredito plenamente que eles nos considerem uma ameaça para eles e, portanto, eles vêem o míssil [Taepodong-I] como um meio de dissuasão»¹⁷⁵. De facto, a perceção dos Estados Unidos como uma ameaça à Coreia do Norte (alimentada pela retórica bélica norte-americana), e a utilização de armas nucleares pelo regime norte-coreano como meio de dissuasão estão ambas interligadas. Este dilema de segurança, que está intimamente ligado à sobrevivência do regime norte-coreano, é evidenciado pelas várias declarações norte-coreanas:

«A Administração Bush revelou abertamente a tentativa de usar armas nucleares depois de elencar a DPRK como fazendo parte do “Eixo do Mal” e como alvo de “ataque nuclear preventivo”. Isso leva-nos a crer que a Administração Bush vai oprimir o nosso sistema pela força e decidiu construir uma força de dissuasão para lidar com isso. Por conseguinte, decidimos possuir essa [tal] força [dissuasiva] É um meio de autodefesa para proteger a nossa soberania»¹⁷⁶.

¹⁷³ Matray, James I. "The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis." *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177. p144

¹⁷⁴ Cha, Victor D. "North Korea's weapons of mass destruction: badges, shields, or swords?" *Political Science Quarterly* 117.2 (2002): 209-231.

¹⁷⁵ Citado em Kim, Samuel S. *North Korean foreign relations in the post-cold war world*. ARMY WAR COLL STRATEGIC STUDIES INST CARLISLE BARRACKS PA, 2007.p.62

¹⁷⁶ *Idem*. p.62

Paralelamente, Charles L. Pritchard relata, no seu artigo publicado no *The Financial Times*, as palavras de Kim Jong-il dirigidas à Ex-Secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright, em outubro de 2000:

«Ele [Kim Jong-il] disse-lhe que, na década de 1970, Deng Xiaoping, o líder chinês, foi capaz de concluir que a China não enfrentava nenhuma ameaça à segurança externa e poderia, conseqüentemente, reorientar os seus recursos para o desenvolvimento económico. Com as garantias de segurança adequadas, o Sr. Kim disse que seria capaz de convencer os seus militares de que os EUA já não eram uma ameaça e alcançar, posteriormente, uma posição semelhante para reorientar os recursos do seu país»¹⁷⁷.

Ao citar as palavras do líder da Coreia do Norte, Pritchard salienta a necessidade crescente de existência de garantias de segurança por parte do regime norte-coreano, principalmente com a deterioração da sua economia e a revisão da política externa norte-americana. O autor acrescenta que Kim Jong-il não é movido pelo desejo de melhorar o nível de vida do seu povo, mas é instigado pela sobrevivência do regime norte-coreano. Concomitantemente, Cha afirma que para entender a Doutrina estratégica norte-coreana é preciso analisar a ligação entre a proliferação nuclear e o objetivo de sobrevivência do regime. Há, segundo este autor, evidências que sugerem o interesse da DPRK em Armas Nucleares como parte da “Doutrina existencial de dissuasão”. Contudo, os debates acerca do programa nuclear norte-coreano focam-se constantemente nas quantidades de plutónio acumuladas e na existência de uma bomba nuclear na Coreia do Norte, em vez de investigar o contexto que motiva o armamento¹⁷⁸.

No início, a estratégia política da Doutrina Bush teve sucesso, uma vez que o Conselho de Segurança da ONU considerou colocar a questão nuclear norte-coreana na sua agenda. Washington usou as revelações da HEU para convencer a Rússia, o Japão e a Coreia do Sul a unirem-se e exigirem um desarmamento do programa nuclear da Coreia do Norte. No entanto, o chamado “compromisso bélico” não poderia ser verdadeiramente eficaz sem a cooperação da República Popular da China (RPC), visto que, esta, em 2003,

¹⁷⁷ Pritchard, Charles L. "A Guarantee to Bring Kim Into Line". *Brookings*, 2019, <https://www.brookings.edu/opinions/a-guarantee-to-bring-kim-into-line/>. Accessed 5 May 2019.

¹⁷⁸ Cha, Victor D. "North Korea's weapons of mass destruction: badges, shields, or swords?" *Political Science Quarterly* 117.2 (2002): 209-231. p.216

fornecia à DPRK noventa por cento dos seus recursos energéticos, trinta por cento do seu apoio internacional e trinta e oito por cento das suas importações¹⁷⁹. Numa série de reuniões com líderes chineses, os diplomatas norte-americanos enfatizam que o comportamento de Pyongyang compromete a estabilidade na Região. No início de 2003, a RPC começa a pressionar a DPRK para dismantelar o seu programa de Armas Nucleares, receando que se esta permanecesse intransigente, os Estados Unidos poderiam promover uma ação militar preventiva. Embora assegurando a Pyongyang a realização de diálogos bilaterais com Washington em solo chinês, Pequim garantiu aos Estados Unidos que acolherá discussões multilaterais para chegar a um acordo para pôr fim à segunda crise nuclear. Tendo estabelecido estas bases, a Administração Bush prepara-se para a reaproximação com a Coreia do Norte. Em abril de 2003, a RPC atua como mediador numa reunião entre os Estados Unidos e os representantes da DPRK em Pequim. O secretário Adjunto norte-americano, James A. Kelly, transmite garantias de que a Administração Bush deseja usar o diálogo e a diplomacia para resolver as diferenças com a Coreia do Norte¹⁸⁰.

Em resposta às declarações de James A. Kelly, a Coreia do Norte propõe um roteiro político para resolver a segunda crise nuclear. Em troca do abandono do seu programa nuclear e dos mísseis, Pyongyang queria por parte dos Estados Unidos as seguintes garantias: não-agressão; a abertura das relações diplomáticas; ajuda económica e compensações pelo atraso na construção dos Reatores de Água Leve (LWR), e a sua conclusão. Pyongyang afirma que só haveria desarmamento nuclear caso houvesse uma garantia securitária que confirmasse a sobrevivência do regime norte-coreano por parte dos Estados Unidos. Em contrapartida, Kelly garante ajuda económica desde que houvesse o chamado “Dismantle first, dialogue later”, ou seja, o dismantelamento do programa nuclear norte-coreano é condição prévia a qualquer tipo de negociação ou acordo. Kelly estabelece ainda a importância de um compromisso assente em negociações multilaterais para resolver as questões nucleares. Estava deste modo criado um impasse diplomático.

¹⁷⁹ Matray, James I. "The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis." *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177. p.160

¹⁸⁰ *Idem* p.160

A vitória norte-americana no Iraque motiva os Estados Unidos a intensificarem a pressão multilateral no sentido de isolar, conter e transformar o regime norte-coreano. Dessa forma, a Administração Bush propõe, em maio de 2003, a Iniciativa de Segurança contra a Proliferação (PSI), um programa de cooperação internacional que visa impedir o tráfico de ADM. Os Estados Unidos esperam unir as nações contra a exportação de componentes e materiais nucleares e expandir a PSI para combater o suposto envolvimento norte-coreano na contrafação e no tráfico de drogas¹⁸¹. A Rússia, a China e a Coreia do Sul recusam-se, contudo, a participar nesta iniciativa, receando as consequências devastadoras de um colapso prematuro da DPRK.

B- Os « Six-Party Talks»: A Aposta Multilateral

No seguimento da suposta admissão da existência do programa HEU pela Coreia do Norte e da consequente crise nuclear, abrem-se novas divergências entre as visões de Washington e de Pyongyang quanto às estratégias a adotar para a resolução do próprio impasse nuclear. A Coreia do Norte apela veementemente para a realização de negociações bilaterais com os Estados Unidos, uma vez que a ameaça que estes representam para o regime norte-coreano é real e premente, entendendo que um acordo direto com a Administração Bush é a única forma de gerir essa ameaça. A Coreia do Norte opõe-se a diálogos multilaterais entendidos como uma tática de adiamento (de ganhar tempo) norte-americana¹⁸². Paralelamente, o governo sul-coreano de Roh Moo-hyun aconselha que sejam realizadas conversações bilaterais diretas entre Pyongyang e Washington. As afirmações do presidente sul-coreano ao jornal *Times*, numa entrevista de 5 de março de 2003, vão nessa direção: «o debate sobre o suposto programa de Armas Nucleares da Coreia do Norte só será resolvido se os Estados Unidos e a Coreia do Norte se envolverem em conversações diretas - algo que o presidente Bush rejeitou»¹⁸³.

¹⁸¹ Matray, James I. "The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis." *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177. p.161

¹⁸² Moon, Chung-in. "Diplomacy of defiance and facilitation: the six party talks and the Roh Moo Hyun government." *Asian Perspective* (2008): 71-105. p.78

¹⁸³ Citado em Moon, Chung-in. "Diplomacy of defiance and facilitation: the six party talks and the Roh Moo Hyun government." *Asian Perspective* (2008): 71-105. p.79

Já a Administração Bush insiste na adoção de uma abordagem multilateral para lidar com o impasse nuclear. O secretário de Estado Colin Powell justifica esta posição numa entrevista à CNN, em março de 2003: «Eu acho que vamos acabar por falar com a Coreia do Norte, mas não vamos simplesmente cair naquilo que acredito ser uma má prática, a de afirmar que a única maneira de falar connosco é de forma direta, quando [o impasse nuclear] afeta outras nações da região»¹⁸⁴. Os «Hawks» da Administração Bush justificam a atitude inflexível em relação à Coreia do Norte invocando o “fracasso” da Administração Clinton, através do seu Agreed Framework, visto como um ato de apaziguamento face à chantagem norte-coreana. E nesse sentido Colin Powell acrescenta: «Falámos diretamente com a Coreia do Norte quando assinámos o acordo em 1994 [...]. Desta vez queremos uma solução melhor»¹⁸⁵.

Os autores Moon e Bae afirmam que a adoção de uma abordagem multilateral, sob a forma do «Six-Party Talks», permitiu aos Estados Unidos distanciarem-se do acordo de 1994 (também chamado de “save face”), possibilitando assim um exercício de pressão coletiva sobre a Coreia do Norte. Na mesma linha, Charles L. Pritchard alega que os «Six-Party Talks» têm na sua origem uma lógica negativa, isto é:

«Em resposta à exigência norte-coreana sobre a resolução bilateral da crise emergente do programa HEU com os Estados Unidos, estes optaram por ampliar o campo de jogadores, recusando-se a lidar diretamente com Pyongyang. Objetivamente, essa foi a decisão certa, mas foi baseada mais no desejo de não ser vista como uma repetição do "fracasso" do acordo realizado pela Administração Clinton»¹⁸⁶.

A primeira sessão dos «Six-Party Talks» (diálogos a seis) ocorreu a 29 de agosto de 2003, após Pyongyang ter sucumbido à pressão da República Popular da China (RPC) e aceite a proposta de um diálogo a seis com os Estados Unidos, a Coreia do Sul, a China, o Japão e a Rússia. Durante esta primeira sessão, os Estados Unidos destacam a importância da admissão da existência do programa HEU pela Coreia do Norte, enquanto esta sublinha os incumprimentos dos Estados Unidos em relação ao Agreed Framework

¹⁸⁴ CNN. "CNN Late Edition with Wolf Blitzer", <http://edition.cnn.com/TRANSCRIPTS/0303/09/le.00.html>. Accessed 9 June 2019.

¹⁸⁵ *idem*

¹⁸⁶ Pritchard, Charles L. "The Korean Peninsula and the role of multilateral talks." *North-East Asian Security* 2.1 (2005). p.28

de 1994. A delegação norte-coreana admite ter a capacidade de produção de Armas Nucleares, alegando, porém, que se dispõe a congelar e a dismantelar o seu programa nuclear em troca de uma declaração de intenção de não hostilidade norte-americana, de respeito mútuo e de não-interferência nos seus assuntos internos. Os Estados Unidos recusam, porém, a oferta norte-coreana, justificando tal objeção ao abrigo da política do “dismantle first, dialogue later”¹⁸⁷. Incapazes de chegar a um acordo sobre uma declaração conjunta, o Vice-Ministro chinês Wang Yi emite um sumário, expondo os consensos possíveis acordados entre os seis, a saber:

- Todas as partes estão dispostas a trabalhar para encontrar uma solução pacífica para a questão nuclear na Península Coreana através do diálogo [...];
- Todas as partes afirmam que enquanto houver a necessidade de uma desnuclearização da Península, as questões de segurança da DPRK [...] deverão ser consideradas e resolvidas;
- Todas as partes concordam, em princípio, em explorar e decidir sobre um plano global para resolver a questão nuclear, de forma justa e razoável, em várias fases, através de implementação síncrona ou paralela;
- Todas as partes concordam que, no processo de negociações de paz, qualquer ação e palavra que possa aumentar ou intensificar a situação deve ser evitada;
- Todas as partes concordam que o diálogo deve continuar a reforçar a confiança, a reduzir as diferenças e a ampliar uma base comum;
- Todas as partes acordam que as conversações a seis devem continuar, e a data e o local para o próximo ciclo de negociações devem ser decididos através dos canais diplomáticos, com a maior brevidade.¹⁸⁸

A segunda sessão do «Six-Party Talks», realizada no fim de fevereiro de 2004, seguiu o mesmo padrão observado durante a primeira. Por um lado, os Estados Unidos enfatizam a importância do desmantelamento completo, verificável e irreversível do programa nuclear norte-coreano (CVID), citando o caso da Líbia; um dos “Estados Párias” que abdicou sob pressão do seu programa nuclear. Por outro lado, a Coreia do Norte

¹⁸⁷ World.kbs.co.kr. (2019). *North Korea Inside*. [online] Available at: http://world.kbs.co.kr/special/northkorea/contents/archives/six-party/1st_round.htm?lang=e

¹⁸⁸ Pritchard, Charles L. "The Korean Peninsula and the role of multilateral talks." *North-East Asian Security* 2.1 (2005). p29

propôs o congelamento do programa nuclear em troca de ajuda económica, negando igualmente a posse de um programa HEU¹⁸⁹.

Durante esta segunda sessão do «Six-Party Talks», a Coreia do Sul propõe um processo em três fases para resolver a crise nuclear. A primeira fase, intitulada “Words for Words”, sugere a realização de uma declaração conjunta entre a Coreia do Sul, o Japão e os Estados Unidos que garanta a segurança do regime norte-coreano em troca da declaração de desarmamento nuclear por parte da Coreia do Norte. A segunda fase, intitulada “Actions for Actions” elenca as medidas a tomar para o congelamento e desmantelamento do programa nuclear norte-coreano, a par de medidas que garantam a segurança do regime de Kim Jong-il e a normalização das relações entre todas as partes. A última fase centra-se na resolução da crise nuclear e no estabelecimento da paz na Península coreana. Apesar desta proposta sul-coreana pró-ativa, o impasse visível entre Pyongyang e Washington, exacerbado pelo desacordo no escopo do CVID, levou novamente ao fecho prematuro do diálogo multilateral entre os seis países¹⁹⁰.

Após o fecho da segunda sessão, observa-se um aumento das críticas internacionais sobre a atitude inflexível da delegação norte-americana nos «Six-Party Talks» que impõe como condição a resolução prévia de todas as questões norte-coreanas — o programa nuclear, os mísseis, as armas convencionais e as violações dos direitos humanos —, antes da normalização das relações com o regime norte-coreano. No «Six-Party Talks» regista-se igualmente uma intensificação gradual da pressão por parte dos países da região da Ásia Oriental para a adoção de uma abordagem mais conciliadora por parte dos Estados Unidos em relação à Coreia do Norte.

O presidente sul-coreano Roh Moo-hyun salienta, no seu discurso inaugural de 25 de fevereiro de 2003, a importância da resolução pacífica do impasse nuclear, sublinhando mais uma vez que o problema nuclear norte-coreano deveria ser resolvido através do diálogo. O presidente Roh acrescenta que a tensão militar não deve de forma alguma ser ampliada e que se deve reforçar a cooperação sul-coreana com os Estados

¹⁸⁹ Matray, James I. "The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis." *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177. p.160

¹⁹⁰ World.kbs.co.kr. (2019). *North Korea Inside*. [online] Available at: http://world.kbs.co.kr/special/northkorea/contents/archives/six-party/2nd_round.htm?lang=e

Unidos, o Japão, a China e a Rússia¹⁹¹. Roh rejeita dessa forma qualquer solução que tenha como base uma intervenção militar contra a Coreia do Norte na resolução do impasse nuclear, opondo-se dessa forma à posição norte-americana que aludia à possibilidade da opção militar como instrumento de negociação. De acordo com Roh, a confiança mútua entre as diferentes partes, particularmente entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte, representa o fundamento central para a resolução pacífica da segunda crise nuclear. E essa confiança só seria possível através do reconhecimento do regime norte-coreano e do compromisso das seis partes no diálogo. Durante a cimeira da Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC), a 20 de novembro de 2004, o presidente sul-coreano declara que «muitas das negociações importantes da história foram o resultado de um saber lidar com interlocutores aparentemente não confiáveis. É precisamente isso que as torna infinitamente mais valiosas. As negociações, por definição, têm lugar entre partes que não podem confiar umas nas outras»¹⁹².

Na mesma linha, o primeiro-ministro japonês Junichiro Koizumi acentua, no discurso efetuado no âmbito da cimeira do G-8, em junho de 2004, a importância da adoção de um compromisso entre os participantes do «Six-Party Talks»: «penso que é necessária uma resolução por via diplomática e pacífica [...]. Acredito que o Sr. Kim procura uma garantia securitária por parte dos Estados Unidos»¹⁹³.

Devido a crescente pressão internacional e à campanha de reeleição de George W. Bush, a delegação norte-americana apresenta pela primeira vez um plano de trabalho na terceira sessão dos «Six-Party Talks», realizada entre 23 e 25 de junho de 2004. A proposta norte-americana previa a implementação gradual de várias concessões à Coreia do Norte, tal como o fornecimento de petróleo bruto por parte da Coreia do Sul, da China, do Japão e da Rússia; o abastecimento de energia não-nuclear, juntamente com a garantia securitária multilateral, e uma abertura sobre a desclassificação da Coreia do Norte como

¹⁹¹ French, Howard. W "New South Korean Leader Vows Wide Progress". *The New York Times*, 2019, <https://www.nytimes.com/2003/02/25/international/asia/new-south-korean-leader-vows-wide-progress.html>. Accessed 9 June 2019.

¹⁹²Citado em Moon, Chung-in. "Diplomacy of defiance and facilitation: the six party talks and the Roh Moo Hyun government." *Asian Perspective* (2008): 71-105. p.77

¹⁹³ "Final Press Conference by Prime Minister Junichiro Koizumi". *Ministry Of Foreign Affairs Of Japan*, 2004, <https://www.mofa.go.jp/policy/economy/summit/2004/press.html#4>. Accessed 9 Apr 2019.

Estado patrocinador do terrorismo¹⁹⁴. Estas concessões seriam realizadas mediante uma declaração norte-coreana sobre o desmantelamento do seu programa nuclear, nomeadamente o programa de HEU, assim como a adoção de medidas preparatórias para esse mesmo desmantelamento, no prazo de três meses, mas a aceitação desta proposta por parte da Coreia do Norte é problemática. A este propósito, James I. Matray afirma que «se a DPRK aceitasse a proposta dos EUA, a sua sobrevivência dependeria do cumprimento das promessas de um governo focado na sua destruição»¹⁹⁵.

A Coreia do Norte recusa a oferta norte-americana e contrabalança a mesma com o chamado “reward for freeze”, ou seja, a delegação norte-coreana solicita concessões palpáveis como condição prévia ao congelamento do seu programa nuclear. De novo, as conversações claudicam devido à desconfiança mútua, profundamente enraizada entre as duas partes. No ínterim, a cooperação entre Pyongyang e Seul continua e as duas Coreias assinam acordos para por um fim mútuo à propaganda e organizam medidas para evitar confrontos militares na Korean Demilitarized Zone (DMZ).

No início de 2004, Washington apresenta supostas evidências que ligam os regimes da Coreia do Norte e da Líbia, afirmando que a última tinha recebido material nuclear do regime de Kim Jong-il. Estas afirmações são contrariadas pelo *Washington Post* que alega que a Administração Bush induziu em erro a opinião internacional, como fizera antes ao afirmar a existência de Armas de Destruição em Massa no Iraque. Por conseguinte, Pyongyang cancela a quarta sessão do «Six-Party Talks» prevista para setembro de 2004, denunciando as intenções hostis por parte da linha-dura norte-americana. Em outubro de 2005, Bush assina o ato dos Direitos Humanos na Coreia do Norte, bloqueando as ajudas económicas que ficam pendentes do progresso em matéria de direitos humanos. Após a sua reeleição, em janeiro de 2005, Bush deixa claro que irá prosseguir com a atitude de confronto com a Coreia do Norte, adotada durante o seu primeiro mandato. Nesse sentido, o presidente norte-americano declara no seu discurso inaugural: «Assim, é política dos Estados Unidos procurar e apoiar o crescimento de movimentos e instituições democráticas em todas as nações e culturas, com o objetivo

¹⁹⁴ World.kbs.co.kr.(2019). *North Korea Inside*. [online] Available at: http://world.kbs.co.kr/special/northkorea/contents/archives/six-party/3rd_round.htm?lang=e.

¹⁹⁵ Matray, James I. "The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis." *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177. p.165

final de acabar com a tirania no nosso mundo»¹⁹⁶. Na sua audição como Secretária de Estado, Condoleezza Rice reitera as palavras de Bush, listando a Coreia do Norte como um dos seis «postos avançados da tirania»¹⁹⁷.

No entanto, devido à pressão exercida pela RPC e pela Coreia do Sul para a adoção de uma política mais compreensiva nas negociações com a Coreia do Norte, assiste-se a uma transição gradual da Administração Bush no sentido de uma atitude de conciliação ao invés de uma de confronto. Por um lado, os Estados Unidos concordam em retirar o seu pedido de CVID como condição prévia para negociar com o regime norte-coreano. Por outro, o novo negociador principal dos EUA, Christopher Hill, inicia conversações bilaterais com o seu homólogo norte-coreano, a partir de agosto de 2005. Por conseguinte, Pyongyang concorda em participar numa nova quarta sessão do diálogo a seis, sessão que terá lugar em duas fases, tendo a primeira ocorrido entre 26 de julho e 7 de agosto de 2005 e a segunda entre 13 e 19 de setembro de 2005¹⁹⁸.

Um clima de conflito entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte, marca esta primeira fase da quarta sessão do «Six-Party Talks», centrado na divergência quanto ao uso da tecnologia nuclear para fins pacíficos, nomeadamente o uso dos Reatores de Água Leve. Esta primeira fase é também marcada pelos esforços de mediação da Coreia do Sul e da China na resolução deste novo impasse. Assim, a Coreia do Sul propõe que a eletricidade seja enviada diretamente para a DPRK, satisfazendo desse modo tanto a insistência dos EUA quanto ao abandono do programa de energia nuclear (proveniente do Reator de Água Leve), como as necessidades de energia apresentadas pela Coreia do Norte. Fica assim claro o papel ativo da Coreia do Sul na mediação e na tentativa de resolução dos diferentes impasses entre Washington e Pyongyang que afetam a Península coreana.

A segunda fase da quarta sessão do «Six-Party Talks» destaca-se pela elaboração da primeira declaração conjunta entre as partes, explanada nos seis artigos seguintes:

¹⁹⁶ "President Sworn in to Second Term". *Georgewbush-Whitehouse.Archives.Gov*, 2019, <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2005/01/20050120-1.html>.

¹⁹⁷ Foreign.senate.gov. (2019). [online] Available at: <https://www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/RiceTestimony0501181.pdf> [Accessed 10 Jul. 2019].

¹⁹⁸ Matray, James I. "The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis." *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177. p.166

- 1) As partes reafirmam unanimemente que o objetivo das negociações a seis é a desnuclearização verificável da Península coreana, de forma pacífica. A Coreia do Norte (DPRK) compromete-se a abandonar todas as armas nucleares e programas nucleares existentes e a voltar rapidamente ao Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e às diretivas da AIEA (Agência Internacional da Energia Atômica). Os Estados Unidos afirmam, por sua vez, que não têm armas nucleares na Península coreana, nem têm a intenção de atacar ou de invadir a DPRK com armas nucleares ou convencionais. A Coreia do Sul (ROK) reafirma o seu compromisso de não receber ou instalar armas nucleares, de acordo com a declaração conjunta de 1992 para a desnuclearização da Península coreana, afirmando simultaneamente que não existem há data armas nucleares no seu território. A declaração conjunta de 1992 sobre a desnuclearização da Península coreana deve ser observada e implementada. Por outro lado, a DPRK declara que tem o direito ao uso pacífico da energia nuclear. As outras partes manifestam o seu respeito e concordam em discutir, em tempo oportuno, a questão do fornecimento de um Reator de Água Leve à DPRK.
- 2) As seis partes comprometem-se, nas suas relações, a respeitar os objetivos e os princípios da Carta das Nações Unidas e as normas reconhecidas das Relações Internacionais. A DPRK e os Estados Unidos comprometem-se a respeitar as respetivas soberanias, a coexistir pacificamente e a tomarem medidas para a normalização das suas relações, sob reserva das respetivas políticas bilaterais [...].
- 3) As seis partes comprometem-se em promover a cooperação económica nos domínios da energia, do comércio e do investimento, a nível bilateral e/ou multilateral. A República Popular da China (PRC), o Japão, a ROK, a Rússia e os EUA declaram a sua vontade em fornecer assistência energética à DPRK. A ROK reafirma a sua proposta de 12 de julho de 2005, relativa ao fornecimento de dois milhões de quilowatts de energia elétrica à DPRK.
- 4) Comprometidas com os esforços conjuntos para uma paz e estabilidade duradouras no nordeste da Ásia, as partes diretamente relacionadas negociarão um regime de paz permanente na Península da Coreia num fórum separado e

adequado. As seis partes concordam em explorar formas e meios para promover a cooperação em matéria de segurança no nordeste asiático.

- 5) As seis partes acordam em tomar medidas coordenadas para implementar o referido consenso de forma faseada, de acordo com o princípio do «compromisso por compromisso, da ação por ação».
- 6) As seis partes acordam em realizar a quinta ronda das conversações a seis em Pequim, no início de novembro de 2005, numa data a determinar através de consultas entre as partes¹⁹⁹.

Através desta declaração conjunta, os seis Estados membros do «Six-Party Talks» confirmam a vontade conjunta para a desnuclearização da Península coreana. A Coreia do Norte mostra-se disposta a abandonar o seu programa de armas nucleares, enquanto os outros Estados clarificam as suas posições em matéria de concessões e apoios, tal como a ajuda energética. Para além disso, os EUA manifestam vontade em normalizar as relações com a Coreia do Norte²⁰⁰. Segundo o autor Chung-in Moon, o acordo enfatizaria o triunfo da diplomacia inovadora, onde todos são vencedores: para a Coreia do Norte, segurança, bem como assistência económica e energética; para os Estados Unidos, abandono das armas nucleares e programas norte-coreanos; e para a China, sucesso diplomático. A Coreia do Sul foi talvez o maior beneficiário de todos, uma vez que a declaração conjunta abordou a maior parte das questões essenciais para o governo do presidente Roh Moo-hyun, ou seja, uma Coreia do Norte desnuclearizada, uma não-ação militar norte-americana e a reafirmação da declaração conjunta de 1992 (entre Seul e Pyongyang) sobre a desnuclearização e cooperação multilateral em matéria de segurança na região e na Península coreana²⁰¹.

Apesar deste desenvolvimento positivo nas negociações a seis, a Administração Bush cria um novo obstáculo, impondo sanções ao Banco Delta Asia em Macau, argumentando

¹⁹⁹ World.kbs.co.kr. (2019). *North Korea Inside*. [online] Available at: http://world.kbs.co.kr/special/northkorea/contents/archives/six-party/4th_round_2.htm?lang=e

²⁰⁰ World.kbs.co.kr. (2019). *North Korea Inside*. [online] Available at: http://world.kbs.co.kr/special/northkorea/contents/archives/six-party/4th_round_1.htm?lang=e

²⁰¹ Moon, Chung-in. "Diplomacy of defiance and facilitation: the six party talks and the Roh Moo Hyun government." *Asian Perspective* (2008):71-105. p.72

que este possuía uma conta norte-coreana de 24 milhões de dólares obtidos, segundo Washington, através do branqueamento de capitais ilegais. Mais tarde, a quinta sessão dos «Six-Party Talks», realizada no início de novembro de 2005, terminaria abruptamente depois da delegação norte-americana ter reiterado, mais uma vez, a necessidade do desmantelamento completo, verificável e irreversível (CVID) do programa nuclear da Coreia do Norte. Nesse mesmo mês, a Administração Bush anuncia a dissolução da Korean Peninsula Energy Development Organization (KEDO), inviabilizando definitivamente o Agreed Framework de 1994. Como consequência desta posição norte-americana, a Coreia do Norte adota uma atitude provocadora, encenando um teste de mísseis de curto alcance em março e de longo alcance em julho de 2005. Em setembro, Pyongyang adverte os Estados Unidos que se prepara para testar uma arma nuclear, exigindo que Washington levante as sanções económicas e concorde em retomar as negociações segundo o princípio da «ação por ação», exposto na declaração conjunta da segunda fase da quarta sessão do «Six-Party Talks», de setembro de 2005 ²⁰².

Devido à ausência de respostas por parte da Administração Bush, a DPRK detona a 9 de outubro um dispositivo nuclear, com resultados infrutíferos. Em resposta, os Estados Unidos pressionam as Nações Unidas a impor sanções severas contra a Coreia do Norte, embora a Coreia do Sul, a Rússia e a China se tenham oposto a tais medidas. Porém, o agravamento da crise parece ter persuadido a Administração Bush a optar pela conciliação: diplomatas norte americanos discutem a retomada do diálogo a seis com os outros parceiros, concordando em abordar a questão do Banco Delta Asia e apresentar novos incentivos a Pyongyang.

No início de 2007, todas as partes reúnem-se para dar seguimento ao diálogo a seis, isto é, a realização da última fase da quinta sessão e a primeira fase da sexta sessão de onde resulta a elaboração de um acordo provisório, a 13 de fevereiro, sobre um conjunto de medidas que levaria a um acordo final. Conforme este acordo provisório, a Coreia do Norte terá de declarar imediatamente todas as instalações nucleares e desmantelá-las em sessenta dias. Em contrapartida, Pyongyang receberia cinquenta mil toneladas de óleo combustível e, após a conclusão do desmantelamento, mais novecentas e cinquenta mil toneladas. Do seu lado, os Estados Unidos concordam em libertar os

²⁰² Matray, J. (2019). The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis. *International Journal of Korean Studies* 17.1, (17.1), pp.140-177. p.166

fundos do Banco Delta Asia, iniciar conversações bilaterais com vista à normalização das relações entre Pyongyang e Washington e remover a DPRK da sua lista oficial de Estados terroristas²⁰³.

No seguimento do acordo provisório de 13 de fevereiro de 2007, a Coreia do Norte submete aos parceiros a informação relativa aos seus programas nucleares e autoriza o desmantelamento das suas instalações nucleares até ao final do ano caso os Estados Unidos ponham fim a todas as sanções económicas e removam a DPRK da lista dos Estados terroristas. Após a sessão de setembro de 2007, Pyongyang concorda em fornecer um calendário detalhado do desmantelamento de todas as suas instalações de armas nucleares. Porém, e apesar das concessões norte-coreanas, George W. Bush recua devido ao aumento das críticas internas no seio da Administração Bush que veem nas últimas negociações com a Coreia do Norte uma forma de apaziguamento. O presidente norte-americano envia, em dezembro de 2007, uma carta a Kim Jong-il expressando insatisfação com a informação disponibilizada pela DPRK, relativamente ao programa nuclear. Na carta, George W. Bush insiste que a Coreia do Norte forneça informações completas e precisas, nomeadamente os detalhes sobre a quantidade de ogivas e combustível nuclear, sobre o programa HEU e sobre o envolvimento norte-coreano na promoção da proliferação nuclear²⁰⁴.

Segundo James I. Matray, a eleição do novo presidente sul-coreano Lee Myung-bak, membro do partido conservador, então intitulado Grande Partido Nacional, e defensor da abordagem norte-americana nas relações com a DPRK, é um fator decisivo na retoma do “compromisso bélico” da Administração Bush para Pyongyang. Lee deixa claro na sua campanha eleitoral que não apoia a «Sunshine Policy» de Kim Dae-jung e de Roh Moo-hyun (ambos membros do então intitulado Partido Democrático), defendendo uma abordagem mais dura para com a Coreia do Norte. Ao assumir o cargo, Lee exige, tal como os Estados Unidos, que a DPRK tome medidas efetivas para o desarmamento nuclear, como condição prévia ao fornecimento de ajuda económica. Lee

²⁰³ *Idem* p.166;

World.kbs.co.kr. (2019). *North Korea Inside*. [online] Available at: http://world.kbs.co.kr/special/northkorea/contents/archives/six-party/5th_round_3.htm?lang=e.

²⁰⁴ Matray, James I. "The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis." *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177. p.166

Myung-bak alinha, desse modo, a política externa sul-coreana com a norte-americana para as questões norte-coreanas.

As relações entre as duas Coreias sofrem uma rápida deterioração e Pyongyang exige que as empresas sul-coreanas evacuem a região industrial de Kaesong. No entanto, em maio de 2008, Pyongyang tenta satisfazer as exigências de Washington, fornecendo informações detalhadas das três tentativas — em 1990, 2003 e 2005 — de desenvolvimento de uma arma nuclear que, no entanto, não confirmam para a Administração Bush a verdadeira extensão das atividades nucleares da Coreia do Norte. Apesar da destruição, em junho de 2007, da torre de arrefecimento em Yongbyon, os Estados Unidos exigem que a Coreia do Norte forneça documentos que confirmem o seu programa HEU e a exportação de tecnologia nuclear. Em troca das informações completas sobre seus programas nucleares, Pyongyang insiste na entrega acordada do óleo combustível, retorquindo que não pode produzir o que não existe. O regime norte-coreano anuncia, igualmente, que suspende o desmantelamento das instalações nucleares até que os Estados Unidos cumpram os seus compromissos²⁰⁵.

Em julho de 2008, é convocada mais uma sessão do diálogo a seis, no âmbito do qual as partes concordam desmantelar instalações nucleares norte-coreanas, no estabelecimento de um mecanismo de verificação das declarações do regime norte-coreano e na conclusão do fornecimento de assistência energética à DPRK até o fim de outubro. Além disso, as partes concordam em realizar uma reunião ministerial e um fórum multilateral a seis para discutir a segurança na região da Ásia Oriental²⁰⁶.

Durante esta sessão dos «Six-Party Talks», a delegação norte-americana contesta o "relato parcial" norte-coreano acerca dos seus programas nucleares, mas informa que os Estados Unidos diminuíram as sanções económicas e iniciaram medidas para remover a DPRK da lista dos Estados terroristas. Em resposta, a delegação da Coreia do Norte concorda em iniciar negociações acerca do calendário para o desmantelamento nuclear total, previsto até finais de outubro, e fornecer pormenores para um sistema rigoroso de inspeções. No início de setembro, estavam previstos acordos para que os inspetores da

²⁰⁵ *idem* p.166

²⁰⁶ World.kbs.co.kr. (2019). *North Korea Inside*. [online] Available at: http://world.kbs.co.kr/special/northkorea/contents/archives/sixparty/6th_round_chief_2.htm?lang=e.

AIEA visitassem locais, revissem documentos e realizassem entrevistas, mas as conversações bilaterais subsequentes fracassam, uma vez que os Estados Unidos exigem direitos de inspeção sem restrições em toda a Coreia do Norte. Permanece em cima da mesa o retirar da Coreia do Norte da lista de Estados terroristas que, para Pyongyang, terá que preceder a elaboração de um calendário para o desmantelamento das suas instalações nucleares remanescentes. Washington cumpre esta condição em outubro, mas a esperança de um acordo desvanece quando retoma a sua posição mais extremada no tocante às inspeções. James Matray afirma que a Coreia do Norte tinha agora a certeza de que, mesmo que fechasse o seu programa de armas nucleares, a Administração Bush continuaria a trabalhar para derrubar o seu regime comunista, tal como sucedeu com a invasão do Iraque, independentemente da existência, ou não, de ADM²⁰⁷.

Apesar dos numerosos esforços diplomáticos na construção e manutenção do «Six-Party Talks» para a resolução do impasse nuclear e para a pacificação da Península coreana, os muitos obstáculos inerentes às políticas internas, aos interesses nacionais e às prioridades de cada um dos países intervenientes, sobretudo norte-americanos e norte-coreanos, dificultam a viabilidade desta solução multilateral. A perceção divergente de cada membro quanto aos procedimentos dos «Six-Party Talks» dificulta a resolução pacífica do impasse nuclear. Enquanto os Estados Unidos e o Japão defendem a aplicação do “caso líbio”²⁰⁸ como modelo para uma solução potencial da crise, a Coreia do Sul, a Coreia do Norte, a RPC e a Rússia olham para o “caso ucraniano” como modelo para ultrapassar o impasse nuclear. Durante as várias sessões do diálogo a seis, Washington insiste na adoção multilateral do modelo líbio, procurando através da contenção e da pressão económica e política o desarmamento nuclear voluntário da Coreia do Norte, em troca da sua integração no sistema internacional.

A abordagem adotada pela delegação norte-americana, focada predominantemente no “combate contra o terrorismo”, dificulta a posição da Coreia do Sul nos «Six-Party Talks»: «A principal preocupação do Presidente sul-coreano Roh Moo-hyun foi a manutenção de um clima de segurança estável, necessário para promover

²⁰⁷ Matray, James I. "The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis." *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177. p.169

²⁰⁸ Park, John S. "Inside multilateralism: The six-party talks." *Washington Quarterly* 28.4 (2005): 73-91. p. 84

a « política de Paz e Prosperidade» do seu governo, na continuação da “ política do Sol” de Kim Dae-jung»²⁰⁹. Para um maior desenvolvimento das relações inter-coreanas e para evitar os enormes custos de uma reunificação “prematura”, Roh Moo-hyun defende a expansão das trocas económicas e uma integração gradual das duas Coreias através do investimento direto e do comércio inter-coreano.

A adoção de duras sanções contra a Coreia do Norte pela Administração Bush, após o suposto reconhecimento da existência do programa HEU, altera a perceção sul-coreana sobre as tensões entre Washington e Pyongyang: Seul prioriza o compromisso ao confronto na resolução do impasse nuclear. A política de contenção norte-americana para a Coreia do Norte desafia, por um lado, a «Sunshine Policy» de Kim Dae-jung, mas facilita, por outro, a eleição presidencial de Roh Moo-hyun, ao reforçar o sentimento antiamericano na Coreia do Sul, aumentando o apoio público sul-coreano à política de compromisso de Roh. Logo após a sua eleição em fevereiro de 2003, Roh Moo-hyun inicia uma política mais pró-ativo nas relações inter-coreanas. Em contraste com a política de Washington, na sua recusa em negociar com Pyongyang, Roh envia altos funcionários do governo sul-coreano para se reunirem com a liderança norte-coreana. Os enviados de Roh transmitem planos específicos para as relações económicas inter-coreanas sem precedentes²¹⁰.

Um outro obstáculo às negociações do «Six-Party Talks» é, segundo o autor John S. Park, a exploração das divergências entre os vários participantes, nomeadamente entre Washington e Seul, por parte da Coreia do Norte, para conseguir ganhos e tempo. A título de exemplo, Pyongyang suspende as conversações inter-coreanas até junho de 2005, citando a política hostil dos EUA. Contudo, o mesmo autor afirma que «ironicamente [...], o principal obstáculo para implementar o plano corajoso de Seul, de integrar a Coreia do Norte no sistema económico regional, continua a ser a adesão de Washington à contenção [da Coreia do Norte]»²¹².

²⁰⁹ Park, John S. "Inside multilateralism: The six-party talks." *Washington Quarterly* 28.4 (2005): 73-91. p. 80

²¹⁰ Moon, Chung-in. "Diplomacy of defiance and facilitation: the six party talks and the Roh Moo Hyun government." *Asian Perspective* (2008):71-105. p.72

²¹² Park, John S. "Inside multilateralism: The six-party talks." *Washington Quarterly* 28.4 (2005): 73-91. p.81

Para além das divergências entre as prioridades de Washington, de Seul e Pyongyang no âmbito dos «Six-Party Talks», contribuem para a complexificação das negociações a geopolítica da região, as tensões bilaterais e os problemas internos de cada Estado-Membro. Como observado previamente, a geopolítica da região da Ásia Oriental destaca-se pela sua instabilidade²¹³. A região assistiu a numerosos conflitos ao longo de mais de cem anos: «o nordeste asiático tem sido, vezes sem conta, o cockpit de batalhas entre as potências [regionais] e as duas Coreias. A Guerra Fria, em particular, dividiu a região em dois campos concorrentes. Além disso, há uma longa lista de conflitos anteriores, começando com a Guerra sino-japonesa [...], a Guerra da Coreia [...], e a Guerra Fria (1950-89)»²¹⁴. Aliás, a Península coreana manter-se-á dividida em dois Estados que se confrontam na zona desmilitarizada, não tendo sido concluído à data de hoje nenhum acordo de paz.

O investigador Peter Van Ness defende que os membros do «Six-Party Talks» devem elaborar, através do diálogo a seis, «acordos mutuamente benéficos, com ou entre potenciais adversários, em vez de construir alianças contra eles»²¹⁵. Os problemas domésticos de cada Estado-Membro constituem outro dos obstáculos às negociações multilaterais. Um desses problemas é o caso que envolve o pedido de suspensão de Roh Moo-hyun do cargo presidencial sul-coreano, após uma moção de “impeachment” aprovada pela Assembleia Nacional, em março de 2004, controlada pela oposição e baseada em alegações de violações da lei eleitoral, corrupção e incompetência. Em maio do mesmo ano, o Tribunal Constitucional sul-coreano não endossa o “impeachment”, mas o governo de Roh Moo-Hyun encontra críticas internas crescentes. As forças conservadoras sul-coreanas atribuem o lançamento do teste de mísseis e testes nucleares norte-coreanos à política fracassada de apaziguamento do governo Roh em Pyongyang²¹⁶. O tumulto em torno de um eventual “impeachment” e o aumento das críticas internas tiveram um impacto profundo no papel da delegação sul-coreana nas negociações a seis.

Segundo Peter Van Ness, as disputas bilaterais, as tensões históricas, bem como os problemas domésticos deveriam ser postos de lado aquando da cimeira dos seis, a fim

²¹³ Fukuyama, Francis. "Re-Envisioning Asia." *Foreign Aff.* 84 (2005): 75-87. p.76

²¹⁴ Van Ness, Peter. "The North Korean nuclear crisis: Four-plus-two—an idea whose time has come." *Asian Perspective* (2003): 242-269. P.248

²¹⁵ *idem* p.242

²¹⁶ Moon, Chung-in. "Diplomacy of defiance and facilitation: the six party talks and the Roh Moo Hyun government." *Asian Perspective* (2008):71-105. p.95-96

de se chegar a um consenso na resolução da crise nuclear: «os participantes têm uma oportunidade de aproveitar a crise imediata para criar novas instituições securitárias capazes de fornecer segurança a longo prazo numa região historicamente volátil»²¹⁷. Um outro autor, Chung-in Moon afirma que a resolução pacífica da questão nuclear acabará por criar confiança entre as partes interessadas, esta confiança poderá, por sua vez, facilitar a resolução de outras questões de segurança pendentes, nomeadamente a pacificação da Península da Coreia. Os progressos nas negociações a seis sobre o nuclear podem produzir efeitos positivos nas negociações sobre a transformação do Acordo de Armistício num novo acordo de paz na Península coreana. Porém, este não poderá ser alcançado de forma efetiva sem que primeiro se gere um ambiente regional favorável. Assim sendo, o governo da Roh Moo-hyun fez da sua prioridade diplomática a formação de uma cooperação multilateral em matéria de segurança.

No decurso do encontro entre Roh Moo-hyun e George W. Bush em Hanói, durante a cimeira da APEC, a 15 de novembro de 2006, o Presidente americano sugere, de forma inesperada, a possibilidade de transformar o Acordo de Armistício num tratado de paz, terminando formalmente a Guerra da Coreia. A sugestão de Bush é muito importante para Roh porque dá a entender que o Presidente norte-americano iniciou um novo entendimento do dilema norte-coreano no contexto do conflito coreano. O presidente Roh aproveita a sugestão de Bush e invoca a proposta norte-americana na Cimeira norte-sul-coreana, realizada em Pyongyang, de 2 a 4 de outubro de 2007²¹⁸. No quarto artigo da declaração conjunta entre as duas Coreias, fica estabelecido:

«O Sul e o Norte reconhecem a necessidade de acabar com o atual regime de Armistício e de construir um regime de paz permanente. O Sul e o Norte também concordam em trabalhar juntos para [...] declarar o fim da guerra [da Coreia]. No que se refere à questão nuclear na Península da coreia, o Sul e o Norte concordam em trabalhar em conjunto para implementar, sem dilemas, a Declaração Conjunta de 19 de setembro de 2005 e o acordo alcançado em 13 de fevereiro de 2007 nas negociações a seis»²¹⁹.

²¹⁷ Van Ness, Peter. "The North Korean nuclear crisis: Four-plus-two—an idea whose time has come." *Asian Perspective* (2003): 249-275 p.245

²¹⁸ Moon, Chung-in. "Diplomacy of defiance and facilitation: the six party talks and the Roh Moo Hyun government." *Asian Perspective* (2008):71-105. p.101

²¹⁹ The National Committee on North Korea. "Declaration on The Advancement Of South-North Korean Relations, Peace And Prosperity". 2004, https://www.ncnk.org/sites/default/files/2007_North-South_%20Declaration.pdf. Accessed 6 Aug 2019.

Finalmente, os autores Van Ness e John S. Park afirmam que as negociações multilaterais realizadas a seis são fundamentais para ultrapassar as desconfianças mútuas e as atitudes conflituosas adotadas por George W. Bush e Kim Jong-il, consideradas, por muitos académicos, como o maior impedimento à realização dos objetivos comuns no seio do diálogo a seis²²⁰. Sem uma pressão externa por parte dos outros participantes, nomeadamente da Coreia do Sul e da China, não é possível uma resolução pacífica do impasse nuclear. Van Ness alega que, por um lado, a China e a Rússia, na qualidade de “aliados” mais próximos da Coreia do Norte, deverão mostrar que estão preparados, em conjunto com as outras partes, a fornecer ao regime norte-coreano uma garantia securitária, bem como ajudas económicas para a modernização do país, em troca do desmantelamento dos seus programas nucleares²²¹. Por outro lado, a Coreia do Sul e o Japão, como aliados mais próximos dos Estados Unidos na região, terão de persuadir a Administração Bush a abdicar da sua vontade de transformar o regime norte-coreano. Para chegar à resolução pacífica do impasse nuclear, os Estados Unidos não podem pretender simultaneamente «a mudança do regime [norte-coreano] e uma Coreia do Norte não nuclear»²²².

Nas palavras de John S. Park «é aqui que a diplomacia multilateral se torna essencial. Para alcançar um resultado pacífico, tanto os Estados Unidos como a DPRK têm de ser afastados [pelas outras partes] das suas posições extremas»²²³. Enquanto a Coreia do Norte percecionar os Estados Unidos como a sua maior ameaça (entendida aqui como uma ameaça à própria existência do regime), os seus líderes continuarão a ver o programa nuclear como o melhor instrumento dissuasivo da sua política externa. Da mesma forma, enquanto a linha-dura norte-americana percecionar a confrontação com a Coreia do Norte como uma luta entre o “Bem” e o “Mal” (conservando uma retórica de

²²⁰ Park, John S. "Inside multilateralism: The six - party talks." *Washington Quarterly* 28.4 (2005): 73-91. p.75

²²¹ Van Ness, Peter. "The North Korean nuclear crisis: Four-plus-two—an idea whose time has come." *Asian Perspective* (2003): 249-275 p.243

²²² . *idem* p.244

²²³ Van Ness, Peter. "The North Korean nuclear crisis: Four-plus-two—an idea whose time has come." *Asian Perspective* (2003): 249-275 p.244

confronto para Kim Jong-il ²²⁴), torna-se difícil chegar a uma solução pacífica para a crise nuclear ou alcançar os outros objetivos definidos no diálogo a seis:

«Devido à profunda desconfiança de ambas as partes, será muito difícil concluir um acordo bilateral entre os Estado Unidos e a DPRK para resolver a atual crise. Mas mesmo se tal acordo fosse concluído, é improvável que este fosse mantido devido à contínua desconfiança mútua. Um acordo bilateral desse tipo seria provavelmente mais uma vez nulificado, como com o acordo de 1994 [Agreed Framework]²²⁵».

No contexto do «Six-Party Talks», a mediação dos outros Estados-membros, especialmente da Coreia do Sul e da RPC, é muito importante no âmbito do conceito de cooperação securitária. O «Six-Party Talks» foi prioritariamente um espaço de negociação entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte, muito devido à intervenção da RPC. A participação efetiva da delegação sul-coreana encontrou-se, dessa forma, limitada. Contudo, o governo de Roh Moo-hyun teve um papel significativo na elaboração de soluções e propostas inovadoras e pela sua posição de resistência frente à retórica bélica norte-americana, sempre com o intuito de resolver a crise e facilitar todo o processo de negociações de modo pró-ativo²²⁶.

O investigador em ciências políticas Francis Fukuyama afirma que a região da Ásia Oriental carece de instituições multilaterais políticas e, consequentemente, o diálogo a seis representa uma oportunidade de inovação institucional capaz de reduzir as tensões e os riscos ligados à falta de comunicação entre as grandes potências da região. Num cenário pós-resolução da crise nuclear, uma nova organização permanente de cinco potências da região — incluindo a China, o Japão, a Coreia do Sul, a Rússia e os Estados Unidos — poderia ser usado como um canal direto de comunicação: «O novo grupo não seria uma aliança militar como a OTAN, mas assemelhar-se-ia à OSCE, a maior organização regional do mundo com cinquenta e cinco Estados-Membros, e lidaria com

²²⁴ Essa retórica é utilizada, por exemplo, por John Bolton no seu discurso relativo à Coreia do Norte, realizado em Seul, a 29 de agosto de 2002: "John Bolton Speech On North Korea, Seoul, August 29". *The Acronym Institute.*, 2002, <http://www.acronym.org.uk/old/archive/docs/0208/doc04.htm>. Accessed 6 Aug 2019.

²²⁵ Van Ness, Peter. "The North Korean nuclear crisis: Four-plus-two—an idea whose time has come." *Asian Perspective* (2003): 249-275 p.245

²²⁶ Moon, Chung-in. "Diplomacy of defiance and facilitation: the six party talks and the Roh Moo Hyun government." *Asian Perspective* (2008) : 71-105. p.101

questões de segurança de segunda ordem²²⁷». Fukuyama acrescenta que Washington serviria melhor os seus interesses apoiando e moldando a evolução desta instituição, em vez de desempenhar o papel de obstrucionista. Os Estados Unidos poderiam simultaneamente manter a rede de alianças bilaterais (*ad hoc*) na região e trabalhar na direção de uma nova organização multilateral de segurança:

«Ser a única superpotência confere certa responsabilidade pelo bem público global. Isso significa [...] moldar o ambiente internacional em antecipação de novas exigências políticas. Os Estados Unidos intensificaram esse desafio depois de 1945, deveriam fazê-lo novamente no mundo pós 11 de setembro²²⁸».

²²⁷ Fukuyama, Francis. "Re-Envisioning Asia." *Foreign Aff.* 84 (2005): 75-87. p.83

²²⁸ *Idem.* p.87

Conclusão

A presente investigação teve como ponto de partida um conjunto de interrogações centradas na relação entre a revisão da política externa norte-americana e as relações inter-coreanas, durante as duas presidências de George W. Bush, entre 2001 e 2009. Nesse sentido, foi analisada a atitude adotada pela Administração Bush na sua relação com a República Popular Democrática da Coreia (DPRK), na tentativa de resolução da segunda crise nuclear, questionando o seu impacto securitário na Península coreana e na região da Ásia Oriental. Neste âmbito, a investigação examina o acordo bilateral Agreed Framework entre os Estados Unidos e a DPRK (1994-2005) e as negociações multilaterais «Six-Party Talks» (2003-2009), a partir das posições norte-americana, norte-coreana e sul-coreana, bem como de outras potências da região.

Para responder às problemáticas expostas, o trabalho começa por analisar o sistema unipolar, e em particular a “unipolaridade americana”, abordados através do estudo de diferentes correntes internacionalistas. Segundo a corrente realista, o sistema unipolar reforçaria não só o poder, mas também os receios do “unipólo” americano. Os novos pilares da Doutrina Bush — a claridade moral, o unilateralismo e o realismo ofensivo — são avivados pela nova Balança de Poder do Pós-Guerra Fria. Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, George W. Bush declara “Guerra contra o terrorismo” e prioriza a missão de difusão dos valores norte-americanos no mundo. De acordo com o presidente norte-americano, a pacificação mundial só será alcançada com o fim do terrorismo e com a mudança de regime dos “Estados Párias”, através da sua democratização. Para tal, a Administração Bush legitima o uso da “ação preventiva” e reforça a Defesa nuclear norte-americana (defesa antimíssil). Consequentemente, os Estados Unidos tornam-se numa potência hegemónica revisionista que, através das suas atitudes neoconservadoras, questiona *o status quo* internacional mantido desde o fim da Guerra Fria. Essa atitude encoraja alguns dos Estados “alvos” da Administração Bush a adquirir programas nucleares, entendidos como o único instrumento dissuasivo para a salvaguarda dos regimes destes “Estados Párias”.

Assim, a revisão da política externa norte-americana terá contribuído ou mesmo coagido a Coreia do Norte a desenvolver o seu programa nuclear como ato de autodefesa. O programa nuclear da DPRK representaria para o regime norte-coreano os seus «Golden Eggs»²²⁹, ou seja, a única forma de negociar ou mesmo de dissuadir a linha-dura da Administração Bush, constituída pelos chamados

²²⁹ Oh, Kongdan, and Ralph C. Hassig. "Golden Eggs". *The World Today*, 2019, pp. 4-5, Accessed 9 Aug 2019.

«Hawks» norte-americanos. Desse modo, torna-se difícil conceber uma desnuclearização por parte de Pyongyang sem uma prévia garantia securitária dos Estados Unidos. Caso Washington não modere a sua posição intransigente acerca do «dismantle first, dialogue later», no quadro do desmantelamento completo, verificável e irreversível (CVID) do programa nuclear e não recue na sua vontade de transformar o regime norte-coreano (o colapso do regime), torna-se improvável uma resolução do impasse nuclear e a pacificação da Península coreana.

As desconfianças profundas entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte criam entraves às negociações e destabilizam qualquer acordo, como observado no caso do Agreed Framework, acordado em 1994. Vários autores e investigadores questionam a atitude da Administração Bush relativamente à forma como pensa e percebe a Coreia do Norte e, destacam a necessidade de encontrar novas maneiras de abordar o dilema securitário da Península coreana, para que a desnuclearização da Coreia do Norte seja uma real possibilidade.

Por outro lado, a política militante e de confronto dos «Hawks» da Administração Bush, o também chamado «compromisso bélico»²³⁰, e a adoção norte-americana do sistema de alianças *ad hoc* prejudicam as relações com a Coreia do Sul e criam dificuldades à prossecução da sua política de aproximação com a Coreia do Norte. Observa-se, então, não só um aumento do sentimento antiamericano na Coreia do Sul (o chamado “banmi”), como também um aumento das divergências entre a Administração Bush e a Administração Roh Moo-hyun nas negociações com a Coreia do Norte. Embora os Estados Unidos permaneçam focados na “Guerra contra o terrorismo” e no fim da «tirania no mundo»²³¹, a Coreia do Sul, sob as presidências de Kim Dae-jung e Roh Moo-hyun, elege como principal objetivo a manutenção de um ambiente de segurança estável e duradouro, necessário para promover a cooperação entre as duas Coreias, mas também para a construção de uma solução de paz na Península coreana.

A adoção pela Administração Bush do “absolutismo moral” (condução da política externa norte-americana pelo prisma ideológico binário do Bem e do Mal) na sua abordagem à questão norte-coreana, aumenta os receios mútuos entre estes dois países, criando obstáculos nos diálogos bilaterais e multilaterais. Dick Cheney afirma «não negociamos com o mal, derrotamo-lo»²³². Este enquadramento ideológico da Administração Bush *vis -à-vis* da Coreia do Norte, que é vista como

²³⁰ Do inglês «Hawk Engagement».

²³¹ BUUUUUUUSH SPEECH

²³² Kristof, Nicholas. D. "Talking To Evil". *The New York Times*, 2006, <https://www.nytimes.com/2006/08/13/opinion/talking-to-evil.html>. Accessed 9 Mar 2019.

fazendo parte do “Eixo do Mal”, impossibilita a chegada a um consenso e à elaboração de acordos entre Washington, Pyongyang e Seoul. Por consequência, muitos académicos afirmam que é necessária uma pressão externa de outras potências da região, através de diálogos e negociações multilaterais, como o «Six-Party Talks», para diminuir as tensões entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte, mas também para possibilitar acordos e garantir que estes sejam respeitados.

Finalmente o sistema de segurança do nordeste asiático, implementado a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, o chamado «hub-and-spoke», explica o impacto da Doutrina Bush nas dinâmicas securitárias da região da Ásia Oriental, nomeadamente na Península coreana. Por outras palavras, as características geopolíticas da região, as divergências profundas entre os países e a predominância das relações bilaterais com os Estados Unidos, explicam a ausência de estruturas multilaterais permanentes na região. Paradoxalmente, sai igualmente reforçada a importância determinante da presença e da manutenção norte-americana em negociações multilaterais na região, como o «Six-Party Talks» que reúne os Estados Unidos, a Coreia do Norte, a Coreia do Sul, a República Popular da China, o Japão e a Rússia. Este poderá abrir caminho à criação de uma organização multilateral regional na Ásia Oriental, inexistente até a data, mas essencial para a resolução de vários dilemas securitários e políticos entre as potências da região.

A resolução do impasse nuclear, no contexto da segunda crise nuclear, requiere desse modo a participação dos Estados Unidos nas negociações a seis, mas igualmente uma mudança da linha-dura norte-americana nas relações com Pyongyang: uma atitude de compromisso, e não de confronto, deverá ser afirmada e prosseguida para superar o dilema securitário na região. O diálogo a seis representa um elemento importante na chegada a um acordo entre as potências do nordeste asiático, tanto na resolução da questão nuclear, como na Pacificação das Coreias: este diálogo poderá, a longo termo, servir de base à construção de uma cooperação em matéria política e económica para a Ásia Oriental. Se as seis partes ultrapassarem os impasses referidos, alinharem as suas políticas externas para a região, combaterem as táticas de negociação norte-coreanas (chantagem/vantagem) e desenvolverem uma estratégia de negociação multilateral, o diálogo a seis possibilitaria não só uma garantia securitária na região da Ásia Oriental, como a desnuclearização da Península coreana.²³⁴ Finalmente, poderia ainda constituir-se como uma oportunidade de inovação institucional multilateral na região através da criação de um organismo permanente e estável na Ásia Oriental.

²³⁴ Park, John S. "Inside multilateralism: The six-party talks." *Washington Quarterly* 28.4 (2005): 73-91. p.87

No termo do período em análise nesta investigação, já em abril de 2009, a Coreia do Norte sai do «Six-Party Talks» em reação a novas sanções impostas nesse mesmo ano pelos Estados Unidos e pela Organização das Nações Unidas. Esta situação será seguida de várias tentativas, infrutuosas, de retomada das negociações do «Six-Party Talks», da iniciativa da República Popular da China, da Coreia do Sul (a partir da presidência de Moon Jae-in, desde 2017) e da Rússia²³⁵. Mais recentemente, em março de 2018, durante negociações bilaterais entre a Coreia do Norte e a República Popular da China em Pequim, Kim Jong-eun, o atual presidente norte-coreano (filho de Kim Jong-il e seu sucessor deste 2011), terá declarado ao presidente chinês Xi Jinping que estaria disposto a retomar as negociações a seis.²³⁶

²³⁵ “Kim Jong-Un in Russia for Vladimir Putin Summit.” *BBC NEWS*, 24 Apr. 2019, <https://www.bbc.com/news/world-asia-48032592>.

²³⁶ Krasnyak., Olga. “North Korea: Time to Resume the Six-Party Talks.” *Asia Dialogue*, 16 Jan. 2018, <https://theasiadialogue.com/2018/01/16/north-korea-time-to-resume-the-six-party-talks/>.
“Kim Told Xi He Was Ready to Resume Six-Party Talks: Report.” *The Straits Times*, 6 Apr. 2018, <https://www.straitstimes.com/asia/se-asia/kim-told-xi-he-was-ready-to-resume-six-party-talks-report>.
“North Korea: Beyond the Six Party.” *International Crisis Group*, 16 June 2015, <https://www.crisisgroup.org/asia/north-east-asia/korean-peninsula/north-korea-beyond-six-party-talks>.

BIBLIOGRAFIA

Acharya, Amitav. "The Bush Doctrine and Asian regional order: The perils and pitfalls of preemption." *Confronting the Bush Doctrine*. RoutledgeCurzon, 2004. 203-226.

AP Television, 18 Oct. 2006, <http://www.aparchive.com/metadata/youtube/3c1426f7868817e1a976ef69cbc52afc>.

Bae, Jong-Yun. "South Korean Strategic Thinking Toward North Korea: the evolution of the engagement policy and its impact upon US-ROK relations." *Asian Survey* 50.2 (2010): 335-355.

Bleiker, Roland. "A rogue is a rogue is a rogue: US foreign policy and the Korean nuclear crisis." *International Affairs* 79.4 (2003): 719-737.

Bolton, John R. (2002). Beyond the Axis of Evil: Additional Threats from Weapons of Mass Destruction. *The Heritage Foundation*. [online] Available at: <https://www.heritage.org/defense/report/beyond-the-axis-evil-additional-threats-weapons-mass-destruction-0> [Accessed 5 May 2019].

Bush, George W. "Address to a Joint Session of Congress and the American People." National Archives and Records Administration, National Archives and Records Administration, 20 Sept. 2001, georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html.

Bush, George W. georgewbush-whitehouse.archives.gov. (2001). *President Declares "Freedom at War with Fear"*. [online] Available at: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html>.

Bush, George W. "President Bush Delivers Graduation Speech at West Point." *National Archives and Records Administration*, National Archives and Records Administration, 1 June 2002, georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/06/20020601-3.html.

Bush, George W. "President Sworn in to Second Term". *Georgewbush-Whitehouse.Archives. Gov*, 2001, <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2005/01/20050120-1.html>.

Bush, George W. "The President's State of the Union Address." *National Archives and Records Administration*, National Archives and Records Administration, 29 Jan. 2002, georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html.

Carter, Ashton B. "Alternatives to Letting North Korea Go Nuclear." Testimony Before the Committee on Foreign Relations, United States Senate (2003), <https://www.belfercenter.org/sites/default/files/legacy/files/030603senateforeignrelationscommitteetestimony.pdf>

Center for Strategic and International Studies (2007). *Congressional Attitudes on the Future of the U.S.–South Korea Relationship*. A Report of the International Security Program Center for Strategic and International Studies. [Online] CSIS, p.15. Available at: https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/media/csis/pubs/070504_congressionalattitudes_final.pdf [Accessed 3 Jun. 2019].

Cha, Victor D. "Hawk engagement and preventive defense on the Korean peninsula." *International Security* 27.1 (2002): 40-78.

Cha, Victor D. "North Korea's weapons of mass destruction: badges, shields, or swords?" *Political Science Quarterly* 117.2 (2002): 209-231.

Cha, Victor D., and David C. Kang. "The Debate over North Korea." *Political Science Quarterly* 119.2 (2004): 229-254.

Cha, Victor D., and David C. Kang. "Nuclear North Korea: A debate on engagement strategies". Columbia University Press, 2018.

- CNN. "CNN Late Edition with Wolf Blitzer", <http://edition.cnn.com/TRANSCRIPTS/0303/09/le.00.html>. Accessed 9 June 2019.
- Colin L. Powell, confirmation hearing before the Senate Foreign Relations Committee, 107th Congress, 1st sess., January 17, 2001, <http://www.state.gov/secretary/rm/2001/index.cfm?docid=443>
- Daalder, Ivo H., and. Lindsay, James M. "The Bush Revolution: The Remaking of America's Foreign Policy." *The George W. Bush Presidency: An Early Assessment* (2003): 155-165.
- Daalder, Ivo H., and James M. Lindsay. *America unbound: The Bush revolution in foreign policy*. Brookings Institution
- "DCI Worldwide Threat Briefing 2002: Converging Dangers in A Post 9/11 World — Central Intelligence Agency". *Cia.Gov*, 2002, https://www.cia.gov/news-information/speeches-testimony/2002/dci_speech_02062002.html.
- Department of Defense. *Quadrennial Defense Review Report*. United States Of America, 2001.[online] Available at: <https://archive.defense.gov/pubs/qdr2001.pdf>
- Did Harrison, Selig S. "Did North Korea Cheat?" *The Asia-Pacific-Journal*, 2005, pp. 1-8, <https://apjjf.org/-Selig-S-Harrison/2112/article.pdf>. Accessed 14 May 2019.
- "Final Press Conference by Prime Minister Junichiro Koizumi". *Ministry Of Foreign Affairs Of Japan*, 2004, <https://www.mofa.go.jp/policy/economy/summit/2004/press.html#4>. Accessed 9 Apr 2019.
- Fineman, Howard. "I Sniff Some Politics". *Newsweek*, 2019, <https://www.newsweek.com/i-sniff-some-politics-145757>. Accessed 8 May 2019.
- Foreign.senate.gov. (2019). [online] Available at: <https://www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/RiceTestimony0501181.pdf> [Accessed 10 Jul. 2019].
- French, Howard. W "New South Korean Leader Vows Wide Progress". *The New York Times*, 2019, <https://www.nytimes.com/2003/02/25/international/asia/new-south-korean-leader-vows-wide-progress.html>. Accessed 9 June 2019.
- Fukuyama, Francis. "Re-Envisioning Asia." *Foreign Aff.* 84 (2005): 75-87.
- Gilpin, Robert. "The theory of hegemonic war." *The Journal of Interdisciplinary History* 18.4 (1988): 591-613.
- Gordon, Philip H., and Jeremy Shapiro. *Allies at war: America, Europe, and the crisis over Iraq*. McGraw-Hill Companies, 2004.
- Gurtov, Melvin, and Peter Van Ness, eds. *Confronting the Bush Doctrine: Critical Views from the Asia-Pacific*. RoutledgeCurzon, 2004
- Hani.co.kr. (2006). *[Analysis] Blue House defends inter-Korean tour projects*. [online] Available at: http://www.hani.co.kr/arti/english_edition/e_international/165658.html [Accessed 12 Aug. 2019].
- Hani.co.kr. (2006). *South mulls moves on Kaesong projects*. [online] Available at: http://www.hani.co.kr/arti/english_edition/e_international/165658.html [Accessed 12 Aug. 2019].
- Hassner, Pierre, and Nicole Gnesotto. *The United States: the empire of force or the force of empire?* Institute for Security Studies, European Union, 2002.
- Hersh, Seymour M. "The Cold Test What the Administration Knew about Pakistan and the North Korean Nuclear Program." *The New Yorker*, 27 Jan. 2003, www.newyorker.com/magazine/2003/01/27/the-cold-test.
- Huntley, Wade, and Timothy Savage. "The Agreed Framework at the Crossroads." *Nautilus Research Institute, Policy Forum Online*. Vol. 99. 1999 citado em Victor C. Cha e David C. Kang.
- Ikenberry, G. John. "American hegemony and East Asian order." *Australian Journal of International Affairs* 58.3 (2004): 353-367.

- Ikenberry, G. John. *Idem*. p.358; Katzenstein, Peter J. "Introduction: Asian regionalism in comparative perspective." *Network Power: Japan and Asia* (1997): 1-44.
- "Interview With Sean Hannity Of Fox News Hannity & Colmes". *2001-2009.State. Gov*, 2001, <https://2001-2009.state.gov/secretary/rm/2006/66868.htm>.
- Jervis, Robert. "The compulsive empire." *Foreign Policy* (2003): 83-87.
- Jervis, Robert. "The remaking of a unipolar world." *Washington Quarterly* 29.3 (2006): 5-19.
- Katzenstein, Peter J. "Introduction: Asian regionalism in comparative perspective." *Network Power: Japan and Asia* (1997): 1-44.
- Kedo.org. (1994). *Agreed Framework Between The United States Of America And The Democratic People's Republic Of Korea*. [online] Available at: <http://www.kedo.org/pdfs/AgreedFramework.pdf>
- Kim, Samuel S. *North Korean foreign relations in the post-cold war world*. Army War Coll Strategic Studies Inst Carlisle Barracks Pa, 2007.p.62
- "Kim Jong-Un in Russia for Vladimir Putin Summit." *BBC NEWS*, 24 Apr. 2019, <https://www.bbc.com/news/world-asia-48032592>.
- "Kim Told Xi He Was Ready to Resume Six-Party Talks: Report." *The Straits Times*, 6 Apr. 2018, <https://www.straitstimes.com/asia/se-asia/kim-told-xi-he-was-ready-to-resume-six-party-talks-report>.
- Krasnyak., Olga. "North Korea: Time to Resume the Six-Party Talks." *Asia Dialogue*, 16 Jan. 2018, <https://theasiadialogue.com/2018/01/16/north-korea-time-to-resume-the-six-party-talks/>.
- Kristof, Nicholas. D. "Talking To Evil". *The New York Times*, 2006, <https://www.nytimes.com/2006/08/13/opinion/talking-to-evil.html>. Accessed 9 Mar 2019.
- Litwak, Robert S., and Robert Litwak. *Regime change: US strategy through the prism of 9/11*. JHU Press, 2007.p93
- Matray, James I. "The Failure of the Bush Administration's North Korea Policy: A Critical Analysis." *International Journal of Korean Studies* 17.1 (2013): 140-177.
- Matray, James I. "Why the Bush Policy Is Failing in North Korea." *History News Network*, historynewsnetwork.org/article/10400.
- Moon, Chung-in. and Bae, Jong-yun. (2005). "The Bush Doctrine and the North Korean nuclear crisis". In: M. Gurtov and P. Van Ness, ed., *Confronting the Bush Doctrine. Critical Views from the Asia-Pacific.*, 1st ed. RoutledgeCurzon, pp.39-62.
- Moon, Chung-in. "Diplomacy of defiance and facilitation: the six party talks and the Roh Moo Hyun government." *Asian Perspective* (2008): 71-105.
- Morgenthau, Hans J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace fifth edition, revised*. New York : Alfred A. Knopf Inc, 1978.p.169-170
- National Archives and Records Administration*, National Archives and Records Administration, 17 Sept. 2002, georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nssall.html.
- National Archives and Records Administration*, National Archives and Records Administration, 7 Mar. 2001, georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/03/20010307-6.html.
- National Strategy for Combating Terrorism*. Executive Office of the President, 2003.
- "North Korea: Beyond the Six Party." International Crisis Group, 16 June 2015, <https://www.crisisgroup.org/asia/north-east-asia/korean-peninsula/north-korea-beyond-six-party-talks>.

Nye Jr, Joseph S. *The paradox of American power: Why the world's only superpower can't go it alone*. Oxford University Press, 2003, citado em Moon, Chung-in. and Bae, Jong-yun. (2005). "The Bush Doctrine and the North Korean nuclear crisis". In: M. Gurtov and P. Van Ness, ed., *Confronting the Bush Doctrine. Critical Views from the Asia-Pacific.*, 1st ed. RoutledgeCurzon, pp.39-62.

Oh, Kongdan, and Ralph C. Hassig. "Golden Eggs". *The World Today*, 2019, pp. 4-5, Accessed 9 Aug 2019.

Park, John S. "Inside multilateralism: The six-party talks." *Washington Quarterly* 28.4 (2005): 73-91.

Perry, William J. "Review of United States Policy Toward North Korea: Findings and Recommendations." *Belfer Center for Science and International Affairs*, Belfer Center for Science and International Affairs, 12 Oct. 1999, www.belfercenter.org/publication/review-united-states-policy-toward-north-korea-findings-and-recommendations.

Pike, John. "OPLAN 5029 - Collapse of North Korea." *GlobalSecurity.org*, www.globalsecurity.org/military/ops/oplan-5029.htm.

Pollack, Jonathan D. "The United States, North Korea, and the End of the Agreed Framework." *Naval War College Review* 56.3 (2003): 10-50.

Powell, Colin. "Testimony At Budget Hearing Before The Senate Foreign Relations Committee". 2001-2009.state.gov, 2001, <https://2001-2009.state.gov/secretary/former/powell/remarks/2001/1164.htm>.

"President Bush Meets with Prime Minister Blair." *National Archives and Records Administration*, National Archives and Records Administration, 31 Jan. 2003, <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/01/20030131-23.html>.

Pritchard, Charles L. "A Guarantee to Bring Kim Into Line". *Brookings*, 2019, <https://www.brookings.edu/opinions/a-guarantee-to-bring-kim-into-line/>. Accessed 5 May 2019.

Pritchard, Charles L. "The Korean Peninsula and the role of multilateral talks." *North-East Asian Security* 2.1 (2005).

Pritchard, Charles L. *Failed diplomacy: the tragic story of how North Korea got the bomb*. Brookings Institution Press, 2007: 1-228.

Putin, Vladimir; Kim, Dae-jung. "Vladimir Putin and South Korean President Kim Dae-Jung Held Negotiations." *President of Russia*, 27 Feb. 2001, en.kremlin.ru/events/president/news/40906.

Ratnesar, R. (2003). How dangerous Is North Korea? *CNN*. [online] Available at: <http://edition.cnn.com/2003/ALLPOLITICS/01/06/timep.n.korea.tm/> [Accessed 10 Apr. 2019].

Reilly, James. "The US War on Terror and East Asia." *Foreign Policy In Focus* (2002).

Rice, Condoleezza. "Dr. Condoleezza Rice Discusses President's National Security Strategy." *National Archives and Records Administration*, National Archives and Records Administration, 1 Oct. 2002, georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/10/20021001-6.html.

Savage, Timothy L. (2005). *Letting the genie out of the bottle: the Bush nuclear doctrine in Asia*. In: M. Gurtov and P. Van Ness, ed., *Confronting the Bush Doctrine. Critical Views from the Asia-Pacific.*, 1st ed. RoutledgeCurzon, pp.63-85.

Scobell, Andrew. "Crouching Korea, Hidden China: Bush Administration Policy toward Pyongyang and Beijing." *Asian Survey* 42.2 (2002): 343-368.

"Secretary Rumsfeld Interview with Larry King, CNN." United States Department of Defense, CNN, 6 Dec. 2001, archive.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=2603.

"Seoul Halts Joint Plan for North Collapse." *Korean JoongAng Daily*, 15 Apr. 2005, koreajoongangdaily.joins.com/news/article/article.aspx?aid=2555804.

Sigal, Leon V. *Disarming strangers: nuclear diplomacy with North Korea*. Vol. 36. Princeton University Press, 1999.

Stump, Bob. "National Defense Authorization Act for Fiscal Year" 2003. SEC. 3157, U.S. G.P.O., 2002, p.283, www.govinfo.gov/content/pkg/PLAW-107publ314/pdf/PLAW-107publ314.pdf.

Tertitskiy, Fyodor. "How North Korean Media Covered the 9/11 Terrorist Attack." NK News - North Korea News, 12 Sept. 2018, www.nknews.org/2018/09/how-north-korean-media-covered-the-911-terrorist-attack/.

The Commission to Assess the Ballistic Missile Threat to the United States. *Commission To Assess The Ballistic Missile Threat To The United States*. 1998, <https://fas.org/irp/threat/bm-threat.htm>. Accessed 11 Mar 2019.

The National Committee on North Korea. "Declaration on The Advancement Of South-North Korean Relations, Peace And Prosperity". 2004, https://www.ncnk.org/sites/default/files/2007_North-South_%20Declaration.pdf. Accessed 6 Aug 2019.

"U.S.-D.P.R.K. Joint Communiqué." U.S. Department of State, U.S. Department of State, 12 Oct. 2000, 1997-2001.state.gov/regions/eap/001012_usdprk_jointcom.html.

United States Department of State, *Patterns of Global Terrorism 2003 - North Korea*, 29 April 2004, available at: <https://www.refworld.org/docid/468107df23.html> [accessed 2 May 2019].

Van Ness, Peter. "The North Korean nuclear crisis: Four-plus-two—an idea whose time has come." *Asian Perspective* (2003): 242-269.

Waltz, Kenneth N. "America as a model for the world? A foreign policy perspective." *PS: Political Science & Politics* 24.4 (1991): 667-670.

Waltz, Kenneth N. "Structural realism after the Cold War." *International security* 25.1 (2000): 5-41.

Waltz, Kenneth Neal. *Man, the state, and war: A theoretical analysis*. Columbia University Press, 2001.

Web.stanford.edu. (2002). *Nuclear Posture Review Report*. [online] Available at: <https://web.stanford.edu/class/polisci211z/2.6/NPR2001leaked.pdf>

Wohlforth, William C. "The stability of a unipolar world." *International security* 24.1 (1999): 5-41.

Woodward, Bob. *Bush at war*. Simon and Schuster, 2002.

World.kbs.co.kr. (2019). *North Korea Inside*. [online] Available at: http://world.kbs.co.kr/special/northkorea/contents/archives/six-party/1st_round.htm?lang=e

World.kbs.co.kr. (2019). *North Korea Inside*. [online] Available at: http://world.kbs.co.kr/special/northkorea/contents/archives/six-party/2nd_round.htm?lang=e

World.kbs.co.kr. (2019). *North Korea Inside*. [online] Available at: http://world.kbs.co.kr/special/northkorea/contents/archives/six-party/3rd_round.htm?lang=e.

World.kbs.co.kr. (2019). *North Korea Inside*. [online] Available at: http://world.kbs.co.kr/special/northkorea/contents/archives/six-party/4th_round_1.htm?lang=e.

World.kbs.co.kr. (2019). *North Korea Inside*. [online] Available at: http://world.kbs.co.kr/special/northkorea/contents/archives/six-party/4th_round_2.htm?lang=e

World.kbs.co.kr. (2019). *North Korea Inside*. [online] Available at: http://world.kbs.co.kr/special/northkorea/contents/archives/six-party/5th_round_3.htm?lang=e.

World.kbs.co.kr. (2019). *North Korea Inside*. [online] Available at: http://world.kbs.co.kr/special/northkorea/contents/archives/sixparty/6th_round_chief_2.htm?lang=e.

"제15대 대통령 취임사 (The 15th President Speech)." *The Chosun Ilbo*, 25 Feb. 1998, <http://m.chosun.com/svc/article.html?sname=news&contid=1998022570077#Redyho>.